

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”  
FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS  
CÂMPUS DE ASSIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Moacir José dos Santos

PÁTRIA E PODER: O EXÉRCITO E A CONSTRUÇÃO DA  
NAÇÃO (1930-1937)

Tese apresentada a Faculdade de Ciências e  
Letras da Universidade Estadual Paulista “Júlio  
de Mesquita Filho”, Campus de Assis, para a  
obtenção do título de Doutor em História.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Celso Ferreira.

Assis

2005  
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”  
FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS  
CÂMPUS DE ASSIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

MOACIR JOSÉ DOS SANTOS

PÁTRIA E PODER: O EXÉRCITO E A CONSTRUÇÃO DA  
NAÇÃO (1930-1937)

TESE PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE DOUTOR EM  
HISTÓRIA

COMISSÃO JULGADORA

Presidente e Orientador.....  
2º Examinador.....  
3º Examinador.....  
4º Examinador.....  
5º Examinador.....

DADOS CURRICULARES  
MOACIR JOSÉ DOS SANTOS

NASCIMENTO: 26.4.1975 – FARTURA/SP

FILIAÇÃO: Moacir Vieira dos Santos

Maria Aparecida Palma dos Santos

1993/1996 Curso de Graduação em História.

Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP.

1998/2000 Curso de Pós-Graduação em História, nível de Mestrado, na

Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP.

2000/2005 Professor Titular de História da Rede Oficial de Ensino do Estado  
de São Paulo.

2002/2005 Curso de Pós-Graduação em História, nível de Doutorado, na

Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP.

2002/2004 Professor da Faculdade de Comunicação da Universidade do Vale

do Paraíba – UNIVAP, ministrando as disciplinas História da

Arte e Cultura Brasileira e Metodologia da Pesquisa Científica.

2004/2005 Professor das Faculdades Integradas Módulo de Caraguatatuba, ministrando no curso de História as disciplinas História Contemporânea e História do Brasil.

2005 Professor Assistente da Faculdade de Comunicação da Universidade de Taubaté – UNITAU, ministrando a disciplina Estética e História da Arte.

Para Milena.

## AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho dependeu da colaboração direta ou indireta de diversas pessoas. Gostaria de manifestar minha gratidão a todos e de forma particular:

aos meus pais que estimularam toda uma vida dedicada ao estudo, exemplo de persistência diante das dificuldades que naturalmente surgiram;

ao Prof. Dr. Antonio Celso Ferreira cujas orientação e amizade incentivaram o trabalho desde o esboço inicial;

aos Profs. Drs. Áureo Busetto e Zélia Lopes da Silva que auxiliaram em momentos decisivos do percurso com leituras precisas, destacando aspectos importantes para a composição do trabalho;

ao amigo João Henrique, companheiro de jornada sempre disposto a colaborar na construção do conhecimento que nos uniu;

aos amigos Carlos, Eigli, Aida, Márcia, Rosângela Dias, Silvia Pompeu e Giovana que em diversos momentos estiveram presentes de maneira positiva no envolvimento entre vida e trabalho;

aos funcionários do Departamento de História e, em especial, à Clarice, sempre dedicados para a resolução dos problemas burocráticos;

aos funcionários da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e da Biblioteca do Exército no Rio de Janeiro, pela colaboração preciosa na coleta do material de pesquisa;

à Secretaria de Educação do Estado de São Paulo cujo financiamento favoreceu a dedicação a pesquisa e redação da tese de doutorado.

“Sendo o Exército um instrumento essencialmente político, a consciência coletiva deve-se criar no sentido de se fazer a política do Exército, e não a política no Exército... A política do Exército é a preparação para a guerra, e esta preparação interessa e envolve todas as manifestações e atividades da vida nacional, no campo material - no que se refere a economia, à produção e aos recursos de toda natureza – e no campo moral, sobretudo no que concerne à educação do povo e à formação de uma mentalidade que sobreponha a tudo os interesses da Pátria.”

General Pedro Aurélio de Góes Monteiro.

## SUMÁRIO

Resumo.....	pg. 9
Introdução.....	pg.10
Capítulo I: O EXÉRCITO: análise historiográfica.....	pg.13
Capítulo II: Grupos militares: visões sobre o Exército.....	pg.43
Capítulo III: Práticas de poder, ensino e atuação política.....	pg.78
Capítulo IV: Reorganização do Exército e a formação da doutrina militar .....	pg. 121
Conclusões.....	pg.149
Bibliografia.....	pg.158
Fontes.....	pg.165
Abstract.....	pg.166

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”  
FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS  
CÂMPUS DE ASSIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Moacir José dos Santos

PÁTRIA E PODER: O EXÉRCITO E A CONSTRUÇÃO DA  
NAÇÃO (1930-1937)

Assis  
2005

SANTOS, M. J. dos. Pátria e poder: o Exército e a construção da nação. Assis. 2005. 160p. Tese. (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Assis, Universidade Estadual “Júlio de Mesquita Filho”.

## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo investigar a constituição histórica de uma doutrina militar do Exército brasileiro entre 1930 e 1937. Sua realização implicou a seleção de fontes pertinentes de pesquisa, como publicações especializadas, memórias, documentos do Exército e a análise de fatores da história militar anteriores ao período, como o tenentismo. Foi necessário compreender as questões militares em relação ao contexto social e político do período analisado, como o movimento de 1930, cujo impacto afetou profundamente o Exército. No desenvolvimento da pesquisa buscou-se problematizar aspectos essenciais para a constituição de uma doutrina militar, como a educação militar, o fortalecimento da hierarquia e disciplina militar, as disputas entre os grupos de militares. A hipótese principal do trabalho aponta para a elaboração de uma doutrina militar durante a década de 1930 como resposta à crise militar da década de 1920 e as continuidades nas relações de poder, ocorridas com a chegada de Getúlio Vargas ao poder.

Palavras-chave: Brasil; Exército; Militares; República; Poder.

## INTRODUÇÃO

O trabalho de pesquisa que realizei sobre o Exército brasileiro durante o período de 1930-1937, parte da constatação da importância da instituição dentro da sociedade brasileira. Durante o transcorrer da história brasileira, o Exército adquiriu a condição de articulador da política nacional. Particularmente, desde 1930, o Exército atuou decisivamente na constituição da história do Brasil. Historiadores, sociólogos, cientistas sociais e analistas políticos de diversas matrizes teóricas, concordam em afirmar que a chegada de Vargas ao poder em 1930 e seus desdobramentos dependeu da intervenção decisiva dos militares do Alto Comando do Exército. Diversos momentos da história brasileira, desde então, evidenciam o caráter decisivo da intervenção social e política das Forças Armadas, especialmente o Exército, em 1937, 1945, 1954, 1961, 1964. As intervenções militares no Brasil são lembradas por seu teor político, notadamente quanto a práticas de poder e controle dos meios de repressão e coerção social.

No Brasil contemporâneo, os militares são associados à Ditadura Militar (1964-1985) e a seus aspectos mais sombrios: censura da informação, desrespeito à Constituição, coerção e repressão política, tortura e eliminação física. O período autoritário inaugurado com o golpe militar de 1964 marcou um período específico da história brasileira. Não é objetivo do trabalho que desenvolvi rastrear a memória social contemporânea sobre os militares, mas acredito que a população, sobretudo a faixa etária dos nascidos a partir da década de 1960, identifica a atuação política dos militares à repressão política e a ausência de liberdade de expressão. É substantiva a produção da indústria cultural sobre o período no cinema e na televisão. A intensidade da ditadura militar remonta não apenas ao processo de

maior envolvimento dos militares no processo decisório desde 1930, mas revela, em uma análise, relativa à organização institucional, a preparação para a maior participação social em comparação às posições desfrutadas pelo Exército no século XIX. Atualmente as instituições militares buscam redefinir sua inserção social. Temas como a biosegurança, globalização, o papel das Forças Armadas na democracia e o poder militar nacional em relação à extraordinária estrutura bélica da única superpotência do globo, os EUA, são debatidos profundamente pelos militares e os responsáveis por políticas públicas. Situações que evidenciam o reposicionamento social dos militares, em consonância com as transformações históricas das últimas décadas e também assinalam as diferenças entre as atuais instituições militares e a constituição das ações militares durante a história brasileira. Aliás, a trajetória do Exército é assunto vital para a compreensão do Brasil, o que estimulou a realização de diversos trabalhos sobre as Forças Armadas brasileiras. A trajetória histórica do Exército brasileiro foi discutida por pesquisadores interessados em perceber o impacto da instituição na sociedade brasileira, ou inversamente, como as contradições sociais afetaram essa instituição. Entre os diversos agentes históricos relacionados à complexidade sócio-cultural brasileira, o Exército é considerado historicamente decisivo. Desde a Guerra do Paraguai (1865-1869) o Exército, segundo a historiografia brasileira, é fundamental na dinâmica política nacional. Ao longo de vários decênios, questões corporativas conectaram-se com outros atores históricos, provocando a tomada de decisões relativas à conservação e depois à ampliação do poder social do Exército. Nos capítulos apresentados a seguir, objetiva-se discutir as características institucionais do Exército e suas relações com os diversos grupos sociais, considerando as divisões pertinentes aos membros da instituição. A pesquisa que subsidiou sua redação foi organizada mediante o objetivo de entender a possibilidade da constituição de uma doutrina militar na década de 1930, responsável por facilitar a reorganização do Exército em uma nova

perspectiva institucional. Obviamente, a constituição de uma doutrina militar envolveu a reelaboração de aspectos da cultura militar brasileira, passando pela educação militar, e de uma disciplina militar mais eficiente, capaz de equacionar as divisões internas do Exército, cujo ponto de inflexão foi 1930.

## 1. O EXÉRCITO: ANÁLISE HISTORIOGRÁFICA

No presente capítulo objetivo abordar a produção historiográfica e de pesquisadores de outras áreas cujos trabalhos têm o mesmo objeto ou interesse para a pesquisa que desenvolvo. Busco esmiuçar a trajetória histórica da instituição nos aspectos mais relevantes para a compreensão do objeto e do problema. Discutirei a própria natureza das fontes e do conhecimento produzido quanto ao Exército. Afinal, no transcorrer da pesquisa foi possível perceber o quanto o tema proposto é importante e pouco estudado. Ao estudar a constituição da doutrina militar do Exército brasileiro no período imediatamente anterior ao Estado Novo (1937 – 1945), percebi que a doutrina militar constitui fator fundamental para explicar a ação do Exército no período entre 1930 e 1937. É importante salientar que o objeto e o problema da pesquisa que desenvolvi não atraiu os historiadores desde a segunda metade da década de 1980. Não obstante, no âmbito da exploração da história militar brasileira, houve a conexão de vários temas e problemas as abordagens desenvolvidas pela nova história francesa e a nova história cultural. O principal exemplo da renovação dos estudos acerca dos militares, particularmente o Exército brasileiro, é a reunião e a apresentação de diversas pesquisas sob a forma de artigos, que compõe a obra “Nova História Militar Brasileira”, organizada por Celso Castro, Vitor Izecksohn, e Hendryk Kraay. Os organizadores e autores da referida obra buscaram divulgar novas perspectivas da pesquisa histórica sobre os militares brasileiros. Esta iniciativa é fundamental para renovar tanto a pesquisa sobre a história militar brasileira quanto o interesse dos leitores a partir de novas abordagens. Exemplo profícuo é o interesse por problematizar o cotidiano e o fazer histórico de homens e mulheres comuns, cujo impacto no estudo das instituições militares no Brasil

ocorre com a pesquisa sobre o cotidiano dos soldados. Tal perspectiva é explorada adequadamente por Shirley Maria Silva Nogueira ao estudar os desertores militares do Pará colonial, que buscavam recuperar suas experiências sociais anteriores a participação na tropa auxiliar de Cameté, no Grão-Pará, no final do século XVIII. Outro trabalho exposto na obra e revelador da renovação dos estudos sobre os militares é o artigo de Maria Celina D'Araújo em relação a atitude dos militares quanto à homossexualidade e a participação feminina nas Forças Armadas. O trabalho de D'Araújo é pertinente na medida em que uma experiente pesquisadora de temas ligados à história militar brasileira desenvolve uma pesquisa que incorpora as discussões sobre sexo e gênero realizadas no âmbito da historiografia, além, é claro, de evidenciar a impossibilidade das instituições militares em negligenciar os debates contemporâneos quanto a inserção social de mulheres e homossexuais na sociedade moderna.

Obviamente, trabalhos anteriores foram constituídos e formaram o lastro para a realização de uma obra coletiva capaz de delinear a renovação dos estudos sobre os militares brasileiros, especialmente do Exército. Cito duas obras que contribuíram para o fortalecimento da historiografia militar brasileira. Primeiro o trabalho de Hendrik Kraay<sup>1</sup> sobre a atuação militar na luta pela independência brasileira na Bahia, conjugando a história política e social à análise regional em relação ao Exército, a Guarda Nacional e as milícias formadas nas lutas contra as tropas portuguesas. O segundo é o trabalho de Francisco Doratiotto<sup>2</sup> sobre a Guerra do Paraguai, reunindo de modo competente história política e história militar, cujo mérito reside em dois aspectos: sintetizar a literatura relevante acerca da Guerra do Paraguai; construir uma nova interpretação sobre o conflito platino, cuja existência é percebida por Doratiotto como crucial para consolidar a formação dos Estados- Nação envolvidos na guerra, notadamente o Brasil.

---

1. Ver Kraay (2001a).

Dentro do campo de estudo da história militar brasileira considero pertinente o trabalho de averiguação e preservação da memória militar no Brasil, promovido pelo CPDOC/FGV, inserido no âmbito de um trabalho coletivo e contínuo de estudo e constituição de fontes sobre os múltiplos aspectos da história do Brasil durante o século XX, coordenado pelo antropólogo Celso Castro e a historiadora Maria C. de D'Araújo<sup>3</sup>. Importantes depoimentos acerca da implantação e condução da ditadura militar (1964-1985) foram coletados e publicados. O trabalho de D'Araújo e Castro conjugado a todos os envolvidos foi essencial na preservação de fontes e informações que simplesmente desapareceriam sem as entrevistas com importantes personagens do regime militar, como por exemplo, o depoimento do ex-presidente Ernesto Geisel.

Mas em relação ao objeto de pesquisa que desenvolvo, salvo o trabalho desenvolvido por Castro e D'Araújo, não houve uma renovação dos estudos sobre os militares no Brasil. A pesquisa da constituição de uma doutrina militar do Exército durante a década de 1930 não pode ser realizada sem a exploração de trabalhos que mesmo produzidos há mais de 20 anos, tornam-se fundamentais para pesquisar o Exército brasileiro. Afinal, o surgimento de pesquisas vinculadas à renovação da historiografia brasileira deslocou as abordagens sobre os militares para outros problemas e objetos. Outra observação importante acerca dos trabalhos consultados é quanto às características de produção, que não são homogêneas. Por exemplo, José Murilo de Carvalho<sup>4</sup> constituiu, ao meu ver, a produção individual mais fecunda para o conhecimento do Exército no período entre 1889-1945. Entretanto, é fundamental, perceber que seu trabalho em relação aos militares foi realizado durante a segunda metade da década de 1970 e início da década de 1980. Estudar e perceber as implicações da trajetória do Exército

---

2. Ver Doratiotto (2002).

3. Ver D'Araujo e Castro ( 1997, 2001, 2002)

4. Ver Carvalho (1977, 1980, 1983)

na primeira metade do século XX poderia fornecer subsídios para a compreensão da ditadura militar vigente no Brasil de 1964 a 1985. Aliás, a maior parte da produção acadêmica sobre os militares ocorreu entre a constituição e o final da ditadura militar. Perceber o intuito de cada trabalho realizado sobre o Exército no período delimitado para a pesquisa e sua relação com as fontes é imprescindível para evitar obliterar as diferenças conceituais e de abordagem que particularizam cada trabalho. O decréscimo de estudos significativos quanto à relação entre militares e política ocorreu na medida em que novos problemas ligados a aspectos sociais e culturais adquiriram preferência entre os historiadores, convergindo inclusive com a consolidação na historiografia brasileira do trabalho com temas e métodos próprios à história social e cultural.

A escassez de estudos sobre os militares a partir do ângulo político nos últimos anos, também está relacionada ao distanciamento que a produção historiográfica tomou em relação às Ciências Sociais. Até a década de 1970, a historiografia brasileira foi caracterizada por uma forte aproximação com as correntes interpretativas da vida social, particularmente o marxismo, enquanto modelo teórico, e a sociologia. Com a aproximação mais intensa da historiografia francesa ocorre uma redefinição dos objetos e das fontes de pesquisa. Os modelos teóricos, temas e objetos das ciências sociais são questionados pelos historiadores em relação às particularidades da produção do conhecimento histórico, implicando inclusive na seleção de novos temas, especificamente as mentalidades coletivas, a experiência religiosa e mágica, a sexualidade e a cultura. Essa reformulação na pesquisa histórica, cujo impacto começa na década de 1970, mas toma vulto no decênio seguinte, evidenciou no Brasil, para muitos historiadores a necessidade de um distanciamento mais significativo das Ciências Sociais em relação à tendência que estas possuem em organizar modelos de interpretação da experiência humana. Embora seja errôneo considerar que o desenvolvimento da historiografia

não implicou a elaboração de temas, conceitos, objetos e métodos cujo conjunto pode ser designado como modelo de produção do conhecimento. O esforço dos historiadores é compreensivelmente relacionado à elaboração, no âmbito do debate historiográfico, de mecanismos de pesquisa apropriados ao trabalho do historiador. Acredito que esse esforço não resultou, necessariamente, em um rompimento com as Ciências Sociais ou a Sociologia, mas no estabelecimento de problemas mais específicos que possibilitam aos historiadores uma área de pesquisa mais definida e propiciadora de maior autonomia em relação a outras áreas do conhecimento. Ao pesquisar a formação de uma doutrina militar durante a década de 1930, durante a maior crise do Exército brasileiro, procurei evitar a formulação de uma abordagem fundada em um modelo de interpretação fechado e desvinculado das peculiaridades da pesquisa histórica, mas considerando que todo conjunto de procedimentos de pesquisa pode ser considerado uma espécie de modelo. Mas, se as condições de pesquisa em relação ao material disponível apontam para necessidade de preservar o olhar crítico em relação à documentação encontrada nas fontes pesquisadas, é importante evitar, contudo, secundarizar as pesquisas consultadas para subsidiar o trabalho em virtude da vinculação com as Ciências Sociais.

A partir das características discutidas, torna-se mais evidente por que as investigações desenvolvidas sobre essa instituição buscaram entender as conseqüências da ação social do Exército, que numa síntese elementar, primeiro concentraram-se sobre seus quadros de comando e depois sobre o aspecto organizacional. Porém todos os pesquisadores concordam que a Guerra do Paraguai foi o momento de definição da necessidade do Exército em ser interlocutor fundamental na sociedade brasileira, o que passou a pautar as ações da corporação. No período anterior ao conflito platino, a Guarda Nacional, cuja estrutura correspondia à preservação do poder político dos chefes locais, constituiu obstáculo premente

à ampliação do poder do Exército, tratado como instância secundária. A Guerra do Paraguai, na visão de José Murilo de Carvalho<sup>5</sup>, permitiu a constituição de um ideário militar correspondente a uma concepção de nação com a efetiva participação do Exército. A importância da instituição no conflito platino despertou seus membros para a necessidade de preservar a posição adquirida durante a guerra. Para Edgar Carone<sup>6</sup>, o último quartel do século XIX revela o Exército com quadros técnicos habilitados em áreas militares específicas, como a engenharia, mas defasado nas práticas bélicas do período. A expressiva presença do ideário positivista nos cursos de formação dos novos oficiais e a desconfiança dos oficiais veteranos da Guerra do Paraguai em relação à instrução técnica, favoreciam a secundarização da formação profissional. Segundo Carone, parte dos jovens militares estava imbuída de ideais civilizadores de inspiração positivista, vislumbrando o Exército como a instituição apta a transformar a nação, enquanto os mais experientes desejavam uma maior participação do Exército nas questões decisivas para o país e a instituição.

Evidentemente, o Exército não pode ser apreendido como instituição fechada e homogênea. No período é possível perceber diversas clivagens em seu interior. Exemplo pertinente é a divisão entre tarimbeiros e científicos, que remonta ao processo de profissionalização iniciado na década de 1850. Esse processo de profissionalização foi caracterizado por uma racionalização no sistema de promoções, cuja realização deixava de depender de vínculos aristocráticos ou políticos, deslocando-se para parâmetros acadêmicos e profissionais. A promoção nas denominadas armas científicas, artilharia e engenharia, ficou condicionada à conclusão de curso científico na Escola Militar. Mesmo nas armas não científicas, cavalaria e infantaria, havia vantagens para os portadores de curso superior.

---

5. Ver Carvalho (1987).

6. Ver Carone (1978).

Apesar das divergências entre os militares tarimbeiros e os científicos, cabia à instituição, na visão dos membros do Exército, a regeneração da nação em relação às dificuldades enfrentadas no final do século XIX. José Murilo de Carvalho desenvolve, acuradamente, reflexões sobre a inevitável convergência entre a busca da ampliação do poder social do Exército e a construção de um ideário de nação próprio à instituição. Em “*Os Bestializados*”, Carvalho discute como Floriano Peixoto e seus partidários percebiam a construção da nação a partir da ótica militar e inevitavelmente envolviam-se com outros grupos sociais, como os profissionais liberais, a partir dessa premissa. A participação social do Exército ocorre com a definição, no relacionamento da instituição com a sociedade, do que é a Nação.

A definição de uma identidade própria ao Exército para exercer sua função social, implica a construção de um projeto de nação, orientador das práticas institucionais e sociais. Observo, entretanto, que o conceito de identidade do Exército em relação a seus membros e sua interação com a sociedade correlaciona-se ao cuidado de não elaborar e aplicar um conceito a-histórico. No caso, o conceito de identidade é uma ferramenta para observar em uma conjuntura específica, os elementos de coesão interna e solidariedade institucional relativa ao acirramento ou diluição de conflitos entre os militares, cuja consequência pode ser a estruturação da ação social mais contundente da corporação. Evidentemente a visão dos membros da corporação sobre o país alterou-se desde a segunda metade do século XIX, incluindo a inexistência, mesmo em uma conjuntura específica, de uma homogeneidade de representações e concepções sobre o Exército por parte dos próprios militares. Captar essas mudanças e disputas internas é fundamental para o objetivo principal do trabalho, ou seja, verificar a elaboração de uma doutrina militar do Exército e suas consequências para a instituição na década de 1930. A hipótese principal aponta para a

constituição histórica de uma doutrina militar circunscrita às peculiaridades do período analisado, cuja pertinência foi permitir uma reorganização da corporação em paralelo a um maior impacto em relação à sociedade. Partindo das premissas indicadas anteriormente torna-se mais compreensível a ausência de um grau de coerência elevado para orientar com eficiência as ações dos membros do Exército, logo após a Guerra do Paraguai. Sem dúvida, a Questão Militar na década de 1880 e a proclamação da República em 1889 contribuíram para alçar a instituição à condição de ator preponderante na sociedade brasileira, almejada desde o encerramento do conflito platino. Mas faltou organização hierárquica para manter essa posição. A dificuldade de lidar com os problemas da jovem República retirou do Exército a faculdade de conduzir a construção da nação. Aliás, o personalismo do governo Floriano Peixoto refletia a falta de uma orientação institucional coerente no intuito de preservar a posição de articulação da consolidação da República nos primeiros anos do período republicano. Ora, embora existam características na postura dos militares, como o nacionalismo, que alicerçam suas carreiras, seu conteúdo e inter-relações históricas são alteradas. Perceber essas alterações e significados pertinentes na década de 1930 em relação à formulação de uma doutrina militar orientadora de práticas institucionais e sociais é fundamental.

Várias obras ressaltam a falta de um projeto político republicano particular dos militares quando da proclamação da República. Em *“Os Bestializados”*, Carvalho demonstra a erosão do governo Floriano e como a condução da República passou para as oligarquias agrárias. O desgaste das presidências militares somou-se à fragmentação das diversas correntes republicanas, que por sua vez constituíam fortes obstáculos a homens despossuídos de traquejo político, da capacidade de negociar para atingir seus objetivos. Floriano Peixoto não soube contornar as críticas a seu governo e também resolver os agudos problemas

econômicos advindos do Encilhamento, comprometendo o Exército com a imagem de seu governo. A corporação continuou, é claro, sendo importante, mas perdeu a possibilidade de manter a liderança da República. As dificuldades próprias à corporação expressam no florianismo, quando estudado por Celso Castro<sup>7</sup>, - que conceituou o Exército como uma instituição heterogênea no final do século XIX - os principais aspectos da vanguarda republicana, composta por uma minoria ativa de jovens oficiais, que apesar dos esforços não conseguiram manter a posição adquirida em 1889.

A fragmentação do controle do poder de coerção dificultava o estabelecimento do Exército como principal instituição militar. Durante a Primeira República, o Exército tem como concorrentes nos estados as forças públicas estaduais, antecessoras das atuais corporações de policiais militares. Em sua obra “*Política e Segurança*”<sup>8</sup>, Heloísa Rodrigues Fernandes analisa a constituição da Força Pública Paulista, apreendendo o processo de constituição e aperfeiçoamento desta força repressiva do Estado de São Paulo. A autora afirma que as forças repressivas estaduais foram fortalecidas em detrimento do Exército, particularmente em São Paulo, militarização resultante da política dos governadores e da subordinação aos interesses do grupo dominante no estado, os cafeicultores. Fernandes considera que a Força Pública paulista atende à manutenção das condições políticas e sociais que propiciaram até 1930 a preservação do poder da fração de classe que detinha o poder no estado de São Paulo. Segundo Heloísa Rodrigues Fernandes, a diferença principal entre o Exército e a Polícia Militar paulista durante a Primeira República é o sentido do processo de militarização: enquanto o primeiro é identificado com a autonomia do poder central e da instituição em relação à ordem civil, a segunda representa a garantia de preponderância da

---

7. Ver Castro (2000).

8. Ver Fernandes (1974).

ordem civil, segundo os interesses dos grupos dominantes de São Paulo. Para a autora, o confronto entre militarismo e civilismo que marcou o cenário político brasileiro quando da disputa entre Rui Barbosa, apoiado pelas lideranças paulistas, e o marechal Hermes da Fonseca, reflete essa tensão.

A concorrência entre a Força Pública paulista e o Exército ocorre nos diversos meios de preparação militar. A vinda da Missão Francesa de instrução militar, no ano de 1918, é considerada um marco para o processo de profissionalização do Exército brasileiro. Porém, a partir de 1906 a Força Pública do Estado de São Paulo passou a receber instrução da Missão Francesa. Embora em 1908<sup>9</sup> vários oficiais do Exército tenham participado de instrução junto ao Exército alemão, quando era presidente o Marechal Hermes da Fonseca, o pioneirismo da modernização coube à polícia paulista. Diversas críticas foram feitas na época, principalmente por grupos receosos quanto à proeminência paulista e os defensores do Exército<sup>10</sup>. Durante o período das “salvações hermistas”, o secretário da Justiça, Washington Luís, designou o chefe da Missão Francesa, coronel Balagny, para organizar o sistema de defesas das fronteiras paulistas. Esta força repressiva, frente ao Exército no Estado de São Paulo, estava mais bem equipada, em materiais bélicos e efetivos militares, contando durante a Primeira República com artilharia e uma esquadrilha de aviação. Além de atuar como um pequeno exército relativo à preservação dos interesses de São Paulo quanto à política dos governadores, a Força Pública exerceu a função de repressão ostensiva aos movimentos dos trabalhadores. Nas palavras de Fernandes:

---

9. Lei nº 2050 de 31 dezembro de 1908.

10. Diário Popular, 8 de março de 1906/ A Platéia, 26 de abril de 1906, apud FERNANDES (1974: 161 – 162).

*“Até 1930 esta sofrerá melhoramentos contínuos, desde prédios, armamentos, meios de locomoção, assistência médico hospitalar, canil, pombal, telégrafo, artilharia, até a criação de uma esquadrilha de aviação. A Primeira República inaugura, de fato, o período áureo desta força repressiva.”<sup>11</sup>”.*

Os recursos colocados à disposição da Força Pública de São Paulo a capacitaram para atuar decisivamente durante a República Velha. Em 1922 combateu o levante tenentista enviando um batalhão ao Mato Grosso; auxiliou com 2400 soldados no combate à Coluna Prestes; postou-se ao lado de Washington Luís em 1930 enviando 3000 homens a Itararé e foi a base militar do levante paulista de 1932 contra o governo provisório de Vargas. Comparando os estudos realizados por José Murilo de Carvalho e Heloísa Rodrigues Fernandes, é perceptível o desafio latente das Forças Públicas em relação ao Exército. Embora o Exército e as Forças Públicas tenham crescido paralelamente em 200% entre a proclamação da República e 1930, em 10 estados as polícias militares superavam em número de efetivos o Exército, no caso de São Paulo uma diferença considerável, de 7538 homens contra 3675 elementos do Exército. A regionalização do poder militar durante a Primeira República significou uma forte barreira para o fortalecimento do Exército e a aquisição do monopólio do poder de coerção. Este tema foi recorrente nas discussões e ações políticas realizadas após a Revolução de 1930, particularmente por Vargas conquistar o apoio do Exército mediante promessas de modernização e fortalecimento da corporação.

O governo oligárquico relegou ao Exército um papel de coadjuvante, aproximando-se dos militares somente para alcançar os objetivos relativos aos interesses dos grupos em competição dentro do sistema político, cuja preservação para as elites beneficiadas,

---

11. Fernandes (1974: 167)

era prioridade. Todas as disputas entre os elementos das oligarquias eram aplacadas quando da divulgação do resultado das eleições, como ocorreu em 1922, na eleição de Artur Bernardes. O episódio das “*Cartas Falsas*” evidenciou o interesse dos cardeais do sistema político, em contar com o Exército apenas como elemento de prestígio eleiçoeiro. Os políticos de oposição à candidatura Artur Bernardes contavam com a corporação apenas para derrotar o adversário, sem oferecer a perspectiva de uma participação mais ativa dos militares no poder. Edgar Carone<sup>12</sup>, José Murilo de Carvalho<sup>13</sup>, Virginio Santa Rosa<sup>14</sup> e Nelson Werneck Sodré<sup>15</sup> assinalam a República Velha como período em que a condição do Exército de guardião dos interesses nacionais, correspondia a busca dos políticos do apoio da corporação na época das eleições. Para Edmundo Campos Coelho<sup>16</sup>, a ausência de uma política do Exército, afinada aos princípios hierárquicos impedia os comandantes militares de posicionarem-se em busca dos interesses próprios à corporação, resultando na perseguição de objetivos pessoais em relação às práticas de poder. A não incorporação de um projeto de nação articulado à inserção social do Exército constituía obstáculo substancial à elaboração de ações institucionais coerentes e objetivas. A secundarização do Exército dentro do sistema de poder despertou em certos grupos militares de alta patente à necessidade de reformas que dotassem a instituição de condições organizacionais próprias à efetivação do que consideravam ser sua função. A defesa da pátria passava por meios bélicos e humanos, pois bons soldados deveriam saber o momento de agir para resguardar as instituições e valores caros à nação. O principal problema

---

12. Ver Carone ( 1971).

13. Ver Carvalho (1977).

14. Ver Santa Rosa (1975).

15. Ver Sodré ( 1979).

16. Ver Coelho ( 1976).

seria o estado de penúria material e humana dos recursos do Exército, somado às dificuldades de preparação técnico-militar, aspectos estruturais internos, distribuição dos recursos humanos e deficiência material. A solução almejada foi a profissionalização, que corresponderia à resolução desses problemas, buscada insistentemente durante as décadas de 1910 e 1920.

Ao longo do século XIX e início do século XX, o recrutamento militar representava uma punição para a camada popular, feito à força, funcionava como uma seleção invertida, convocando aqueles que seriam arrimo de família ou trocando a prisão pelo serviço militar. Enquanto isso, os filhos da elite eram afastados do serviço militar por meio de mecanismos legais, e reservava-se às classes médias com dificuldades financeiras o acesso aos postos de comando. Edgar Carone assinala que a carreira militar era vista como opção de segunda classe. Em 1913 foi fundada a revista militar “*A Defesa Nacional*”, uma tentativa de elaborar mecanismos adequados à profissionalização dos militares, aperfeiçoando a qualidade do Exército brasileiro, que segundo os responsáveis, estava deteriorado em razão dos meios bizarros de conscrição e do atraso na utilização das modernas técnicas bélicas. Os jovens militares que propugnavam essas idéias na revista foram denominados “*jovens turcos*”, referência aos reformadores turcos. A profissionalização para os jovens turcos resultaria da adoção de material humano qualificado, necessário para a modernização e sistematização do sistema de treinamento.

Além do questionamento da incapacidade de aplicar adequadamente o alistamento militar, os jovens turcos evidenciaram formalmente problemas que comprometiam profundamente a capacidade de operação do Exército. A formação militar estava defasada, segundo o grupo, em relação às modernas técnicas de combate. Apregoavam a necessidade de ampliar as instâncias de formação, em particular as escolas militares,

representadas naquele momento somente por duas instituições<sup>17</sup>. Outras queixas fundamentais foram formuladas, como a falta de um sistema de promoções adequado à profissionalização militar e uma maior autonomia de gerenciamento dos recursos militares em relação ao Estado. Fundamental, na visão dos jovens turcos, era a aquisição do monopólio da força militar. A concorrência das forças públicas estaduais além de constituir obstáculo premente, evidencia, pelo elevado número de unidades da federação em que os policiais superavam em contingente e recursos os membros do Exército, o reduzido número de efetivos da instituição e a vulnerabilidade em relação as Forças Públicas. As deficiências do Exército eram potencializadas pela deficiência de material bélico e de meios industriais para suprir as necessidades militares, conjugadas à falta de uma política de defesa nacional correspondente à eficiente organização da cúpula militar.

Os jovens turcos receberam a influência da tradição militar alemã, tomando-a como referência de Exército moderno. Mas a derrota da Alemanha na Primeira Guerra Mundial e a adesão do Brasil às forças da Entente em 1917, foi decisiva para que, em 1920, a Missão Militar Francesa viesse ao Brasil auxiliar na profissionalização do Exército. A principal contribuição dos consultores técnicos franceses foi a formação de bons oficiais de Estado-Maior, que passam efetivamente a exercer a política de defesa nacional a partir dos interesses do Alto Comando militar. Isso significou a busca da expansão do Exército, do fortalecimento da hierarquia e a incompatibilidade de movimentos como o tenentismo com a instituição, ou seja, da ação autônoma dos escalões inferiores. O padrão almejado é o soldado-profissional, a não intervenção política. É válido afirmar que os jovens turcos estimulam dentro do Exército a crença de que o desenvolvimento da instituição e o sucesso de seus membros dependeriam de uma ampla reforma da instituição, adequando-a às exigências do

---

17. A Escola Militar do Realengo, no Distrito Federal e a Escola Militar de Porto Alegre.

mundo moderno. Porém, o grupo caracterizava-se por almejar mudar a instituição de acordo com a legalidade, reprovando toda e qualquer forma de expressão militar que caracterizasse insubordinação contra as autoridades constituídas. A revista “*A Defesa Nacional*” condenou explicitamente a revolta militar de 1922. Já em seu primeiro editorial, em 1916, explicita o conceito relativo à ação social do Exército, segundo os responsáveis:

*“O Exército precisa estar preparado para a sua ação conservadora e estabilizante dos elementos sociais em marcha e preparado para corrigir as perturbações internas, tão comuns na vida tumultuária das sociedades que se formam.”<sup>18</sup>”*

No entanto, é necessário observar que a luta pela profissionalização caracterizou-se por muitas dificuldades. Foi insuficiente apontar os problemas que caracterizavam a corporação sem a conquista de uma certa autonomia em relação às demais esferas administrativas do Estado. Exemplo contundente desta situação paradoxal vivida pelos jovens turcos ocorreu em 1916, nos primórdios da constituição do grupo. Em 1916 os jovens turcos conseguiram o apoio do Ministro da Guerra, José Caetano de Faria, para a implantação da Lei do Sorteio Militar, visando amparar e tornar equânime o alistamento universal e o serviço militar obrigatório. Contrariando as expectativas dos jovens turcos, ocorreram resistências à lei. A falta de órgãos militares dedicados ao controle dos alistamentos, que foram usados como instrumentos políticos de controle social, pois eram realizados por juntas municipais coordenadas pelos presidentes das câmaras de vereadores, impediu o alcance dos resultados almejados.

---

18. *A Defesa Nacional*, Editorial, outubro de 1913, nº1

O impacto mais significativo da experiência dos militares brasileiros em relação à organização militar alemã a partir de 1906 foi a preconização do afastamento do militar da política, considerado fator de estabilidade da corporação, somada a profissionalização do recrutamento e à adequada provisão dos recursos bélicos. José Murilo de Carvalho considera que os postulados apreendidos pelos jovens turcos repercutiram no ideal de profissionalização da corporação, orientando inclusive a rebeldia reformista dos tenentes, que percebiam na reforma política do Estado a efetivação das condições de exercício da missão militar. Sua semente mais significativa foi, na visão de Carvalho, a implantação da Escola Militar do Realengo sob a influência dos jovens turcos:

*“Ao se abrir em 1911 a Escola do Realengo era muito distinta de sua antecessora. O ensino já era quase todo militar como também era militar a disciplina interna. Em 1916, como consequência da influência dos renovadores, é mandada à Escola o que se chamou de Missão Indígena, ou seja, um grupo de jovens instrutores, alguns” turcos “, imbuídos da nova mentalidade. Juarez Távora, que freqüentou a Escola de 1917 a 1919, diz destes “jovens:”Coube-lhes, sem dúvida, o mérito de darem à instrução das várias armas uma tônica de objetividade e renovação que ela nunca dantes tivera”. Esta maior preocupação profissional, aliada ao relativo isolamento físico em que se encontrava a nova Escola foram fatores que afetaram seu comportamento político<sup>19</sup>”.*

Para Fausto, a Escola Militar do Realengo contribuiu significativamente para a profissionalização, refletindo-se na formação dos tenentes que a freqüentaram, mesmo no momento de quebra de hierarquia em relação ao não apoio das cúpulas militares para com os levantes realizados antes de 1930. A Escola impregnou essa geração com ideais sublimadores da missão profissional dos militares. Boris Fausto observa que a Escola:

---

19. Carvalho (1977: 199).

*“(...) favoreceu a formação de uma certa coesão grupal, de uma consciência militar, em um meio social em que a supremacia das oligarquias civis começava a ser contestada<sup>20</sup>”.*

Certamente o envio de militares brasileiros à Alemanha preparou terreno para a Missão Militar Francesa contratada a partir de 1918 e instalada no país em 1920, perdurando até 1934. A experiência da Primeira Guerra Mundial significou para os militares a renovação de muitos conceitos bélicos, especialmente o de defesa nacional. A intensidade da conflagração européia foi responsável por envolver todos os setores sociais no esforço de guerra. Os estrategistas militares europeus acreditavam em 1914 em uma guerra rápida, ilusão destruída mediante o amplo poder de conflagração e destruição dos beligerantes. O conflito durou quatro anos e três meses, mobilizando exércitos de milhões de homens. Para equipá-los, foi necessária uma imensa mobilização de recursos em suprimentos e armas. A produção agrícola e industrial passou a ser dirigida para suprir as exigências bélicas. Mulheres passaram a ocupar postos de trabalho reservados anteriormente aos homens. O Estado, nos países em guerra, adquire a preeminência do planejamento econômico e da produção. Militarmente criou-se um novo conceito de defesa nacional, envolvendo como constituintes da estratégia militar todos aspectos relevantes da vida de um país, incluindo a estrutura militar propriamente caracterizada até o desenvolvimento de indústrias estratégicas para a defesa, como a siderurgia e o controle das fontes de energia. José Murilo de Carvalho aponta a criação do Conselho de Defesa Nacional, em 1927, como influência da Missão Francesa, cuja insistência

---

20. Fausto ( 1972:31).

na formulação do planejamento da defesa nacional aliava mobilização nacional, recursos econômicos e aspectos psicológicos.

Segundo autores como José Murilo de Carvalho e Edmundo Campos Coelho, a Missão Militar Francesa foi decisiva para a alteração na mentalidade dos oficiais e na própria estrutura do Exército. São construídos quartéis, distribui-se melhor a jovem oficialidade pelos corpos do Exército, particularmente, reorganiza-se o ensino militar de formação e aperfeiçoamento. Daí decorre à procura de um maior distanciamento entre o Estado-Maior e a tropa, implicando no reforço da hierarquia e dos quadros superiores como condutores privilegiados da corporação. No entanto, os jovens turcos ao evitarem discutir as relações entre suas funções militares e a política no Brasil, deixavam de definir o papel do Exército em relação às questões nacionais que afetavam a instituição. Gerava-se um hiato entre a idéia básica de organização e eficiência profissional e a realidade social da instituição. Os jovens turcos contribuíram, para Edmundo Campos Coelho, com um aprofundamento da crise latente que se expressou a partir do tenentismo, pois formaram uma dissidência legal. Sem romper os regulamentos disciplinares apontaram os problemas que limitavam socialmente o Exército.

Neste aspecto, é importante a análise do depoimento dos contemporâneos do período e ligados as questões militares. A obra do general e pesquisador Nelson Werneck Sodré constitui uma referência importante. Não obstante, possui um caráter ensaístico e memorialista comprometido com o projeto nacional-populista de transformação social. Em razão de suas opções políticas e ideológicas, Werneck Sodré projetava o Exército como a expressão autêntica do povo brasileiro, particularmente por sua abrangência nacional, mas na visão do escritor, deturpado por suas lideranças. Suas informações são pertinentes, mas devem ser avaliadas com cuidado em virtude de suas opções ideológicas e ligações afetivas com o Exército, o que de certo modo, explica seu endosso integral ao trabalho de outro analista do

período estudado e também dos militares, Virgínio Santa Rosa. Na postura de Werneck Sodré fica clara a defesa da postura do soldado cidadão, protetor das instituições, do Exército e ativo na resolução das mazelas populares. Daí seu ceticismo quanto a todas as propostas e projetos exclusivamente profissionalizantes, e também em relação aos tenentes considerados por Sodré como expressão militar da burguesia urbana.

Para Nelson Werneck Sodré, o projeto dos jovens turcos foi perturbado pela realidade, afinal graves questões políticas envolveram o Exército, advindas das condições estruturais que não poderiam ser modificadas por planos idealistas. O episódio das Cartas Falsas, na visão de Sodré, contagiou os jovens oficiais que identificaram a revolução burguesa como vantajosa para o Exército, objetivando afastar o latifúndio sem destruí-lo, para implantar as reformas pugnadas pelo tenentismo. Já Edmundo Campos Coelho acredita que a aceitação do programa de reformas dos jovens turcos não obteve sucesso quanto ao apoliticismo defendido. Não havia precedentes históricos para sustentar essa intenção e, para Coelho, a abstenção política dos militares correspondia à subalternidade imposta pelas elites civis, sem ganhos em modernização e profissionalização do aparato militar do Exército. O trabalho dos reformadores despertava a percepção de problemas individuais como as dificuldades materiais de vida, ausência de oportunidades de ascensão na carreira e também organizacionais, relativas à formação profissional deficiente, incompetência das chefias, falta de renovação do quadro de oficiais superiores. As medidas implantadas no Exército brasileiro a partir da experiência dos jovens turcos e da instalação da Missão Francesa, não atacaram um aspecto fundamental para a manutenção da corporação. Os recursos destinados ao Exército eram insuficientes para a manutenção da máquina militar. Outro obstáculo constante foi a formação das Forças Públicas estaduais, que cresceram em poder bélico e político durante a Primeira República. A deficiência material, financeira e a concorrência das Forças Públicas

estaduais, despertaram parcela da oficialidade para os problemas políticos que afetavam instituição. O tenentismo, movimento gerado no Exército que buscava solucionar os problemas relativos à instituição, surgiu na década de 1920, aglutinando a jovem oficialidade do Exército, atraindo o apoio dos setores sociais urbanos. Muitas das características do movimento originam-se da jovem oficialidade, por exemplo, a idéia de centralização política ou o elitismo do movimento. As raízes do tenentismo vinculam-se às transformações processadas no interior da instituição militar que é o Exército. O ensino de base positivista, que dotava os cadetes de preocupações com questões nacionais, superando as puramente militares, não se esgotou com o fechamento da Escola Militar da Praia Vermelha em 1904, nem com o ensino eminentemente técnico oferecido pela Escola Militar do Realengo, criada em 1911. Havia aspectos próprios a definição da missão militar que inquietavam a jovem oficialidade, em particular a contribuição dos militares para o sistema político necessário à construção de um país moderno.

Para Nelson Werneck Sodré, o tenentismo conjuga particularidades da vida militar com a posição de vanguarda defensora da ascensão burguesa. O clima político propiciado pelas “*Cartas Falsas*” em 1922, deu expressão, na visão do autor, a uma corporação em crise, que se percebia instrumento inadequado do latifúndio, desde as intervenções incipientes de Hermes da Fonseca com sua política de salvação estaduais, quando o marechal foi presidente da República. A ascensão tardia da burguesia, na opinião de Sodré, necessitava de uma contraparte militar cujo alcance nacional possibilitaria a reconfiguração do poder. A avaliação de Sodré é corroborada por Virgínio Santa Rosa, que definiu o tenentismo como a primeira expressão política das classes médias, de alcance nacional. Segundo Santa Rosa, os tenentes estavam providos de forte consciência de classe e experiência revolucionária conquistada durante os anos de exílio. Para ambos autores, o

tenentismo expressa a diversificação da sociedade brasileira, efeito direto do desenvolvimento da indústria, do comércio, de funções e cargos relativos à ampliação da estratificação social. O tenentismo, portanto, representava a luta da burguesia contra as elites rurais. Aliás, Sodré atribui ao Exército um caráter democrático inerente à sua constituição popular, afirmando constantemente em sua análise que uma corporação ordenada por seus verdadeiros princípios contribuiria para um país mais justo, não aplicando a suas conclusões a premissa que fundamentava suas análises, que as relações sociais são construídas em vez de serem etéreas.

Sodré e Santa Rosa desenvolveram reflexões privilegiando as raízes sociais do tenentismo. Porém, negligenciaram a importância de uma visão de mundo própria aos membros de uma instituição como o Exército. Deste modo, Edmundo Campos Coelho contrapõe-se às idéias dos autores anteriores, criticando o que denomina visão instrumental do Exército, conceituado como ferramenta de grupos sociais em competição. Segundo Coelho, essa concepção reduz o Exército a mero reflexo da sociedade civil, inviabilizando a compreensão, por exemplo, das posições aparentemente contraditórias da cúpula militar no controle do Exército em 1954, 1955, 1961 e 1964. O tenentismo e o Exército devem, para Coelho, ser alvos de uma compreensão organizacional, priorizando essencialmente fatores de estímulo do comportamento social e político, relevantes para a aquisição de autonomia social, que filtram os influxos da sociedade civil. Daí, a pressão dos tenentistas pela mudança do sistema político que subsidiou a República Velha, identificando o sistema liberal vigente como corrupto e provocador da precariedade organizacional, bélica e política do Exército. Para Coelho a competição com as Forças Públicas estaduais, verdadeiras guardas pretorianas da política dos governadores, realçaria os obstáculos colocados a uma instituição que por ser nacional, deveria opor-se à fragmentação.

Apesar das diferenças entre as análises de Santa Rosa e Sodré em comparação a Coelho, um traço comum permeia esses autores, o Exército como instituição nas três primeiras décadas do século XX estava desprovido das condições necessárias à orientação de práticas sociais que possibilitassem um maior poder de interlocução com a sociedade. A fragmentação da instituição impedia a elaboração de um conceito de nação correspondente às funções da instituição, que por sua vez orientasse a ação social do Exército. A luta dos jovens turcos pela profissionalização do Exército correspondeu à primeira tentativa de fazê-lo. Um contemporâneo apontava as lastimáveis condições dos quartéis antes das iniciativas encampadas pelos jovens turcos, como a vinda da Missão Militar Francesa:

*“(...) enquanto um certo número de oficiais, sargentos e outros praças se esbaforiam, a escrever, na secretaria, na casa das ordens, na arrecadação (hoje denominada almoxarifado) ou nas dependências do rancho, a maioria dos capitães e tenentes matava o tempo numa sala do estado maior, trepando, isto é, falando da vida alheia, jogando gamão ou dominó. Quando a gritaria dos jogadores ou da assistência se tornava insuportável, o ajudante vinha da parte do major por um jato de água fria naqueles entusiasmos.”<sup>21</sup>*

Os tenentistas buscavam o processo revolucionário, na década de 1920, para romper as limitações políticas e profissionais que caracterizavam o Exército em relação ao sistema político e ao exercício do poder. Os participantes do tenentismo partiam do pressuposto que a profissionalização implicava a racionalização do poder, para benefício da instituição. Sua erupção significou a explicitação do questionamento do poder da elite militar

---

21. Carone ( 1971:355).

vista pelos tenentes como comprometida com o regime liberal. A contestação dentro do regulamento disciplinar ou através do rompimento da hierarquia expressava o esgotamento do controle do Exército pelos oficiais desvinculados do compromisso com as mudanças necessárias para o fortalecimento da instituição. Entretanto, essas transformações conectaram-se a mudanças externas à corporação, provocando disputas entre os militares, que se envolveram com as questões mais candentes do período, na crise relativa ao fim da República das oligarquias e da consolidação de Getúlio Vargas no poder.

Deste modo, os levantes de 1922 cujo estopim foi o episódio de supostas injúrias do candidato Artur Bernardes ao Exército, representam uma reação possibilitada pela leitura institucional de fatos relativos às relações da corporação com os demais setores da sociedade. Apesar das dificuldades expostas anteriormente, o Exército brasileiro conseguira impregnar seus membros de um certo espírito de corpo, manifesto nas situações mais graves para a instituição como um todo. As reivindicações dos militares rebelados e dos “jovens turcos” ecoavam na cúpula da instituição. A criação do Conselho de Defesa Nacional revela que a preocupação com a modernização da instituição para a realização da missão do Exército permeava a alta oficialidade. Jordan Young<sup>22</sup> afirma que os principais líderes militares foram procurados por políticos nos últimos anos da década de 1920, efetuando várias promessas quanto à expansão do Exército, incluindo novos equipamentos e uma reforma no sistema de promoções. Outro estudo fundamental foi realizado por Joseph Love<sup>23</sup>, que mensurou as relações entre os militares do Exército e os políticos do Partido Republicano gaúcho naquele estado. Segundo Love, a concentração de 20% das tropas federais no Rio Grande do Sul em 1920, da única academia militar-profissional além da existente na capital federal, de oito dos

---

22. Ver Young (1979).

23. Ver Love (1975).

30 generais de divisão serem gaúchos, condicionaram a formação de uma lealdade regional entre as forças federais e os políticos locais. Fator significativo foi, também na visão de Love, a defesa dos políticos gaúchos do aumento das verbas militares. As evidências levantadas por Young e Love permitem verificar que havia uma percepção comum a todos oficiais do Exército dos problemas que afligiam a instituição e da necessidade de formular soluções. A radicalidade dos tenentes e o reformismo dos jovens turcos foram tentativas diferentes de resolver os problemas da corporação. A adesão da cúpula do Exército à Revolução de 1930 resultou, portanto, da consideração de fatores de caráter profissional-militar, cuja resolução implicava a eliminação dos aspectos mais fortes da organização oligárquico-regionalista do Estado. A opção da cúpula do Exército pela Revolução de 1930 decorre da crença em sua viabilidade, especialmente na mudança política na administração do Estado e no encaminhamento considerado mais adequado para as questões militares.

Os debates realizados em torno da participação política dos militares do Exército revelam a importância da instituição para a ação de seus membros. As fontes documentais exploradas permitem afirmar que tanto militares legalistas e rebeldes durante as décadas de 1920 e 1930, agiam a partir das considerações realizadas sobre as necessidades do Exército. As memórias dos principais líderes do período como Juarez Távora, Bertoldo Klinger, Góis Monteiro, Juracy Magalhães, Osvaldo Cordeiro de Farias, Setembrino de Carvalho, João Alberto Lins de Barros, Estevão Leitão de Carvalho, entre outros, enfatizam as considerações de ordem militar para as intervenções políticas realizadas a partir de 1922, o que também justificava para os militares legalistas o combate dos rebeldes militares. Deste modo, é pertinente para o objetivo principal do presente trabalho explorar as condições de exercício da carreira militar no Exército na década de 1920, considerando os movimentos de intervenção militar, a formação dos oficiais e as condições materiais.

O tenentismo deve ser caracterizado, sobretudo, como uma forma de atuação política de parcela do Exército brasileiro, fragmentado por projetos conflitantes. Enquanto manifestação militar com objetivos políticos, o tenentismo contém os seguintes elementos: resolução dos problemas nacionais mediante a aplicação da força; não formulação da proposta de um governo militar; participação maciça de jovens oficiais de baixa patente; persistência, ao longo de vários anos de cisão com o Exército mediante o ideal de agirem na defesa da corporação. A manutenção do tenentismo durante vários anos ocorreu principalmente em relação ao ideário de defesa da nação representada pelo Exército. Contudo, o tenentismo não pode ser caracterizado como um movimento homogêneo. A série de rebeliões militares dos anos 20 e a marcha da Coluna Prestes forneceram a muitos contemporâneos e analistas a impressão incorreta de que o movimento possuía um elevado grau de coesão ideológica. As pesquisas realizadas por historiadores apontam no sentido oposto. Especialmente a partir de 1930. A chegada dos tenentes ao poder implicou na formação de uma grande variedade de alianças políticas, o que caracterizou para muitos historiadores a fragilidade do movimento tenentista. A incapacidade de organizar um partido político ou associação capaz de coordenar nacionalmente a ação do grupo evidenciou a falta de perspectiva política mais ampla e profunda do grupo.

As análises empreendidas por historiadores e sociólogos dividem o tenentismo em duas fases distintas: antes de 1930 e depois da Revolução, marcada pela progressiva diluição do movimento a partir da participação cada vez maior de seus membros na administração do Estado, ocupando cargos no governo federal ou no comando das interventorias estaduais e respectivos órgãos administrativos. Para uma análise mais matizada do Exército, é necessário verificar suas condições de existência pré-1930. As raízes do tenentismo e o estudo da oposição militar à sua existência propiciam uma compreensão

aprofundada da cisão militar e também dos aspectos que ligavam os grupos militares em conflito. Historicamente, o tenentismo representou para o Exército brasileiro sua mais grave cisão. Há um aspecto específico, no entanto, que torna a secessão institucional peculiar: os tenentes delinearão e empreenderam suas ações valorizando o Exército, em busca do estabelecimento do papel político arbitral que acreditavam fundamentar as atribuições da corporação. A crítica dos tenentes se dirigia não à instituição, mas à cúpula de generais considerados inaptos para aplicar o papel político do Exército e de defender sua independência dos políticos civis. Esses elementos possibilitam perceber que as manifestações militares somente são inteligíveis quando pensadas a partir do cruzamento da historicidade do período analisado com o caráter institucional do Exército, organização estatal permanente e complexa. Portanto, idéias como as de Virgínio Santa Rosa, que identificam os tenentes como representantes da pequena burguesia desejosa de mudanças, em oposição à dominação oligárquica, não são suficientes para explicar o movimento e muito menos o Exército.

O episódio das “cartas falsas” evocado na literatura sobre o tenentismo como motivo das revoltas militares é insuficiente para dar conta da extensão e profundidade da cisão militar. Diversos problemas são percebidos quando da revolta tenentista. Primeiro, por que somente uma reduzida parte dos oficiais, sendo a maioria deste grupo composta por jovens tenentes e capitães, revolta-se a partir de 1922 e anos seguintes? Por que a cúpula do Exército e a maioria dos oficiais não endossaram a revolta militar, supostamente conduzida por indivíduos da mesma base social e em benefício do Exército? Quais motivos provocaram a cisão dos tenentes com a cúpula militar e a tropa? Por que somente em 1930 os tenentes conseguem estabelecer alianças eficientes para a tomada do poder? As múltiplas questões suscitadas com o tenentismo são mais bem analisadas mediante a investigação das particularidades do Exército na década de 1920 e da disputa pelo controle do posicionamento

social considerado adequado à instituição por parte dos militares rebelados e dos legalistas, que apesar do confronto voltam a conviver na instituição durante a década de 1930 e dar suporte ao governo Vargas até 1945, sendo decisivos na implantação do Estado Novo em 1937. O controle da instituição e a definição de seu papel político passam exatamente pela definição da relação do Exército com os demais grupos sociais, mediado na identificação com uma idéia de nação. O objetivo da tese de doutorado é perceber como a elaboração de uma doutrina militar, entre o período de 1930 a 1937, foi fundamental para reestruturar o Exército e suas ações. Para tanto, é fundamental estudar como o conceito de nação é apropriado por cada facção militar e instrumentalizado para orientar ações políticas e sociais internas e externas ao Exército. Objetivamente, conceito de nação é essencial para legitimar a ação do Exército, conectada à relação entre sua cúpula dirigente e os demais grupos sociais, construindo historicamente, a partir das disputas internas à corporação, a participação da instituição na construção da história do país. Portanto, as rupturas internas e suas conseqüências conectam-se à própria característica de inserção social do Exército. Os grupos em conflito no Exército nas décadas de 1920 e 1930, obrigatoriamente deveriam buscar atingir seus objetivos alterando a inserção social do Exército em relação à sociedade, sem desconsiderar as características que anteriormente pautavam essa inserção. Superando as idéias de Virgínio Santa Rosa, diversos pesquisadores propuseram a necessidade de averiguar a partir da avaliação institucional o papel dos militares do Exército. Edmundo Campos Coelho trata-o como ator político autônomo, enquanto Bóris Fausto percebe o tenentismo como movimento de conteúdo militar específico:

*“(...) Um movimento político e ideologicamente difuso, de características predominantemente militares, onde as tendências reformistas autoritárias aparecem em embrião.<sup>24</sup>”*

Fausto também observa que ações dos tenentes ocorreram independentemente do apoio de setores civis, rompendo inclusive com os instrumentos recorrentes das oposições estaduais, particularmente, candidaturas, protestos, rearranjos. O historiador aponta a falta de apoio popular para caracterizar o tenentismo como movimento militar, notadamente quando em suas manifestações os tenentes assumem a condição de oficiais do Exército responsáveis pela mediação entre a instituição regeneradora da nação e o povo. Apesar dos confrontos realizados contra as forças militares legalistas, em todos os manifestos, os rebeldes atribuem suas ações ao Exército. Essa percepção revela um aspecto fundamental, a formação e ressocialização dos elementos dentro do Exército. Como os militares não provêm de uma origem homogênea e desenvolvem laços de identificação com a instituição, é evidente a importância dos mecanismos de integração e educação militares. Sobre os tenentes em particular, que compunham apenas parte de um segmento hierárquico dentro do Exército, Boris afirma:

*“Como membros das Forças Armadas, os tenentes participam de uma categoria específica – parcela do aparelho do Estado – que não é diretamente determinada pelo critério de classe, dependendo do funcionamento concreto desse aparelho, no conjunto de uma formação e de suas relações com as diferentes classes ou frações. Mas a vinculação de classe não é indiferente e introduz uma variável importante na compreensão do comportamento tenentista, ao possibilitar um certo tipo de ação e de ideologia, cujo exemplo mais claro são as formulações desenvolvimentistas. As relações entre classes médias e*

---

24. Fausto ( 1978:37).

*tenentismo não se concretizam nem sob a forma de efetiva organização destas classes pelo movimento, nem pela sua representação específica como “potência governamental” . A aproximação mais segura entre a categoria social e a corrente deriva do fato de um setor do movimento, detendo alguns postos de direção do Estado, propor-se a realizar um programa de reformas, pequeno-burguês em essência, embora com escassa correspondência na pequena burguesia do tempo. Do ponto de vista do episódio de 1930, está incorrespondência não permite defini-lo como movimento de ascensão das classes médias ao poder, através da representação política do tenentismo.<sup>25</sup>”*

Fausto afirma que as semelhanças entre o ideário clássico da pequena burguesia, identificado na análise das relações de classe próprias das sociedades industriais da Europa Ocidental não são um modelo aplicável às relações sociais no Brasil. O caráter militar do tenentismo constitui um filtro que medeia as relações do movimento com o restante da sociedade. Em razão desse aspecto, mesmo atingindo o poder, os tenentistas foram incapazes de produzir um programa de reformas coincidente com sua classificação de aparato político e armado da pequena burguesia. A impossibilidade de gestar propostas políticas com o mínimo de homogeneidade repousaria na impossibilidade de estender a compreensão militar das relações sociais à divisão entre classes e grupos sociais. A visão hierárquica das relações sociais impedia os tenentes de negociar um programa político que integrasse de modo mais concreto suas propostas, cujo caráter genérico fragmentou o movimento e facilitou sua absorção em um Exército recomposto durante a década de 1930.

A projeção do Exército como partido político representante das camadas médias da sociedade baseia-se na confusão conceitual entre a origem social dos militares do Exército e o conteúdo de classe de sua ação política. As características institucionais do

---

25. Fausto (1978:43).

Exército permitem afirmar que a natureza de suas ações originava-se na não-dependência da oligarquia. A natureza de suas funções exigia coesão, organização e comprometimento com uma estrutura nacionalizada, que partindo de uma base profissionalizada poderia basear ações políticas não vinculadas a frações de classe civis. Outro fator importante é a inserção do Exército no aparelho do Estado, propiciando aos oficiais um conhecimento aprofundado dos mecanismos institucionais e seu uso na competição política intra-oligárquica, favorecendo a formação de propostas de reformas de sistema político. No entanto, a experiência dos anos 20 indica a existência de três posturas adotadas dentro do Exército em relação ao sistema político e as necessidades da própria instituição, cuja interface para com as relações de poder é inegável, e que analisarei no próximo capítulo. Primeiro a reforma das condições precárias de existência da corporação, propugnada pelos reformadores militares denominados jovens turcos, segundo a intervenção armada tentada pelos tenentes, ou finalmente, a integração institucional ao sistema vigente que segundo os rebeldes corrompia a instituição, beneficiando apenas os militares de alta patente.

## 2. GRUPOS MILITARES: VISÕES SOBRE O EXÉRCITO

Para salientar a constituição de cada grupo dentro do Exército os analisei separadamente. Os manifestos dos militares rebeldes na década de 1920 não permitem afirmar que sua ação objetivava atingir as classes dominantes ou favorecer as classes dominadas. Antes, visavam superar o que interpretavam como posição subordinada do Exército dentro do aparelho do Estado. A identificação entre tenentismo e pequena burguesia em oposição ao latifúndio, iniciada por Santa Rosa resulta, portanto, da confusão entre críticas relacionadas à posição do Exército na organização política e as reivindicações imprecisas sobre as reformas da sociedade brasileira necessárias à consolidação do aparelho militar. Houve um equívoco analítico entre a busca de afirmação de interesses corporativos e as pesquisas que ligavam a composição social heterogênea do Exército às expectativas das camadas médias urbanas.

A ressocialização empreendida no processo de formação militar operava uma fidelização dos indivíduos aos valores do Exército. O principal objetivo da educação militar é dotar os membros da corporação de uma visão estritamente militar, cuja percepção é moldada na crença da superioridade do Exército, na imparcialidade de suas ações como resultado da necessária proteção da Nação, arbitrando as lutas internas cujo limite seria a preservação das regras constitucionais. A identificação dos interesses do Exército com os da Nação faz com que todas as ações militares, inclusive as tenentistas, não ocorram em nome de uma classe. No caso do tenentismo, seus manifestos vinculavam a posição subordinada do Exército e a carência de recursos militares, financeiros e humanos como resultado da corrupção do sistema político. As reivindicações tenentistas não questionam decisivamente as bases de poder das oligarquias, como a concentração fundiária, recorrendo inclusive a soluções moralizantes das relações políticas, quando preconizavam a regeneração dos costumes políticos, moralização

administrativa, entre outros. A difícil passagem do diagnóstico dos problemas militares para a análise da conjuntura social, política e econômica evidencia não somente a incapacidade de propor mudanças radicais em relação à experiência concreta, mas a falta de habilidade em definir suas bases de apoio fora do Exército. Tal situação é patente tanto no isolamento dos integrantes do tenentismo quando da eclosão das rebeliões militares e no período de ação da Coluna Prestes, quanto no período pós 1930, cuja tônica foi a dissolução do movimento, absolvido dentro do Exército.

A investigação das folhas de serviço dos militares rebelados do Exército permite delimitar a importância da educação militar. Os revoltosos entre 1922 e 1927 foram alvos de variadas sanções disciplinares ou judiciais, desde a prisão militar por insubordinação, insurreição e deserção até a marginalização dentro da corporação. As memórias militares mostram que muitos revoltosos viveram no Brasil na clandestinidade ou no exílio. Porém, não perderam o vínculo com o Exército e sua condição de oficiais. Essa situação aponta a importância da solidariedade institucional. Muitos militares, como atestam as memórias, integraram as revoltas de 1924-1925 por solidariedade aos companheiros ameaçados de exclusão da corporação. Igualmente importante é a não expulsão do Exército dos tenentes, afinal entre 1927 e 1930, soldados, cabos e civis rebelados foram anistiados, enquanto diversos projetos de anistia geral não foram aceitos no Congresso Nacional. Esse paradoxo, a não expulsão dos revoltosos do Exército e a oposição da alta cúpula militar à anistia geral e irrestrita levantam a hipótese de que o estado-maior da instituição buscava resolver a situação militar por outro caminho que não levasse a conciliação sem a necessária subordinação dos tenentistas aos ditames da instituição, ou seja, reincorporar a tropa os revoltosos demonstrando o poder de coerção dos legalistas e a identificação correta desta posição com os verdadeiros interesses da Nação. Para corroborar essa assertiva basta verificar o procedimento

adotado para com os militares envolvidos com a ALN/Partido Comunista em 1935, expulsos do Exército e destituídos de suas patentes por determinação da cúpula do Exército. Além da extinção da ação política autônoma da jovem oficialidade, essa medida objetivava reforçar a coesão hierárquica almejada pelas principais lideranças da instituição naquele momento.

A tolerância para com os revoltosos da década de 1920, em relação à manutenção desses elementos nos quadros de Exército tem maior significado quando realizada a comparação entre a Primeira República (1889-1930) e o período monárquico. Durante o período republicano as intervenções militares conseguem, a começar da proclamação da República, afetar o poder central, efeito inexistente durante a Monarquia. A soma dos aspectos internos ao Exército e a particularidade do momento histórico permitem perceber mais acuradamente a erupção de movimentos de intervenção dos militares. Sob essa ótica, a perspectiva teórica de José Murilo de Carvalho é fundamental:

*“A sociologia tem mostrado exhaustivamente que as organizações possuem características e vida próprias que não podem ser reduzidas a meros reflexos de influências externas. Isto vale particularmente para as organizações militares, que, além de serem de grande complexidade, se enquadram no que Goffman chama de instituições totais. Estas instituições, pelo fato de envolverem todos os aspectos de vida de seus membros, desenvolvem identidade mais marcada, o que aumenta seu grau de autonomia em relação ao mundo exterior. Quando plenamente desenvolvidas, chegam a requerer de seus membros radical transformação de personalidade, como pode ser observado em antinomias do tipo “homem velho” versus “homem novo”, “militar” versus “paisano”<sup>1</sup>.*

Para Carvalho a análise institucional não esgota a questão, mas é o ponto de partida de toda investigação sobre os militares. Essa premissa é evidente quando o autor

---

1. Carvalho (1997:183).

organiza um quadro geral das intervenções militares entre o período de 1889-1930, constatando que as características das intervenções mudam conforme o escalão hierárquico que as promove. Outro aspecto destacado por Carvalho é que dificilmente as intervenções envolviam a corporação como um todo, sugerindo que quanto maior fosse o controle da cúpula militar no controle da iniciativa política, maior conservadorismo social perpassaria à ação.

No intuito de verificar essa premissa, Carvalho recorre a diversos instrumentos, como o estudo do processo de recrutamento militar e a formação da oficialidade. O autor investigou os modos de recrutamento de praças e oficiais e as suas origens sociais. Carvalho percebe que a lei do sorteio militar, concebida em 1908 e efetivada em 1916, possibilitou a captação de indivíduos melhor preparados, pois se substituíu o recrutamento compulsório, que afetava as pessoas mais desprotegidas perante esse mecanismo. Os militares que experimentaram esse período são unânimes em afirmar as dificuldades de instrução e disciplinamento de indivíduos analfabetos e desprovidos de qualificação. Outro fator importante para a melhoria dos quadros do Exército foi à extinção, em 1918, da Guarda Nacional, implicando no monopólio do serviço e da carreira das armas ao nível nacional, aumentando o poder político do Exército.

Quanto à formação dos oficiais do Exército, Carvalho elege a instalação da Escola Militar do Realengo como o marco divisor da educação militar no Brasil. Entre 1880-1910, os militares receberam uma formação eclética de base positivista, caracterizando-os como “*bacharéis de farda*”. A Escola Militar do Realengo buscou dotar os cadetes com uma orientação mais técnica e profissional, para a formação de quadros militares especializados e evitar as freqüentes rebeliões da juventude militar, particularmente na Escola Militar da Praia

---

Vermelha em 1893, 1895, 1897, 1904. Apesar da Escola Militar do Realengo ter como revolta apenas o marco de 1922, os tenentes não deixaram de perceber nas instituições de educação militar, a fonte para o recrutamento de jovens oficiais. Provavelmente os militares rebeldes percebiam que os jovens militares poderiam ser mais suscetíveis à pregação revolucionária do que os quadros já integrados no serviço ativo do Exército. As memórias de Juárez Tavóra e Ernesto Geisel, por exemplo, atestam, no caso do primeiro, como os tenentes mais experientes viam a oficialidade em formação como fonte de ampliação do tenentismo e, no caso do futuro presidente do regime militar inaugurado em 1964, a admiração que os cadetes sentiam pela ação arbitral e nacionalista do Exército representado no movimento insurrecional. A revolta na escola Militar da Praia Vermelha em 1904 provocou o fechamento da instituição na capital federal até o ano de 1911, quando foi reinstalada no bairro carioca do Realengo. No período, o ensino foi ministrado em Porto Alegre, na Escola de Guerra. No caso, o interstício é particularmente marcado pela busca de novos parâmetros de ensino, formação e atuação do militar do Exército. Durante a década de 1910, constituiu-se um núcleo de jovens militares, denominados jovens turcos, que objetivou a reformulação do Exército brasileiro sob parâmetros mais profissionais como a implantação efetiva da Lei de sorteio militar. Em artigo na revista *A Defesa Nacional*, Estevão Leitão de Carvalho diagnostica, em 1913, que o processo de seleção dos quadros do Exército era inadequado, captando apenas os desocupados, ou indivíduos vitimados por tragédias regionais como a seca no sertão nordestino. Em outro artigo o autor evidencia as conseqüências danosas provocadas pelo modelo de recrutamento aplicado até então. Leitão de Carvalho constatou que durante o período de um ano, quando foram avaliados cerca de 220 integrantes de um batalhão, verificou-se que 17 foram expulsos

e os demais receberam ao todo 390 castigos, resultando na média de 14,5 dias de prisão para cada militar punido. Segundo José Murilo de Carvalho, a manutenção paralela da Guarda Nacional até o ano de 1918, aumentava a distância entre as elites civis e os militares do Exército. Para Carvalho o fato da hierarquia da Guarda Nacional ser baseada segundo a renda de seus integrantes, propiciava a criação de uma barreira aos indivíduos de renda baixa, excluindo, portanto, os indivíduos que justamente formavam a base de recrutamento do Exército. Segundo o autor:

*“A Guarda Nacional era uma fiel representação dos grupos de renda mais alta do país, ao passo que o Exército não se ligava a esses grupos nem mesmo pela oficialidade, como em parte o fazia a Marinha. Criou-se assim um verdadeiro divórcio entre o Exército e os grupos dominantes civis. Assim marginalizada, a oficialidade do Exército desenvolveu uma acentuada agressividade contra esses grupos, representados pela elite política civil.<sup>2</sup>”*

A distância entre a oficialidade do Exército e a elite política civil facilitou a eclosão das revoltas militares da década de 1920, cuja marca distintiva era a apresentação de reivindicações estritamente militares ou correlacionadas às análises dos problemas brasileiros a partir dos problemas vivenciados para a manutenção da corporação. Porém, dentro do Exército organizou-se uma corrente que preconizou a modernização do aparelho do Exército sem proclamar a insurreição, que se opôs diametralmente à oficialidade rebelde. Resultado dos esforços de modernização empreendidos no início do século

---

2. Carvalho (1997: 92)

XX, os jovens turcos forjaram sua luta em prol de uma série de objetivos relativos à reformulação das condições de trabalho bélica, profissional e institucional do Exército. O grupo constituiu-se quando em 1906 são enviados os primeiros jovens oficiais brasileiros para servirem arregimentados no exército alemão, na época considerado internacionalmente como o modelo mais avançado de organização militar. Foram enviadas três turmas no período de cinco anos, a primeira em 1906, a segunda em 1908 e a última em 1910. Em suas memórias, o general Estevão Leitão de Carvalho, membro da última turma, ressalta o impacto fundamental e positivo dessa experiência profissional em sua formação. Diversos militares do Exército brasileiro, de atuação destacada posteriormente, passaram pela mesma experiência de Leitão de Carvalho, como os generais Bertholdo Klinger e Euclides de Oliveira Figueiredo.

Os jovens turcos constituíram uma corrente militar extremamente atuante e decisiva para o processo de modernização do país. Sua atuação é contemplada em 1919, com a vinda da Missão Militar Francesa. Os jovens turcos incumbiram-se de lutar internamente pela aplicação de conceitos militares ligados à profissionalização do Exército como parte fundamental e singular do aparelho do Estado. A disseminação da moderna noção de defesa nacional, articulando a mobilização de recursos econômicos, técnicos e humanos, foi buscada com afinco pelo grupo. A contratação da Missão Militar Francesa consolidou a luta do grupo com a reestruturação do estado-maior do Exército e a introdução dos cursos de formação e aperfeiçoamento dos oficiais do respectivo órgão. Os jovens turcos, mediante a revista militar “A Defesa Nacional”, propugnaram desde 1913 o estabelecimento de novos parâmetros de administração militar, a partir de 1919 esse processo passa a ser desencadeado, cujo norte apontava para a maior coesão e centralização da instituição.

O estado-maior do Exército, órgão correspondente ao planejamento e controle das atividades militares a partir das deliberações da alta cúpula militar, passa a implementar, progressivamente, um maior controle interno das iniciativas da oficialidade, tornando incompatível o aperfeiçoamento das atividades do órgão com a manutenção da atuação autônoma de escalões inferiores, como no caso do tenentismo. Segundo José Murilo de Carvalho o surgimento do Regulamento Disciplinar do Exército (R. D. E.) e do Regulamento para Instrução e Serviços Gerais (R. I. S. G.), são instrumentos que apontam a concentração do poder de decisão interno no estado-maior como resultado da ação da Missão Militar Francesa, já em 1920. Cabe observar que a implantação dessa diretriz rompeu com o procedimento adotado em todos os movimentos de ação autônoma de escalões inferiores durante a República e anteriores ao tenentismo, a anistia a alunos de escolas militares e oficiais revoltosos. A busca de instrumentos mais eficazes de controle da disciplina e hierarquia militares foi essencial para a não concessão de anistia aos tenentes rebeldes. A própria gravidade e intensidade do tenentismo provocava o conflito com a tendência de fortalecimento interno da disciplina e da hierarquia que prevaleceu a partir de 1936-1937, e refletiu na organização da política militar segundo a ação da alta cúpula militar do Exército e com o máximo de unidade corporativa.

Entretanto, é José Murilo de Carvalho que por meio de um minucioso levantamento de dados observa que durante a Primeira República existia uma predominância numérica dos tenentes em relação ao corpo de oficiais do Exército. Carvalho observou que a posição funcional dos tenentes em relação à tropa somada ao seu elevado número e também ao ainda mínimo controle hierárquico da cúpula sobre o conjunto da instituição propiciou na expressão de Carvalho, “*condições privilegiadas de rebelião*”. Além dos argumentos arrolados por Carvalho, é importante notar que o movimento tenentista, apesar das

observações do autor, não pode ser atribuído como específico de uma das três ideologias de intervenção militar elaborada pela análise do próprio Carvalho. A primeira ideologia, de não-intervenção, formulada durante a década de 1910, projeta o Exército como instituição exclusivamente militar e isenta das lutas políticas. Destarte, essa posição estritamente profissional correspondia à luta dos jovens turcos em relação à profissionalização militar, chocando-se com o posicionamento arbitral dos tenentistas. Já a concepção do soldado-cidadão, propugnadora do papel político reformista do militar conjugado ao fortalecimento do Exército, compromete profundamente a vitalização da corporação, pois sua origem nos escalões inferiores minava a hierarquia, comprometendo a autoridade e o funcionamento da instituição militar. A última intervenção explicitada por Carvalho é a moderadora. Segundo o autor, sua origem está na década de 1920 e corresponde à consolidação do estado-maior como principal instância decisória do Exército. O direito militar de intervenção na política era preservado nessa concepção, mas a preservação da disciplina, da hierarquia e da unidade da corporação impelia a condução das possíveis intervenções sob o comando exclusivo do alto comando da instituição representada em seu estado-maior. Portanto, o intervencionismo dos escalões subalternos, sob essa ótica geravam apenas indisciplina e cisão militar, conceituação que foi aplicada durante todo período pela cúpula do Exército em relação aos tenentistas. Aliás, após a implantação do Estado Novo, a literatura dedicada a investigar as intervenções militares no Brasil, demonstra que o intervencionismo do Exército passa a ter como fundamento a necessária preservação da unidade militar.

Desde 1937, as intervenções militares são realizadas a partir das iniciativas da cúpula militar, diferente do tenentismo, caracterizado exatamente pela ação intervencionista de jovens oficiais sem a proteção ou conivência da instituição militar. Outro aspecto distinto

do tenentismo é a tomada da rebelião militar como instrumento de ação política, rompendo com a tradição da Primeira República de conter as tensões nos limites do processo político-partidário-eleitoral chancelado pela alta cúpula militar. Finalmente, os integrantes das rebeliões militares vão propugnar a superioridade do Exército no quadro político brasileiro. A solução coletiva institucional dos tenentes não se baseava na entrega do poder a um militar, mas na confirmação do Exército como a principal força arbitral da Nação. Salvaguardar a honra da instituição e da nação correspondia à necessidade de realizar a intervenção necessária à manutenção da ordem e de um bom governo civil.

Aliás, a literatura biográfica e acadêmica não problematizou profundamente a convivência entre os militares rebeldes e os legalistas antes do ciclo de rebeliões militares. Tanto os tenentistas quanto os jovens turcos comungavam de ideais de modernização do país e do Exército. Inclusive os jovens turcos, enquanto grupo de oficiais dotados de características semelhantes antecederam os rebeldes militares na formulação dos ideais de modernização. Esse grupo contava com dezenas de oficiais ativistas, com muitos simpatizantes nos diversos escalões do Exército. Em comum seus principais membros possuíam diversos aspectos. Primeiro, pertencerem as três turmas sucessivas que estagiaram no Exército alemão em 1906, 1908, 1910, como resultado do acordo de cooperação militar firmado entre Brasil e Alemanha. Adquiriram contato com melhor estrutura militar do início século XX, cujo modelo passou a representar para os militares que participaram da missão o exemplo concreto de modernidade militar. Essa experiência marcante fortalecia-se sob dois fatores: as mazelas materiais e organizacionais do Exército brasileiro comparado ao alemão e a emergência real da guerra total entre 1914 – 1918. Do primeiro aspecto decorre o segundo, a ambição em modernizar a organização militar brasileira. Ante a precariedade militar do país, questiona-se o fundamento essencial da atividade militar, a preparação adequada para combater e vencer os

adversários externos. É claro que os jovens turcos nunca pensaram em propor a dissolução do Exército perante as dificuldades em alcançar as organizações militares mais sofisticadas. Os integrantes trataram de lutar institucionalmente e também criar mecanismo para pugnar por um processo de modernização militar em todos os aspectos, como material bélico, efetivos maiores, profissionalização da carreira em parâmetros mais técnicos, ampliação dos quadros de reserva instruídos e preparados para a guerra. Outro aspecto fundamental foi a criação da revista “A Defesa Nacional”, núcleo de articulação dos projetos e opiniões dos jovens turcos e dos simpatizantes de suas propostas. Concebida como uma revista para militares, a publicação não era ligada à hierarquia militar. Constituída como instrumento de debates de idéias e apresentação de projetos, os organizadores da revista pretendiam atingir os oficiais e convencê-los da necessidade de luta por profundas reformas no Exército. A leitura dos artigos desde sua fundação, em 1916, até o limite cronológico desta pesquisa evidencia que muitas das idéias defendidas por seus membros afrontavam as concepções de comando e hierarquia militar. Sem romper com a estrutura hierárquica, os colaboradores da revista instituíram um espaço de contínuo questionamento. Inclusive oficiais de destaque no combate ao ciclo de rebeliões tenentistas receberam punições em razão dos artigos publicados, como Bertoldo Klinger. No período de formação do grupo, durante a década de 1910, quase todos os membros eram tenentes ou capitães, constituindo um núcleo de combate por aperfeiçoamento do Exército brasileiro, operando no cotidiano dos quartéis ou assinando artigos e estudos militares na revista “A Defesa Nacional”, cujo primeiro editorial e os redigidos durante todo período estudado, definiam-na como uma publicação de militares, que os representava, mas não como órgão oficial. Os militares mais ativos do grupo, inclusive, aludem a conflitos estabelecidos com os oficiais mais experientes criticados direta ou indiretamente nos artigos e posicionamentos dos membros do grupo.

A partir de 1919 constituiu-se a denominada “Missão Indígena”, composta por membros dos jovens turcos que passaram a trabalhar na Escola Militar do Realengo, atuando como instrutores da maioria dos futuros tenentistas. A prática docente do grupo caracterizou-se exatamente na exposição de críticas à deficiente aparelhagem do Exército, à falta de formação adequada por parte dos oficiais superiores e a necessidade da definição de padrões mais estritamente profissionais para a política de promoções. Apesar da proximidade entre a geração dos jovens turcos e a dos tenentes, o objetivo de transformar o Exército e modernizar o país provocou ações diferenciadas. Objetivamente, o primeiro grupo produziu oficiais legalistas que combateram com destaque o ciclo de rebeliões militares, como: Bertoldo Klinger, Euclides de Oliveira Figueiredo, Estevão Leitão de Carvalho, César Parga Rodrigues, Pedro Aurélio de Góes Monteiro. A trajetória de Klinger é significativa da postura do grupo. Em suas memórias o autor destaca ter recebido punições em razão de artigos que assinou em “A Defesa Nacional” e pressões de oficiais superiores<sup>3</sup>. Apesar das disputas internas, os jovens turcos evitaram a quebra da hierarquia e da disciplina, característica dos tenentes. Outra obra memorialística, de Nelson Werneck Sodré<sup>4</sup>, enfatiza que o desejo de reformar o Exército, foi um traço comum das turmas de oficiais formadas na Escola Militar do Realengo.

A ideologia de não-intervenção, definida por José Murilo de Carvalho, de reconhecimento da atribuição do poder civil no gerenciamento do Estado e das questões públicas, de dedicação exclusiva à profissão, conformava a atuação de um importante grupo dentro do Exército, o que não impediu o surgimento da postura intervencionista, mesmo que minoritária em relação ao número de oficiais envolvidos. Alguns estudos tentaram vincular a instalação da Missão Militar Francesa como fator de incentivo ao ciclo de revoltas militares.

---

3. Klinger (1958)

4. Sodré (1967)

Embora a Missão evidenciasse a necessidade de reforma do Exército, a implantação de um acordo militar com uma potência militar já era reivindicada pelos jovens turcos. A Missão Militar Francesa nos três primeiros anos de trabalho atuou somente com oficiais de alta e média patente, nos cursos de Aperfeiçoamento de Oficiais e de Estado-Maior, excluindo os oficiais jovens, como os tenentes. O contato da Missão Francesa com os jovens oficiais foi impedido por deliberação da própria cúpula militar nos primeiros anos, que vetou a participação dos franceses na Escola Militar do Realengo. Somente após a eclosão do movimento tenentista, a partir de 1924, que os instrutores franceses foram autorizados a trabalhar na referida escola. Uma hipótese plausível para explicar o afastamento dos alunos da Escola Militar é a necessidade de qualificar primeiro os oficiais de alta patente, preservando a hierarquia. Afinal, subordinados mais bem qualificados que os superiores poderiam gerar um desgaste na relação hierárquica, ocorrido anteriormente no acordo militar com Alemanha, quando os jovens oficiais geraram críticas fortes à estrutura militar a ponto de organizarem uma publicação como a revista “A Defesa Nacional”.

Um dado interessante em relação à Escola Militar do Realengo é o objetivo de sua criação, ou seja, afastar os jovens militares da política civil e das insurreições provocadas em momentos anteriores, que procuravam instaurar o Exército como árbitro do sistema político. A escola surge da iniciativa da alta cúpula do Exército em despolitizar a oficialidade jovem, oferecendo uma educação eminentemente militar, reforçando a coesão institucional. A própria localização, na periferia da capital federal, foi planejada para afastar os cadetes da efervescência política da capital federal. Em 1895, 1897 e 1904 os alunos e jovens oficiais rebelados foram reintegrados ao Exército. Em 1922 o procedimento típico dos episódios anteriores não ocorreu. Planejada para oferecer apenas um ambiente de trabalho, dedicação e disciplina, a Escola Militar do Realengo deveria ser o canal de reformulação profissional do

Exército brasileiro. De certo modo, o cumprimento fiel desta determinação pode explicar em parte o tenentismo. Vários tenentes elogiam em seus depoimentos e memórias os instrutores, sendo alguns importantes jovens turcos. O ensino eminentemente profissional produziu um grupo de militares fortemente politizado, ativo, militante e militarista, capaz de sobrepor seus ideais acima da hierarquia institucional, fragilizando a coesão da instituição que paradoxalmente defendiam.

No entanto, o papel da Escola Militar do Realengo na formação de uma geração de oficiais politizada, deve ser matizado pelas seguintes considerações. Em 1904 foi registrada a última rebelião de oficiais e alunos antes de 1922, portanto dezoito anos separam as duas rebeliões, o maior intervalo de tempo entre duas rebeliões de jovens oficiais durante a República até então. Instalada em 1911, a Escola Militar do Realengo conseguiu temporariamente atingir seu objetivo primordial, afastar os jovens alunos e oficiais da efervescência política da capital. No entanto, o alcance das metas favoreceu a concentração dos jovens em aspectos militares, que para parcela minoritária significou, no início da década de 1920, a necessidade de romper, mediante o uso da força, com as condições militares, políticas e sociais que limitavam a formação de um Exército consistente e moderno. Afirimo que os rebeldes militares devem ser classificados como minoria, pois entre 1913 e 1927, a Escola Militar do Realengo formou aproximadamente 2500 oficiais, dos quais somente 500 participaram do tenentismo<sup>5</sup>. A análise dos dados permite levantar uma hipótese que na confrontação com os dados considero mais adequada. O ciclo de rebeliões tenentistas resultou, como sugerido anteriormente no decorrer do trabalho, de uma combinação de ensino mais qualificado com uma percepção mais aguda dos problemas que afetavam o Exército. Em 1919, ingressou na Escola Militar do Realengo uma turma de instrutores selecionada por meio

---

5. Ver Drummond (1986:327-344).

de concurso de ingresso, solução que atendia uma reivindicação constante dos jovens turcos no sentido de privilegiar a qualidade técnica. Oportunamente, alguns membros do grupo foram selecionados para constituírem a denominada “Missão Indígena”, atuando como instrutores na Escola Militar do Realengo. No ano 1913, o grupo constituíra a revista “A Defesa Nacional”, militando por um novo Exército. O grupo, portanto, alcançou dois meios expressivos para formar opinião entre os militares e lançar as bases para as reformulações pretendidas. Todavia, suas ações como professores e divulgadores não encontraram uma correspondência prática imediata. A divulgação de idéias e projetos modernizadores encontrava resistência na própria estrutura militar, cujos beneficiados pelo sistema de promoção organizado por tempo de permanência na corporação, critérios pessoais de parentesco ou laços de amizade, e de vínculos políticos com as autoridades, particularmente o presidente da República, responsável por nomear os generais, geravam barreiras fortes às tentativas de mudança significativa da estrutura militar. Mediante o ganho de experiência na instrução militar e a divulgação de idéias inovadoras por meio de “A Defesa Nacional”, ocorreu entre os jovens alunos, como atestam as memórias dos militares que passaram pela Escola Militar do Realengo no período, a perspectiva de um Exército mais preparado e também mais ativo nas decisões sobre os rumos do país, particularmente nos aspectos que poderiam afetar os recursos militares do Exército. Evidentemente, o episódio das “cartas falsas” envolvendo o então candidato a presidência da República, Artur Bernardes, foi o estopim adequado para dar vazão às expectativas frustradas de uma geração de jovens oficiais, ainda alunos em fase de instrução, sem a resignação de seus instrutores em buscar mudanças por meio dos mecanismos legais.

Aliás, é significativo que as conexões entre as ações dos jovens turcos, incluindo a ação dos instrutores vinculados ao grupo a partir de 1919 e a ações dos rebeldes

militares não sejam objeto de uma reflexão maior nas memórias dos militares selecionadas como fonte de pesquisa. Entre os alunos que posteriormente a 1922 tornaram-se adversários de seus instrutores fiéis à legalidade, há elogios à qualidade da instrução, mas não existem conexões entre a organização da rebelião e seus objetivos com os conhecimentos adquiridos na Escola Militar<sup>6</sup>. Nas memórias dos oficiais ligados aos jovens turcos, também inexistem indícios que apontem uma preocupação em estabelecer ligações entre 1922 e a instrução ministrada a partir de 1919<sup>7</sup>. A comparação entre as memórias escritas por militares de ambos os grupos evidencia uma disputa quanto aos méritos nas mudanças efetuadas no Exército. Os legalistas, de modo geral, consideram sua ação fundamental para manter a coesão e a ordem, impedindo a extinção do Exército, durante o período de rebeliões militares, conjuntamente a ganhos parciais em relação aos objetivos de reformulação ampla em termos bélicos, técnicos e dos quadros militares. Os rebeldes, ao contrário, fomentam a imagem de vanguarda, movimento regenerador da sociedade e do Exército, que apesar dos problemas enfrentados antes e após 1930, conseguiu colaborar na modernização do país e do Exército. Por exemplo, em seu livro de memórias Estevão Leitão de Carvalho elogia o estabelecimento do concurso para ingresso no quadro de instrutores. Na época, o então capitão Leitão de Carvalho trabalhava como oficial no Gabinete do Ministro da Guerra, Caetano de Faria. Seu relato sinaliza que na segunda metade da década de 1910, a guerra mundial em curso e a adoção de sugestões dos jovens turcos tendiam a confirmar a conquista de objetivos almejados pelo grupo. A desejada modernização técnica e profissional do Exército estariam sendo paulatinamente alcançadas. Entretanto, o próprio relato do capitão negligencia a existência de concurso de acesso para o quadro de instrutores. Duas alternativas explicam essa omissão:

---

6. Ver Távora (1973, 1974), Magalhães (1982).

7. Ver Carvalho (1959), Klinger (1958).

primeira, o concurso foi deliberadamente manipulado; segunda, Leitão de Carvalho relatou o episódio de modo a aumentar o prestígio do grupo em detrimento da existência de um concurso de acesso para a função de instrutor. Contudo, os limites do trabalho impedem a investigação mais detalhada deste aspecto. Sua importância reside na problematização das memórias dos militares como fontes de pesquisa importantes, mas que devem ser trabalhadas com cuidado. Nas palavras de Leitão de Carvalho:

*“O Ministro Caetano de Faria, confiando em nossa capacidade para dar ao Exército cunho moderno e eficiente, prontamente concordou em mandar para a Escola Militar uma turma de instrutores experimentados, alguns ex-estagiários do Exército alemão, outros discípulos destes, que imprimiram no corpo de cadetes uma silhueta nova, levando à perfeição os conhecimentos táticos de todas as armas. A esse grupo, que a verve militar batizou com o nome de Missão Indígena, deveu à escola militar um passo largo no caminho traçado pelos elementos progressistas empenhados na renovação dos costumes militares<sup>8</sup>”.*

A implantação da escola Militar do Realengo objetivou a formulação de alternativas de formação militar no intuito de aprimorar a formação técnica. Segundo o pesquisador militar Jehovah Motta<sup>9</sup>, os militares do Exército consideraram o advento da República como uma oportunidade de recuperar a liderança militar entre os países da América Latina, perdida pela inércia dos últimos anos da monarquia. Para Motta, as exigências bélicas da Guerra do Paraguai tornaram o exército brasileiro a principal força bélica da região, condição explicitada em três aspectos básicos da situação militar: organização, efetivos e armamentos. No entanto, os anos posteriores ao conflito platino, na ótica de Motta, assinalam

---

8. Carvalho (1958: 209)

9. Motta (2001:215)

um descaso em relação à contínua necessidade de reaparelhamento e remodelação das Forças Armadas em razão do progresso tecnológico e bélico das nações vizinhas, particularmente a Argentina.

A proclamação da República, portanto, foi acompanhada por uma forte expectativa em relação ao aumento dos efetivos, à modernização estrutural e aquisição de equipamentos. Já em dezembro de 1889, mediante decreto<sup>10</sup>, foi elevado o efetivo de 13.500 praças para 24.877 praças. No entanto, a análise dos relatórios do Ministério da Guerra evidencia a abissal distância entre a decretação do número de efetivos e os meios relativos à sua concretização, bem como em relação ao aparelhamento do Exército. Dois aspectos são decisivos para o estabelecimento das diferenças entre as expectativas e a realidade: a deficiência dos mecanismos de recrutamento e as dificuldades financeiras do governo federal. A constituição de 1891 aboliu o recrutamento forçado para o Exército e para a Armada, determinada sua composição pelo voluntariado e preenchimento das vagas remanescentes via sorteio entre os elementos civis aptos. Todavia, o voluntariado não preenchia os efetivos previstos e a maneira como se integravam ao Exército, em levadas sucessivas e não planejadas ao longo dos anos impedia a organização eficiente da instrução militar. Quanto à lei que deveria regular o alistamento e o sorteio militar previstos na Constituição, foi aprovada apenas em 1908, embora não tenha sido aplicada de imediato, nem mesmo durante a presidência do marechal Hermes da Fonseca<sup>11</sup>. Somente em 1917 foi aplicada a Lei do Sorteio do Serviço Militar Obrigatório, que na ótica dos oficiais do Exército, não resolveu totalmente o problema do recrutamento da tropa. Aliás, as dificuldades orçamentárias foram

---

10. Decreto nº 56 de dezembro de 1889.

11. Decreto lei nº 1860 de 4 de janeiro de 1908.

6. Discurso do deputado Rodolfo Paixão. Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 14/10/1898, apud MOTTA, J. Formação do oficial do Exército Brasileiro. p. 216. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2001.

7. A Defesa Nacional, nº1, p. 3.

percebidas logo no início da República como um impecilho significativo para o Exército, nas palavras de um deputado:

*“O Exército, fixado em 28.160 praças, não as tem, por que nós, pelo conhecimento que temos do nosso estado financeiro, concordamos que esse efetivo apenas constasse do papel, a fim de se manterem os quadros. E por isso votamos verbas, no ano passado, para 16.000 praças, número que, neste ano, a comissão de orçamento reduziu para 15.000.<sup>12</sup>”*

Daí aponta Jehovah Motta, a esdrúxula prática constante na definição dos efetivos do Exército de dividi-lo em três aspectos: orgânico, relativo aos quadros de organização previstos nos termos da lei; orçamentário, verbas e efetivos previstos dentro do Orçamento Geral da União aprovado pelo Congresso Nacional; e o existente, o contingente que a prática do voluntariado e mesmo o sorteio, permitiam realizar. Nesta ordem, a lei que definia os quadros militares do Exército nunca era cumprida, tendo em vista que os sucessivos relatórios do Ministério da Guerra apontam para a diferença constante entre a previsão legal e a insuficiência dos recursos orçamentários, acrescidos da ineficiência dos meios de recrutamento por voluntariado e sorteio. Portanto, o cumprimento da lei não ocorria por falta de recursos, e mesmo as vagas reais não chegavam a ser preenchidas, pois o sistema de recrutamento não o permitia.

Em 1913, a recém-fundada “A Defesa Nacional”, em sua luta pela modernização militar constatava a manutenção da disparidade entre a lei e a realidade:

*“Os mapas não acusam em qualquer época do ano, uma presença sob bandeira superior a dezenove mil homens. Não se pode atingir o efeito orçado por que não temos voluntários, e na falta destes não temos sorteio, como quer a Constituição.<sup>13</sup>”*

---

12. Discurso do deputado Rodolfo Paixão. Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 14/10/1898, apud Motta (2001:216).

13. A Defesa Nacional, nº1, p. 3.

Segundo Jehovah Motta, o momento decisivo para a reorganização do Exército brasileiro, levando-o à condição mais eficiente foi o desenrolar da Primeira Guerra Mundial. Para Motta, a corporação passa da condição de instituição pequena e antiquada para a ampliação estrutural, com efetivos maiores e orçamentos mais adequados, construção de quartéis e aquisição de material bélico moderno. Embora o Brasil, aliado a partir de 1917 às forças da Entente, não tenha enviado contingente militar ao *front*, o conflito avalizou as posições dos grupos sociais que propugnavam o fortalecimento das Forças Armadas no Brasil. No relatório do Ministério da Guerra, no ano de 1918, o titular da pasta, Marechal Caetano de Faria, afirma:

*“A evolução da nossa política internacional obrigou a elevação do efetivo, primeiramente para vinte e cinco mil homens e finalmente para cinqüenta e dois mil, que constituem, segundo o Estado Maior, o efetivo normal de paz. Estou convencido de que, depois da lição que está dando ao mundo a guerra atual, ninguém pensará em fazer voltar o nosso Exército aos insignificantes efetivos que tínhamos<sup>14</sup>”.*

Contudo, durante a década de 1920, os efetivos foram mantidos em torno de quarenta mil homens, número superior ao fixado no início da República, mas abaixo das expectativas do Estado-Maior do Exército e do grupo de “*A Defesa Nacional*”. Somava-se à questão dos efetivos outras demandas dos membros da corporação: modernizar a organização, prover o Exército do melhor equipamento bélico do período, otimizar a instrução militar no que concerne à integração institucional e técnica dos militares. A leitura dos relatórios do Ministério da Guerra, entre 1900 e 1930, evidencia que a luta por melhorar as condições de atuação do Exército foi um traço comum aos membros da alta oficialidade e expressa nos

---

14. Relatório do Ministério da Guerra de 1918, disponível em [www.brazil.crl.edu](http://www.brazil.crl.edu) acesso em 23 de janeiro de 2004.

compromissos públicos dos comandos militares. As ações desencadeadas para melhorar o Exército invariavelmente delineavam-se nos planos de trabalho e não se efetivavam concretamente. A avaliação das disposições enunciadas na gestão do Marechal Hermes da Fonseca à frente do Ministério da Guerra, em comparação à sua execução é reveladora desta afirmação. À frente de um Estado-Maior bem informado sobre as condições dos exércitos mais modernos, o ministro Hermes da Fonseca planejou, expôs e conquistou junto ao Congresso Nacional a aprovação para as reformas militares do ano de 1908, que objetivavam estabelecer o serviço militar obrigatório; instituição das Grandes Unidades resultando em novo agrupamento de corpos, correspondendo à reorganização do Exército; reorganização do Estado Maior do Exército; reaparelhamento das fábricas e aquisição de equipamento.

Todos os aspectos previstos não foram aplicados de imediato e quando efetivados o foram parcialmente. A Lei do Sorteio Militar não teve execução até 1916, muitas unidades de tropa previstas não foram organizadas e as criticadas práticas administrativas continuaram ocorrendo, como evidenciam os subseqüentes relatórios do Ministério da Guerra<sup>15</sup>. Os planos de Hermes da Fonseca obtiveram sucesso em apenas dois aspectos. A partir de 1908, a constituição das grandes unidades, cujo benefício principal foi reunir em cada unidade elementos das quatro armas, modernizando a instrução, o adestramento das armas combinadas e a organização de um adequado sistema de comandos. O segundo aspecto é relativo à compra de equipamento bélico, equipando melhor a Infantaria, a Cavalaria e adquirindo canhões mais eficazes para a Artilharia.

A instituição do serviço militar obrigatório somente foi concretizada na gestão do ministro Caetano de Farias. A execução do sorteio militar era considerada pelos militares

---

15. Relatórios do Ministério da Guerra de 1910 e 1913 disponíveis em [www. brazil.crl.edu](http://www.brazil.crl.edu) acesso em 13 de janeiro de 2004.

reformadores a base vital para afirmar o Exército como instituição de defesa e fomento do patriotismo. Na ótica dos jovens turcos e de muitos militares do Exército, somente a prestação do serviço militar tornaria cada brasileiro cidadão pleno, visto que a vivência do patriotismo seria mais intensa na instituição em que seus membros devotavam a vida em defesa da soberania da pátria. A defesa dos interesses corporativos quanto ao aumento de recursos só é legítima por formar uma nação mais forte. Daí o esforço em legitimar a defesa do aumento dos efetivos militares e do número de pessoas que passassem um período de suas vidas nas casernas. O então major Tasso Fragoso apresenta em estudo publicado em “A Defesa Nacional”, a correspondência entre nacionalidade e serviço militar:

*“Para mim só há, no Brasil, um problema militar urgente e inadiável: a implantação do serviço militar obrigatório. Ao lado dele tudo mais é secundário. Nenhuma solução orgânica poderá ser enfrentada com proveito antes que ele tenha solução radical. Qualquer reforma, por mais brilhante que se nos desenhe, levada a cabo antes de iniciado de modo digno e racional de colher matéria-prima para as instituições armadas, estará destinada a malogro infalível, pois representará construção prematura desprovida do indispensável alicerce<sup>16</sup>”.*

A questão da instrução militar adquirirá importância crescente nas discussões sobre a organização do Exército. No ano de 1911, todas as escolas de instrução militar passaram a funcionar no bairro carioca do Realengo. A última reforma do ensino militar havia despertado expectativas quanto à melhoria do ensino, marcada pela tentativa de evitar manifestações autônomas da jovem oficialidade, rebelada no anterior, em 1904, na Escola Militar da Praia Vermelha. Mas o projeto de 1905 não atendeu as expectativas das autoridades militares, particularmente quanto à deficiência dos recursos militares necessários ao custeio

---

16. A Defesa Nacional (setembro 1914, p. 36).

das diversas escolas militares previstas e de instrutores aptos à tarefa. Em projeto de reforma dos institutos militares de ensino, enviado ao Congresso Nacional em maio de 1911, alegava-se à necessidade de revisão dos instrumentos pedagógicos:

*“(...) razões de economia transformaram as duas escolas de aplicação em institutos muito diferentes do que deviam ser, pois lhes faltavam os elementos mais indispensáveis para o estudo e a prática mais elementar do tiro, e até em uma delas não existe sequer material das que lhe servem de título<sup>17</sup>”.*

O General Francisco de Paula Cidade, historiador militar, aluno da Escola de Guerra no período caracteriza o ensino anterior à reforma de 1913 corroborando a constatação anterior:

*“Eu e meus companheiros, alunos da Escola de Guerra, em aulas práticas tínhamos obtido vagas noções de serviço em campanha, ministrada em simples preleções, às vezes acompanhadas de esquemas absurdos, relativos aos serviços de segurança<sup>18</sup>”.*

Portanto, a instalação da Escola Militar do Realengo ocorria em paralelo às discussões sobre a necessidade de reforma das instituições de ensino militar do Exército. Em 1911, o ministro da Guerra, General Caetano de Faria, constituiu uma comissão de oficiais para rever os regulamentos das escolas militares, composta do próprio ministro e mais o Major Melchisedeck de Albuquerque Lima, do Estado-Maior do Exército, e o Major professor Samuel de Oliveira. Em maio do mesmo ano, o governo do Marechal Hermes da Fonseca solicitou autorização na Câmara dos Deputados para a reforma dos institutos militares de ensino. O resultado desse esforço foi o regulamento de 1913, cujo objetivo primordial foi o

---

17. Parecer do Major Deputado João Vespúcio de Abreu e Silva, sobre o projeto de reforma dos institutos militares de ensino enviado ao Congresso em 19 de maio de 1911, in: Boletim Mensal do Estado-Maior do Exército, de 1911, pp. 105-120, apud Motta (2001:241).

18. Apud Mota (2001:245)

aprofundamento da instrução técnico profissional. Suas diretrizes principais consistiam em diminuir as escolas militares para apenas duas unidades, o que na prática já existia, pois a reforma do ensino militar de 1905 que propunha diversas unidades de ensino espalhadas por todo Brasil não foi efetivada em função da carência de recursos, reduzir o tempo de estudo para artilheiros e engenheiros em um ano e preparar os programas de ensino conforme rígidas prescrições, limitando toda a prática pedagógica aos aspectos considerados suficientes à atividade militar. Todas as diretrizes do regulamento do ensino militar de 1913 estavam alicerçadas na necessidade de expurgar todos os aspectos capazes de estimular ações autônomas por parte dos alunos. Daí a preferência por um currículo extremamente técnico, reduzindo o tempo de ensino artilheiros e engenheiros para atingir esse objetivo. A organização da Escola Militar do Realengo inovou em relação à organização do ensino militar no Brasil, segmentando a formação militar em um currículo básico e outro específico, equivalente à especialização militar pelas Armas que compõe o Exército. O aspecto mais elogiado nas memórias militares e no relatório do Ministério da Guerra, em 1914, foi à ênfase no caráter mais prático que teórico do ensino militar. Embora a apreciação do regulamento de 1913 que consolidou a Escola Militar do Realengo não tenha sido positiva para todos os militares. Em artigo na revista “A Defesa Nacional”, o coronel Liberato Bittencourt, considera que aquela experiência:

*“Deu-se corpo e vulto à maléfica doutrina da asfixia da cultura científica no seio do Exército, por que desde logo se odiou a Mecânica e o Cálculo, a Física e o Direito, a Química e a Economia Política. A própria Balística, a mais militar de todas as doutrinas, porque o soldado, em última análise, é o tiro, foi tida e havida por matéria civil, e como tal considerada<sup>19</sup>”.*

---

19. A Defesa Nacional (março 1923, p. 13).

Dentro do exército havia elementos que não consideraram a transferência da escola militar para o Realengo e a implantação de um novo regulamento, condições suficientes para resolver satisfatoriamente a formação do quadro de oficiais. As implicações militares da guerra na Europa a partir de 1914, evidenciando a necessidade de adequar o ensino militar às respectivas mudanças, somadas ao esforço do grupo organizado em torno da revista “A Defesa Nacional” em profissionalizar em todos os aspectos a carreira militar, impulsionaram a confecção de um novo regulamento para a Escola Militar do Realengo.

No ano de 1918, havia a expectativa da implantação de um novo regulamento. Em editoriais sucessivos, no início do respectivo ano, “A Defesa Nacional” analisou o problema da formação dos oficiais, objetivando participar da formulação do novo regulamento. O ponto de vista defendido refletia a concepção que a formação militar deveria ser constante em toda carreira e não restrita apenas ao período da Escola Militar. Os editoriais ofereciam um amplo planejamento do processo de ensino. Segundo esse plano, a Escola Militar deveria formar oficiais das armas para atuarem como instrutores, na tropa. Para completar o trabalho da Escola Militar, deveriam ser constituídas outras escolas, para formação específica, como escolas técnicas para Artilharia e Engenharia. A cúpula do ensino militar deveria ser preparada em uma Academia Militar, responsável pela preparação dos oficiais de Estado-Maior e do alto comando. A revista também aborda o conteúdo do ensino, desferindo críticas à organização francesa por sobrecarregar os programas de ensino com assuntos sem aplicação prática, elogiando o ensino militar alemão pela simplicidade, limitação da duração dos cursos, a racionalidade e a elevação do sistema de ensino. A posição favorável à organização militar alemã revela a herança da experiência dos jovens turcos, no momento em que o Brasil integrava a aliança de países em guerra com a Alemanha.

---

Apesar da derrota da Alemanha na guerra, as reivindicações de “*A Defesa Nacional*” foram acolhidas no regulamento de 1918, particularmente quanto à adoção de normas e procedimentos defendidos pelos jovens turcos. Exemplo da articulação institucional do grupo é a inclusão do ensino da Tática, na Escola Militar, à linha doutrinária vigente no Exército, refletindo-se no regulamento de emprego das diversas armas. Aspecto fundamental foi à subordinação didática da Escola Militar ao Estado-Maior do Exército. Outro procedimento novo e importante refere-se à obrigatoriedade do concurso para o ingresso no quadro de instrutores militares, mediante prova prática preparada e executada pelo Estado-Maior do Exército. Segundo Jehovah Motta, essa exigência deu origem à Missão Indígena, cuja ação foi marcante na formação dos oficiais a partir de 1919.

Entretanto a influência do grupo articulado em torno da revista “*A Defesa Nacional*” não era absoluta. O envolvimento do Brasil na Primeira Guerra Mundial, junto às forças da Entente, somado à derrota alemã e ao fato de que em sua luta os jovens turcos confrontavam e atraíam a antipatia dos oficiais mais antigos e graduados, levou à sua derrota na contratação de uma missão estrangeira para instruir o Exército. A contratação da Missão Francesa objetivava dotar a instituição de instrutores experientes, mas sua ação atingiu outros aspectos da vida militar. Os instrutores franceses também colaboraram na orientação das reformas realizadas na instituição e nos regulamentos de ensino estabelecidos nos anos posteriores a 1919. A lei que estabelecia a contratação da Missão Francesa definia que o respectivo chefe deveria servir junto ao Estado-Maior do Exército, como assistente técnico e os demais membros deveriam atuar na instrução militar de acordo com as necessidades percebidas pelo Ministério da Guerra. Portanto, a crescente participação dos jovens turcos e o impacto de seus ideais de profissionalização encontravam ressonância na cúpula militar, que, entretanto, não abdicava de sua liderança no estabelecimento e aplicação das diretrizes

institucionais, favorecidas no pós-guerra. O relatório do Ministro Cardoso de Aguiar, em 1919, é revelador dessa premissa:

*“Sobretudo é preciso tirar o caráter eminentemente teórico de que vem se revestindo o nosso ensino militar, malgrado as sucessivas e repetidas transformações de regulamentos, e emprestar-lhe definitivamente, a feição prática e técnica que se impõe presentemente, em face do extraordinário desenvolvimento da indústria militar. Para isso, porém, convém buscar fora os mestres já formados por uma longa campanha de quatro anos, oficiais de elite, em condições de facilitarem enormemente a nossa tarefa, tornando rápida a transição e fazendo surgir em curto prazo novas gerações de oficiais, práticos, dispostos a trabalhar, esclarecidos, sabendo a fundo o ofício, e confiantes no valor próprio. Daí o pensamento em contratar uma missão francesa, para nos ajudar nessa urgente tarefa de reformas<sup>20</sup>”.*

A respeito das reformas empreendidas no regulamento da Escola Militar e do ensino, Jehovah Motta distingue dois aspectos fundamentais, o desaparecimento material da Escola em termos de laboratórios, material topográfico entre outros, e a carência de maior envolvimento da direção da Escola Militar com a proposta delineada no Regulamento de 1918<sup>21</sup>. Entretanto, até o início do ciclo de revoltas militares, no que tange à instrução militar, houve para os contemporâneos, um avanço na qualidade de ensino e uma maior aproximação entre ensino prático, disciplina militar e formação global do oficial do Exército.

A rebelião militar, de cinco de julho de 1922, envolveu a Escola Militar do Realengo, representando um duro golpe para o Exército. De imediato quase todos os alunos foram expulsos e a Missão Indígena foi extinta. Dos 666 matriculados, 608 foram expulsos e

---

20. Relatório do Ministro da Guerra disponível em [www.brazil.crl.edu](http://www.brazil.crl.edu) acesso em 15 de janeiro de 2004.

21. Motta (2001:263).

no final de 1922, apenas cinco alunos foram declarados aspirantes-a-oficial. A dramaticidade da situação era ampliada em razão de uma crise de falta de oficiais, evidenciada nos relatórios do Ministério da Guerra ou nos Almanques do Ministério da Guerra. Na época, a maioria dos envolvidos alegou ter consciência dos atos relativos à rebelião, embora em depoimentos publicados posteriormente, ex-alunos afirmaram ter aderido à rebelião devido à confiança nos tenentes instrutores, o que evidencia a necessidade da hierarquia, mesmo durante processos de insurreição militar. José Augusto Drummond destaca que a maioria dos alunos expulsos em 1922 não acompanhou a continuidade do movimento tenentista, a despeito das prováveis simpatias<sup>22</sup>. O autor destaca fatores militares como responsáveis pelo ciclo de rebeliões militares, lembrando que os ex-alunos desligados do Exército, desligaram-se do movimento dos jovens oficiais. Embora a rebelião militar possa ser estudada em correlação à disputa presidencial entre Artur Bernardes e Nilo Peçanha, ressaltando o problema das “cartas falsas”, é evidente que a atitude dos rebeldes foi decidida unilateralmente. A prisão do Marechal Hermes da Fonseca e a tentativa de fechamento do Club Militar, detonaram uma reação que não articulou a adesão de políticos civis para alcançar viabilidade. A legitimidade do movimento em defesa do Exército e, portanto da instituição responsável pela salvaguarda da soberania nacional, parecia ser tão óbvia que os jovens oficiais não esperavam a derrota ou o isolamento e oposição da hierarquia dos oficiais superiores, incluindo aí os jovens turcos e a oficialidade tradicional.

O depoimento de Juarez Távora, avaliando a rebelião da qual participou intensamente ao longo dos anos 20, após 50 anos, estabelece a seguinte posição:

*“ Na verdade, a meu ver, o movimento de rebelião de julho de 1922 não tivera (...) intuitos caracterizados, embora – se vitorioso – pudesse ter-nos conduzido a um governo*

---

22. Ver Drummond (1986).

*militar. Caracterizou-se ele, desde o início até seu desfecho, como simples manifestação de desagravo ao pundonor do Exército, melindrado pelas chamadas cartas falsas atribuídas à autoria do Sr. Artur Bernardes e gravemente ofendido pela petulância do presidente Epitácio Pessoa. Dirigia-se, porém, de qualquer forma, contra a autoridade constituída, ou a constituir-se, sem visar a qualquer modificação institucional<sup>22</sup>”.*

A posição de Távora é corroborada em alguns inquéritos enfrentados por alguns tenentes nos meses seguintes à rebelião, cuja defesa usou argumentos correlatos ao depoimento acima citado. Esse aspecto revela que a rebelião militar foi motivada por uma concepção de autonomia do Exército frente à política e da conseqüente posição de regeneradora da instituição. Consolidava-se o mito da pureza militar. O ensino eminentemente técnico oferecido na Escola Militar do Realengo, que tinha entre seus objetivos o cerceamento de novas rebeliões militares não foi eficaz. Pelo contrário, a mescla de instrutores ávidos em delimitar a posição profissional do Exército e sua importância na defesa da nação, com a formação de uma oficialidade dotada de brios em relação ao papel soberano e protetor do Exército levou à revolta. As ações de repressão da cúpula militar não foram eficientes para eliminar a revolta. O decreto de estado de sítio autorizado pelo Congresso Nacional, inclusive com a aprovação das bancadas dos estados que compuseram a Reação Republicana, grupo de apoio a Nilo Peçanha, levou a uma intensa perseguição política a opositores militares e civis. Centenas de oficiais foram presos por motivos que variaram da rebelião, simpatia declarada ao movimento rebelde ou suspeita de conspiração e recusa de combate à insurreição<sup>24</sup>. O depoimento de João Alberto de Lins e Barros ilustra esse processo. Simpatizante do movimento de 1922, foi convertido em conspirador na prisão, a convivência aumentou a

---

23. Távora (1974:5).

24. Ver Carone (1971:357).

união entre os líderes rebeldes e outros militares, disseminando o ideal rebelde<sup>25</sup>. Barros, após ser solto, foi transferido para Alegrete (RS), onde participou da revolta de 1924. Dispersos para guarnições distantes da capital federal, os rebeldes e simpatizantes espalharam o ideal de insurreição pelo país. As relações pessoais e hierárquicas estabelecidas a partir da Escola Militar do Realengo, constituíram vital instrumento de fomento da rebelião, congregada em torno do ideal de autonomia e pureza do Exército.

Derrotados em 1922, os militares rebelados e presos resignaram-se à espera do pronunciamento da Justiça Militar. Sobre o interregno entre julho de 1922 e dezembro de 1923, Juarez Távora, um dos maiores artífices da insurreição de 1924, junto com seu irmão Joaquim Távora, informa sobre as possibilidades da continuidade da insurreição:

*“Embora alguns oficiais implicados no movimento de julho de 1922 (...) houvessem sido informados dessa sondagem, nenhum deles – que eu saiba – se comprometera, até fins de 1923, com essa nova conjura militar<sup>26</sup>”.*

A situação somente foi alterada no final de 1923, quando o processo judicial que envolvia 73 oficiais (1 general, 3 coronéis, 1 tenente-coronel, 2 majores, 12 capitães, 52 primeiros-tenentes e 2 aspirantes) os qualificou judicialmente no artigo 107 do Código Penal Militar, relativo a crimes contra o regime político e a Constituição, cuja pena prevista era a expulsão do Exército. Os acusados esperavam a qualificação no artigo 111, relativo à sedição contra o Presidente da República, com penalidades menores. Embora o pronunciamento no artigo 107 não tenha sido aplicado, pois nenhum tenente foi expulso ou excluído do Exército antes de 1935, a acusação indignou os tenentes, que se qualificavam como responsáveis por um processo de regeneração política. Juarez Távora atribui a essa qualificação judicial a

---

25. Barros (1953:21).

26. Távora (1973:128).

disposição dos tenentes a uma nova rebelião contra o que consideravam a vingança particular de Artur Bernardes. O espírito de corpo fica evidente quando se contata que parte dos pronunciados estava presa, aguardando julgamento, na expectativa de acertar contas com a Justiça Militar e o Exército para prosseguir normalmente na carreira militar.

A partir de janeiro de 1924 o general da reserva Isidoro Dias Lopes, comandante da revolta militar de cinco de julho de 1924 em São Paulo, e os capitães Juarez e Joaquim Távora passaram por diversas guarnições nas regiões Sul e Sudeste para garantir a adesão de novos oficiais e preparar uma insurreição simultânea em vários estados. Objetivava-se a eclosão de um movimento amplo e coordenado para dispersar a repressão e alcançar o sucesso almejado. É oportuno lembrar que apesar do tenentismo ser um movimento autônomo da jovem oficialidade, os seus membros faziam questão de assumirem a defesa do Exército como sua causa maior. Destarte, todas as articulações preparadas pelos jovens oficiais eram preparadas para atrair elementos mais graduados do quadro de oficiais. Em 1922, elegeram Hermes da Fonseca como seu líder, quando a rebelião eclodiu o marechal estava preso e não há indícios que o vinculem à articulação do movimento. Em 1924, o general Isidoro Dias Lopes participou efetivamente da conspiração e da rebelião. O fato é que as relações com oficiais mais graduados foram buscadas para aumentar as possibilidades de sucesso das rebeliões militares durante a década de 1920, caracterizando suas ações de maior legitimidade coletiva, já que os tenentes postulavam agir como verdadeiros representantes do Exército. Todavia, contrariando as aspirações de seus líderes, as rebeliões militares não contaram com o apoio dos generais da ativa até outubro de 1930.

A insurreição de 1922 provocou, além da repressão desencadeada pelas autoridades militares e políticas, uma revisão nas práticas e objetivos de ensino articulados na organização da Escola de Guerra. A comparação entre os relatórios do Ministro da Guerra,

Pandiá Calógeras, nos anos de 1921 e 1922, reflete a transformação processada no interior da cúpula militar. No relatório de 1921 escrevia o Calógeras:

*“Continua a Escola sob excelente comando, merecendo o carinho e o respeito de todos os brasileiros. Nada há que modificar nos programas com que o preparo técnico tem sido ministrado<sup>27</sup>”.*

Já no final de 1922, observa Calógeras:

*“Na Escola Militar o problema sério, inadiável, é a revisão do programa de ensino. Não é possível ficar somente na feição profissional, prática, que foi adotada pela última reforma. Indispensável é achar o meio de adicionar cursos científicos que permitam assegurar a formação de oficiais capazes de solucionar os mil e um problemas da profissão, e que exigem mais do que os conhecimentos de um oficial de tropa médio<sup>28</sup>”.*

O sucessor de Calógeras, General Setembrino de Carvalho, elabora seu relatório seguindo a mesma constatação, a saber, corrigir os denominados excessos da formação técnica mediante a elaboração de instrumentos que tornassem os oficiais aptos a agirem como homens públicos, superando os limites da profissão. As afirmações de Calógeras e Carvalho, cobrando uma reformulação do ensino militar representam uma revisão dos preceitos que orientaram a instrução militar entre 1905 e 1924. Nesse período, foram elaborados quatro regulamentos cujo intuito principal residia no combate ao denominado bacharelismo da Escola da Praia Vermelha, espécie de ‘paisanismo’, caracterizado na ênfase nos estudos de matemática e ciências, considerado responsável pela ação autônoma e rebelde da jovem oficialidade, particularmente na revolta de 1904. Os ministros Calógeras e Setembrino identificam a formação profissional oferecida mediante sucessivas revisões do

---

27. Relatório do Ministro da Guerra disponível em [www.brazil.crl.edu](http://www.brazil.crl.edu) acesso em 16 de janeiro de 2004.

28. Relatório do Ministro da Guerra disponível em [www.brazil.crl.edu](http://www.brazil.crl.edu) acesso em 16 de janeiro de 2004.

currículo da Escola de Guerra, como fonte de desequilíbrio da disciplina militar. Aliás, é necessário ressaltar que a reforma do ensino militar iniciada em 1918 é relativa à ação da chamada “Missão Indígena”, cuja principal marca era o apego à instrução militar alemã. A reforma de 1918, que se estendeu a 1919, foi elaborada sob a influência dos oficiais que haviam estagiado no Exército alemão. O general Setembrino representava exatamente o grupo de oficiais superiores mais graduados e experientes criticados pelo ímpeto modernizador dos jovens turcos. Em seu relatório do ano de 1923, o ministro Setembrino de Carvalho afirma a necessidade de uma influência mais decisiva e direta dos instrutores franceses sobre a Escola Militar do Realengo. A revolta de 1922 propiciou à alta cúpula do Exército a possibilidade de controlar mais acuradamente o processo de profissionalização do Exército brasileiro, mediante a vinculação da instrução militar as funções da Missão Militar Francesa, por seu turno ligada ao Estado-Maior do Exército.

Em 1924, foi empreendida uma nova reforma do ensino militar<sup>29</sup>, cuja tônica foi a tentativa de conciliar os objetivos de formação da jovem oficialidade com o adequado equilíbrio entre a formação profissional e a formação mais ampla. Nessa reforma, a Missão Francesa passa a atuar diretamente na instrução militar, com a definição de que os cursos de Tática Geral e História Militar deveriam ser coordenados por um estrangeiro, que enquanto executasse essa função, deveria coordenar todo ensino teórico e prático de Tática da Escola Militar. Concomitante à nova atuação da Missão Francesa, 1924 assinala o segundo cinco de julho. Unidades do Exército revoltaram-se em São Paulo e no Rio Grande do Sul, cuja principal conseqüência, a Coluna Prestes, estendeu a revolta até o ano de 1928. Embora os relatórios oficiais buscassem transmitir a existência de um clima de plena e proveitosa atividade, como no último apresentado por Setembrino de Carvalho em 1926, a Escola Militar

---

29. Lei 4326 de 6 de fevereiro de 1923 e decreto 16394 de 27 de fevereiro de 1924.

não ficou imune as turbulências que afetavam a instituição. As memórias redigidas pelos alunos da Escola Militar demonstram o acompanhamento cuidadoso do desenrolar dos conflitos entre as forças do governo federal e os militares insurgentes. Pedagogicamente, a reforma de 1924 e o controle direto do Estado-Maior sobre a Escola com a atuação da Missão Francesa, não lograram êxito no intento de controlar corações e mentes dos alunos.

Em 1928, ecoando os desdobramentos da insubordinação da jovem oficialidade, é estabelecida a primeira “lei do ensino militar”, cujo objetivo primordial residia no estabelecimento das regras e aspectos gerais do ensino militar, articulando níveis, categorias, respectivos estabelecimentos de ensino com direitos e deveres peculiares. Essa primeira versão da “lei do ensino” estabelece que a Escola Militar é caracterizada por um conjunto de doze escolas ou centros de instrução para oficiais, destacando a Escola de Aperfeiçoamento, a Escola de Estado-Maior e a Escola de Engenharia Militar. O mérito da “lei do ensino” foi prever a educação militar como gradual e contínua, ocorrendo mediante as modalidades de formação, aperfeiçoamento e especialização ao longo da carreira dos oficiais. Dois aspectos deveriam pautar essa estrutura: a intensa instrução militar e a harmonização desta com o conhecimento científico e a cultura geral. Conseqüentemente o regulamento da Escola Militar do Realengo deveria ser reformulado. Não obstante, ocorreram apenas duas modificações fundamentais em relação ao de 1924, comparado ao estabelecido em 1929. O curso fundamental, comum aos alunos de todas as armas foi reduzido de dois para um ano, passando os cursos específicos das armas do Exército para dois anos. A segunda modificação diz respeito à criação do cargo de Diretor do Ensino Militar. O Regulamento de 1924 designara o oficial da Missão Francesa como responsável pelo ensino dos aspectos práticos e teóricos do ensino tático, apresentando, também, ao comandante da Escola Militar o programa das matérias do ensino militar, emitindo parecer. Essa situação é mais bem definida em 1929,

quando se estipula que o oficial francês deveria atuar como Diretor do Ensino Militar, cujas atribuições foram definidas como orientar e coordenar o ensino militar, atuar na organização dos programas e seu encaminhamento, acompanhar e fiscalizar o ensino militar e o cumprimento do respectivo programa, avaliar os instrutores.

### 3. 1930: PRÁTICAS DE PODER, ENSINO E ATUAÇÃO POLÍTICA.

O início da década de 1930 coincide com a reformulação das instituições políticas e também do próprio Exército. Apesar dos oficiais revoltosos desde 1922 comporem uma pequena fração da corporação, sua atuação cindiu os militares. Outros aspectos importantes são a existência de militares reformadores dentro da instituição e a disputa com as forças públicas estaduais pelo monopólio da força. Em março de 1927, a Coluna Prestes foi dissolvida, seus remanescentes refugiaram-se no Paraguai. Passaram-se 42 meses sem intervenção dos tenentes até outubro de 1930, o que não significava inatividade: articulações e contatos com possíveis aliados civis e militares foram empreendidas.

O interregno pode ser explicado pela percepção das principais lideranças rebeldes da impossibilidade de organizar um novo ciclo de rebeliões no início do governo Washington Luís. Inclusive, muitos dos rebeldes esperavam por uma anistia no início do novo governo, que poderia empreender uma política de pacificação nacional. Colaborava para essa expectativa o fato de vários tenentes decidirem sair da clandestinidade e enfrentar os processos judiciais a que estavam submetidos e o fim das atividades de combate. Edgar Carone<sup>1</sup> mostra a organização de três grandes campanhas de opinião pública favoráveis à anistia entre 1927–1929, com petições e projetos circulando no Congresso Nacional, estimulava entre os tenentes a esperança da anistia. As rebeliões militares anteriores foram acompanhadas por concessão de anistias, gerando o precedente de perdão aos rebelados. Fato ocorrido em 1895, 1897 e 1904, a anistia não foi concedida à jovem oficialidade rebelde.

---

1. Carone (1971:394-395).

Maurício de Medeiros<sup>2</sup> aponta a oposição da maioria legalista do Exército à anistia como principal obstáculo ao perdão dos rebelados, particularmente pelos problemas de ordem interna gerados pela volta dos tenentes aos quadros legais, como os direitos de promoção. Paradoxalmente, os Relatórios do Ministério da Guerra entre os anos de 1923 e 1930 não explicitavam como deveriam ser tratados os militares ligados à cisão militar ou quanto à posição dos oficiais presos, clandestinos ou exilados. Não há referência a oficiais superiores que tenham se empenhado publicamente na anistia aos tenentes. Naquele momento, a cúpula do Exército não percebia a anistia e a reincorporação dos rebelados como uma solução adequada. Para os legalistas, a anistia gerava diversos problemas. A volta dos militares rebeldes à instituição provocava a reordenação profissional referente à contagem de tempo de serviço, promoções e provavelmente desvantagens para os militares legalistas na competição interna. Principalmente, não havia garantias que a anistia significasse o fim da atividade política autônoma da jovem oficialidade. Entre o desfalque de elementos, o que prejudicava o funcionamento da instituição e a possível geração de novos conflitos internos, optou-se por marginalizar os rebelados, particularmente na apreciação dos oficiais legalistas do alto comando. A gravidade da cisão militar subsidiou a resistência dos políticos civis à anistia. Contudo, marginalizar os jovens tenentes significava operar o Exército no limite de sua capacidade funcional. A expulsão, em 1922, de 608 alunos da Escola Militar do Realengo significou que a formação de novas turmas de oficiais em número expressivo passou a ocorrer somente em 1925. Mas antes de 1922 existia a falta de oficiais de médio e baixo escalão, tenentes e capitães exerciam cargos e funções privativas de majores e tenentes-coronéis. As memórias de Bertoldo Klinger, vários artigos publicados em “*A Defesa Nacional*” durante a década de 1910, apontavam o problema. Outra fonte, o *Almanaque da Guerra*, evidencia a

---

2. Carone(1971:395).

profundidade do desfalque. Entre os anos de 1926-1929, de 700 a 950 sargentos e subtenentes foram comissionados no posto de 2º tenente, preenchendo os claros nos pontos mais sensíveis de todas as armas, substituindo inclusive os contingentes legalistas empenhados no combate à Coluna Prestes. A análise do Relatório do Ministério da Guerra de 1926 evidencia a importância dos oficiais comissionados para a manutenção da hierarquia e da funcionalidade do Exército. O ministro da Guerra ocupou-se em diversos avisos ministeriais em esclarecer as prerrogativas e interdições relativas às promoções temporárias de sargentos e suboficiais. Os formandos da Escola Militar de Guerra, em 1925, foram dispensados da condição de aspirante-a-oficial, passando imediatamente há segundos-tenentes, primeiro posto da oficialidade. Ressalto que os tenentes rebelados constituíam minoria entre os militares do Exército até 1930. José Murilo de Carvalho<sup>3</sup>, indica a existência de 4.185 oficiais da ativa no Exército em 1930, sendo que no máximo, apenas 600 podem ser considerados militantes do movimento tenentista. O impacto estrutural da cisão militar veio agravar um problema crônico da instituição.

No entanto, é importante refletir sobre a dificuldade dos militares rebelados em ampliar seu contingente. A partir de 1927, os militares rebelados voltam-se para a Escola Militar do Realengo, objetivando recrutar novos membros para a insurreição. Dois aspectos são descortinados nessa opção: primeiro, a passagem para a oficialidade significava a cristalização, para a maioria dos militares, do princípio de obediência à hierarquia do Exército; segundo, a Escola Militar do Realengo funcionava como um centro de formação que não enquadrava o jovem oficial antes da integração à tropa. A educação fornecida pela Escola Militar baseava-se no conceito arbitral do Exército, instituição de equilíbrio da nação. O controle da cúpula militar das atividades de ensino desde a rebelião de 1904, não apagou esse

---

3. Carvalho (2005:87).

traço do processo de formação da jovem oficialidade. O ano de 1922 foi uma oportunidade adequada aos elementos mais vinculados a essa percepção. O que não significou a conquista da maioria dos oficiais formados nos anos posteriores. Mas os tenentes de primeira geração, na expressão de José Augusto Drummond<sup>4</sup>, recorreram a Escola como única fonte de recrutamento de novos elementos a partir de 1927. As memórias de vários militares que estudaram na Escola Militar do Realengo como Agildo Barata, Juraci Magalhães e Ernesto Geisel evidenciam um processo arriscado, minucioso e clandestino, para formação de um núcleo de futuros oficiais conspiradores e que fornecessem suporte para uma nova insurreição.

A integração à tropa e o início da carreira militar, na percepção dos líderes rebeldes, diminuía sensivelmente o número de militares dispostos a arriscar o futuro profissional em favor da renovação da instituição e da nação. O momento de formação do jovem oficial, com todas as expectativas geradas na introdução às armas, constituía a melhor oportunidade para ligar o idealismo dos alunos à ação revolucionária, para os líderes do movimento. Todavia, a alta cúpula militar percebia os vínculos entre idealismo, ensino e rebelião. Desde 1922, objetivou-se formar os oficiais necessários à reconstituição dos quadros hierárquicos, evitando toda e qualquer possibilidade de recrutamento dos novos oficiais para a rebelião. A reforma do ensino, abordada no capítulo anterior, e nomeação de instrutores legalistas de plena confiança foram medidas tomadas para reforçar procedimentos que vinham desde 1904, mas evidentemente ineficientes, como 1922 demonstrou. O Relatório do Ministério da Guerra de 1925 é elucidativo a esse respeito:

*“(...) Cumpre que os alunos, sob a direção de oficiais moralmente e tecnicamente idôneos, façam, como ocorre atualmente, seu aprendizado militar alheios dos*

---

4. Ver Drummond (1986:170-173).

*deploráveis sucessos que têm tristemente assinalado os períodos anteriores. Por que é lá que os profissionais mais ou menos disfarçados da desordem política têm, em todos os tempos, pretendido recrutar elementos, enganado a inexperiência sôfrega dos jovens desejosos de carreira fácil com a promessa de uma vitória certa e pronta<sup>5</sup>”.*

O tenentismo, embora isolado por envolver a minoria dos oficiais, não deixou de ser ativo entre 1927-1930. Seus integrantes percebiam que às possibilidades de intervenção militar “revolucionária” do Exército dependiam da conquista de posições de comando dentro do Exército. Em 1930, os militares convertidos dentro da Escola Militar à causa “revolucionária” ocupavam postos subalternos de comando de tropa, em quartéis-chave para dar sustentação para uma nova insurreição militar. O levante simultâneo de diversas unidades do Exército envolvidas por elementos vinculados aos tenentes foi importante para a vitória do movimento de outubro de 1930, mas seguramente seu desfecho não resultou apenas da ação dos tenentes.

Em 1930, a maioria absoluta do Exército era legalista, embora a manutenção da maioria da tropa leal ao governo federal não tenha significado sucesso na resolução da cisão militar. Mais, os tenentes em 1930 vincularam-se à Aliança Liberal que reunia diversos elementos combatidos pelo movimento, como Antonio Carlos, Artur Bernardes e Epitácio Pessoa. Sem controlar o Exército, os tenentes não dispunham de condições para recusar alianças, particularmente quando esses novos aliados admitiam uma intervenção militar violenta que, na perspectiva dos tenentes, regenerasse a instituição militar e a política brasileira. O tenentismo, entretanto, representava a oposição militar. A tradição republicana brasileira de buscar apoio em setores militares repetiu-se com a Aliança Liberal, com uma diferença fundamental. Os tenentes não controlavam o Exército.

---

5. Relatório do Ministro da Guerra disponível em [www.brazil.crl.edu](http://www.brazil.crl.edu) acesso em 20 de janeiro de 2004.

No caso, é necessário pontuar que os militares legalistas não podem ser entendidos como um bloco coeso. O apoio militar limitado que os tenentes poderiam oferecer poderia implicar a impossibilidade de conquista do Estado. Destarte, uma nova cisão, desta vez entre os elementos legalistas facultou o êxito militar do movimento de 1930. Joseph Love<sup>6</sup> evidenciou as estreitas relações entre a elite gaúcha e o comando do Exército no Rio Grande do Sul. Essa característica contribuiu para decisiva movimentação rebelde do grupo militar situado no estado e legalista até 1930. O afastamento de Luís Carlos Prestes da Aliança Liberal, em abril de 1930, gerou uma profunda crise no tenentismo. Juarez Távora assume que, em meados de 1930, pensou em se entregar às autoridades, visto que a solução revolucionária lhe parecia irrealizável naquele momento<sup>7</sup>. O líder militar de 1930 não foi um tenente. A condução do tenente-coronel Pedro Aurélio de Góes Monteiro à liderança da denominada Revolução de 1930 foi efetivada por políticos gaúchos situacionistas no estado e de oposição ao governo federal. A relação entre a elite social e política do estado com o respectivo contingente militar, composto em parte por gaúchos, facilitaram a adesão de Góes Monteiro e da maioria das tropas à rebelião.

Os tenentes não escolheram Góes Monteiro, mas tampouco tinham força militar ou política, após o afastamento de Prestes, para articular uma liderança militar capaz de mobilizar mais recursos militares à rebelião de 1930. Juarez Távora explica objetivamente as condições que levaram a aceitação do ex-legalista na condução militar do movimento:

*“(...) duas dificuldades iniciais: de um lado, o afastamento de Prestes retirara dos antigos tenentes revolucionários o comando militar da Revolução, que passara, de fato, às mãos do então tenente-coronel Góes Monteiro...elemento mais vinculado aos políticos da*

---

6. Ver Love (1971).

7. Ver Távora (1973:278).

*Aliança Liberal quer aos antigos revolucionários integrantes da Coluna Miguel Costa-Prestes, que ele ajudara a combater, em 1926; e de outro, a falta de definição prévia de algumas diretrizes básicas, para pleitear as reformas estruturais pleiteadas pelos tenentes da velha guarda revolucionária, junto aos chefes políticos daquela aliança.<sup>8</sup>”*

Para os tenentes, não havia alternativas naquele momento, caso persistissem em continuar a efetivar a aliança tática com os políticos oligárquicos. Ademais, Góes Monteiro tinha um bom desempenho profissional e graduação militar superior para dar legitimidade hierárquica ao movimento, buscada durante a década de 1920, na figura do general Isidoro, por exemplo. Entretanto, a alta cúpula militar, antes de outubro de 1930, não admitia uma solução de força e golpista para os problemas políticos. Sob essa ótica, o grupo de Góes Monteiro adquiriu, a partir de outubro de 1930, uma importante função: ligar o Governo Provisório de Vargas aos legalistas e também rebeldes tenentes, reconstituindo, posteriormente, a hierarquia do Exército em um intenso processo de ajuste dos conflitos e lideranças.

Em 1930, a situação do Exército tornara-se tão complexa que Paulo Sérgio Pinheiro<sup>9</sup> qualifica sua situação como resultado de um processo de desagregação. José Augusto Drummond<sup>10</sup> estabelece como indicador da situação de desagregação a existência de cinco grupos de oficiais envolvidos em episódios de outubro de 1930. Primeiro os próprios tenentes, incluindo os jovens recrutados na Escola Militar do Realengo entre 1927-1930, perfazendo no máximo 600 oficiais. No segundo grupo, havia oficiais associados às oligarquias rebeladas do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba, antigos oficiais legalistas, cuja liderança repousava em oficiais de média patente (coronéis, tenentes-coronéis

---

8. Távora (1974:7).

9. Ver Pinheiro (1975:55).

10. Ver Drummond (1986:197).

e majores), não atuaram para formar um governo militar naquele momento, alinhando-se à liderança de Getúlio Vargas. Suas lideranças mais importantes foram o tenente-coronel Pedro Aurélio de Góes Monteiro e o coronel Aristarco Pessoa Cavalcanti, rebelado em Minas Gerais e irmão de João Pessoa, vice da chapa de Vargas, assassinado na Paraíba. No terceiro grupo, militares adesistas, legalistas escalados para combater os rebeldes e que aderiram à rebelião após rendição voluntária, prisão quando localizados em quartéis controlados por uma maioria de oficiais rebelados, ou durante as tentativas de resistência militar ao movimento de 1930. O quarto grupo foi formado por oficiais que resistiram ao movimento de 1930, até o cessar-fogo ordenado pela Junta Militar que assumiu o poder em 24 de outubro, incluindo entre os que lutaram até essa data os indivíduos que, mesmo presos, não aderiram ao movimento ou fugiram para o exterior. O último grupo é formado pela cúpula que conspirou e articulou a derrubada de Washington Luís, buscando negociar alternativas para um governo desligado dos dois grupos em conflito, mas que finalmente aceitou empossar Vargas.

Para Drummond<sup>11</sup>, a posse de Vargas sinaliza a implosão do Exército brasileiro. Incapaz de defender a legalidade, a cúpula da instituição percebeu sua fragmentação, não restando outra opção viável que a entrega do poder ao movimento revolucionário. Para o autor, é importante frisar que a derrota da ordem vigente foi possibilitada pela participação das policiais militares dos estados da Aliança Liberal, suprindo as forças rebeldes. Mesmo considerando a importante contribuição de adesão de parcela do Exército até então legalista para a vitória do movimento de 1930, Drummond caracteriza o contingente armado como constituído também por civis e forças públicas dos estados. Nas palavras do autor:

---

11. Ver Drummond (1986:203).

*“(...) Longe de ser um momento em que o Exército Brasileiro tenha feito alguma coisa, o movimento revolucionário de 1930 foi uma ação civil armada no qual correntes militares favoráveis ou adversas foram, respectivamente, subordinadas ou derrotadas. Mais que um participante do movimento revolucionário de 1930, o Exército brasileiro enquanto instituição e enquanto ator político (com um mínimo de coerência) foi uma vítima dele. O que ocorreu foi uma vigorosa intervenção da política civil no Exército, uma experiência traumática que marcou profundamente a forma das intervenções posteriores do Exército na política brasileira, as quais passaram a partir quase sempre da cúpula militar.<sup>12</sup>”*

Exemplo pertinente da análise feita por Drummond foi a reação dos militares rebeldes à ação da Junta Governativa que depôs Washington Luís. Apesar da cúpula militar ter tomado o poder sob a justificativa de pacificar o país, sua legitimidade foi contestada. Juarez Távora<sup>13</sup>, por exemplo, não reconheceu nenhuma legitimidade na Junta Militar, afirmando a necessidade da formação de um governo civil provisório para a moralização e democratização do país, segundo os preceitos que uniram civis e militares revolucionários. Provavelmente, um dos objetivos da alta cúpula militar ao assumir o poder foi limitar os efeitos da cisão militar daquele momento, embora, como vários autores insistam, já havia ocorrido a implosão do Exército.

Alcançada a vitória em 1930, os tenentes exilados e que participaram da rebelião vitoriosa passaram por duas experiências fundamentais para a constituição da doutrina militar do Exército naquele momento: integrar o Estado ou retornar à instituição. Tratarei com mais profundidade do segundo aspecto, abordando o primeiro somente quanto

---

12. Drummond (1986: 201).

13. Ver Távora (1973:328-329).

aos elementos que podem favorecer a percepção adequada da busca da solução dos dilemas que cindiam a corporação, que sem a definição de uma doutrina militar compatível com o momento ficariam insolúveis.

Em novembro de 1930, Vargas anistia os militares rebelados em 1922 e 1924. De antemão, é necessário frisar que a reincorporação ao serviço ativo do Exército implicava o enfraquecimento da força política dos tenentes. Enquanto parcela dos tenentes ingressava no Estado exercendo funções administrativas e políticas, os demais voltavam à instituição, reincorporados, mas distantes do controle dos centros decisórios da instituição, ainda eram minoria e não possuíam recursos para moldá-la segundo suas expectativas. Embora a cúpula do Exército não tenha conseguido suprimir durante os primeiros anos da década de 1930 a militância dos tenentes, os mesmos não se mobilizaram segundo suas expectativas, ou seja, adquirir a condição de atores preponderantes da sociedade brasileira. A reincorporação desses militares ao Exército não significou uma solução para a cisão que o perpassava. O militarismo dos integrantes do tenentismo não resultou numa volta tranqüila à instituição. Em 1931, os ex-alunos foram admitidos a um curso intensivo de aperfeiçoamento e readaptação, que prosseguiu nos anos posteriores, para a reintegração plena dos militares expulsos. Os readmitidos ingressaram no quadro de oficiais no posto de primeiro-tenente, contando o tempo de serviço desde a data de expulsão até 1932. Destarte, passaram à frente de todos aqueles que apesar da trajetória contínua na instituição, somavam menor tempo de serviço. Juarez Távora caracteriza a situação como uma séria divergência não apenas nas fileiras do Exército, mas do tenentismo. Segundo Távora, jovens simpatizantes do movimento, que passaram pela Escola Militar na segunda metade da década de 1920, colaborando em posições de comando que anularam a resistência de oficiais leais ao regime deposto, sentiram-se prejudicados.

Ocorreu uma disputa pública entre os militares, cujo saldo maior foi evidenciar as divisões dentro da instituição. Os alunos expulsos em 1922 foram batizados de “*picolés*”, em virtude do corte de vínculos com o Exército e da distância que a maioria guardou dos conflitos militares até 1930. Já os tenentistas mais novos, simpatizantes do movimento que revelaram sua condição, somente em 1930, receberam a alcunha de “*rabanetes*”, pois os *picolés* consideravam que participar de um movimento vitorioso não exige sacrifícios. Aos “*rabanetes*” somaram-se os oficiais legalistas formados entre 1922 e 1930, que se sentiam prejudicados na carreira pela volta às fileiras dos “*picolés*”. Essa situação provocou inclusive a demissão do general José Francisco Leite de Castro, ministro da Guerra, que puniu 163 oficiais que protestaram publicamente contra o que consideraram um prejuízo à suas carreiras. O conflito foi equacionado mediante a organização de um quadro paralelo para os alunos expulsos e anistiados, evitando o conflito em relação às promoções.

A cisão militar continuou permeando o Exército. Uma fração de oficiais participou do levante armado em 1932, em São Paulo. Significativamente, entre os quase cem oficiais do Exército que aderiram à rebelião de julho de 1932, somente quatro participaram do ciclo de rebeliões tenentistas: Isidoro Dias Lopes, Agildo Barata, Osvaldo Pereira de Carvalho e Sebastião Holanda Cavalcanti. Todos os demais foram legalistas e combateram as rebeliões militares. Embora a cúpula legalista tenha assumido o controle das ações militares a partir de 1930, o principal paradoxo reside no fato de que os tenentes combateram a rebelião de 1932 sob o comando de legalistas que os combateram durante a década de 1920 e contrários à rebelião de outubro de 1930. Por seu turno, quase todos os oficiais do Exército, vinculados ao levante paulista, atuaram como legalistas no período anterior, entre os quais os generais José Sotero de Menezes, Pantaleão Teles Ferreira, Firmino Antonio Borba, Bertoldo Klinger e o

coronel Euclides de Oliveira Figueiredo<sup>14</sup>. Ressalto a necessidade de considerar a especificidade militar da ação dos oficiais do Exército. Não é apenas uma cisão militar. Existia um conflito sobre como organizar melhor o Exército em relação aos dilemas experimentados desde 1922. A trajetória de Bertoldo Klinger auxilia o elucidar o tema. Klinger destacou-se entre os “jovens turcos”, criticou a Missão Militar Francesa, fez parte da Missão Indígena de instrução militar, rechaçou o comando do Ministério da Guerra pelo civil Pandiá Calógeras, combateu a Coluna Prestes e desmobilizou as tropas que a perseguiram por considerar unilateralmente ter alcançado os objetivos militares de sua missão. Por esse ato, foi julgado e inocentado. Em 1930, ajudou a articular junto à cúpula militar a deposição de Washington Luís. Alcançou a promoção ao generalato logo após o movimento de 1930. A opção de Klinger pode ser compreendida quando apreciada em relação à sua luta pela profissionalização da corporação. A saída do general José Fernandes Leite de Castro do Ministério da Guerra implicou no rompimento do frágil equilíbrio existente entre as diversas correntes militares.

Getúlio Vargas buscou escolher um novo ministro capaz de satisfazer as expectativas dos tenentes e também dos demais oficiais. Nomeou um oficial que passou à reserva em 1923, Augusto Inácio do Espírito Santo Cardoso, comprometido com a legalidade, mas pai de dois jovens oficiais vinculados ao tenentismo, Ciro e Dulcídio do Espírito Santo Cardoso. Klinger não aceitou servir sob as ordens do novo ministro, enviando carta ao mesmo em que explicava seus motivos, particularmente os de caráter profissional. Cardoso tornou-se general quando passou à reserva, sem realizar os cursos de progressão funcional exigido para a ascensão ao generalato. Klinger o considerava despreparado, desatualizado em relação às exigências de um Exército moderno e razões familiares o impediriam de combater a quebra de

---

14. Lista completa em Silva (1967: 263-264).

hierarquia representada pelo tenentismo. Klinger foi reformado. Seus contatos com as oposições estaduais levaram-no à liderança da rebelião paulista. Mesmo insubordinado, Klinger acreditava servir o Exército contra a quebra de hierarquia, a incompetência profissional e a falta de critérios estritamente militares para promoção e educação militar constante. Bertoldo Klinger<sup>15</sup> lutava contra a denominada intervenção da política no Exército.

A maioria dos estudos sobre o Exército destaca a ação rebelde ao longo da década de 1920 e a volta dos tenentes à corporação após 1930. Integrados à coalizão vitoriosa, os tenentes são analisados sob o prisma da constituição política do Exército a partir do regime inaugurado em 1930. Contudo, a maioria dos oficiais permaneceu legalista até a revolução. José Murilo de Carvalho<sup>16</sup> caracterizou a cúpula do Exército no período pré 1930 como dedicada a retomar o monopólio da ação política do Exército. Essa posição implicava a eliminação da ação política autônoma dos jovens oficiais e a manutenção da hierarquia militar. A luta militar não pode ser restrita à ação rebelde para a reforma do Exército e de sua atuação política. Como apontei anteriormente, havia correntes legalistas empenhadas em reformar o Exército. Inclusive o grupo denominado jovens turcos precedeu a ação rebelde dos anos 20, estabelecendo parâmetros críticos sobre a existência militar no Brasil. Mesmo depois das irrupções rebeldes, os influxos para a reforma interna reconstituindo a instituição continuaram a questionar a organização da hierarquia, a condução das promoções, a instrução militar, a distribuição dos efetivos e o papel do Exército em relação à sociedade.

A diferença óbvia residiu nos meios escolhidos para a ação reformista em relação ao grupo rebelde nos anos 20, conflitantes e expressivos de visões distintas sobre a adequada representação do Exército e, portanto, da nação. A maioria dos oficiais respondeu

---

15. Ver Klinger (1958:451-466).

16. Ver Carvalho (2005:51).

ao tenentismo defendendo a hierarquia dominante na corporação. Do ponto de vista militar, os oficiais legalistas obtiveram sucesso isolando os rebeldes dos quartéis e mantiveram-nos inoperantes entre março de 1927 e outubro de 1930. Entretanto, institucionalmente a luta assumiu contornos mais complexos. No capítulo anterior, ressaltarei os cuidados tomados para com os jovens estudantes da Escola Militar do Realengo após 1922, no intuito de impedir a ocorrência de novas rebeliões. A situação foi considerada tão complexa a ponto dos relatórios do Ministério da Guerra refletirem as avaliações do titular da pasta sobre a estratégia de reformular os parâmetros do ensino militar. As fontes consultadas revelam que a despeito dos esforços da cúpula do Exército, a Escola Militar continuou um foco de recrutamento de jovens oficiais para o tenentismo. Ambos, legalistas e rebeldes, percebiam com acuidade a vital importância da Escola Militar para as ações futuras em relação à constituição da política do Exército. A vinculação entre a representação da nação e do Exército, como seu principal interlocutor, é mais evidente na formação dos jovens oficiais, providos de idealismo. Esses elementos forneciam a matéria-prima capaz de subsidiar a transformação do Exército em uma instituição mais ativa.

Sob essa ótica, é possível problematizar a pertinência de uma dimensão cultural do Exército, de ritos e processos de socialização pertinentes não apenas ao processo de instrução e educação militar, de tradições e símbolos cuja dimensão ritual e cultural internalizem nos indivíduos a importância do Exército e de seus heróis e ideais para a nação. É preciso, portanto, perceber como a relação com uma memória militar do Exército brasileiro ocupou posição fundamental nos conflitos internos à corporação. Símbolos e cerimônias permitem evocar o passado, estabelecer uma identidade que não é anti-histórica, mas instrumento de socialização e de controle por meio da hierarquia e da disciplina que esses

ícones devem representar. O historiador inglês Eric Hobsbawm<sup>17</sup> elaborou o conceito de ‘invenção das tradições’ para estudar como situações de rápida transformação histórica são tratadas nas sociedades modernas, em particular na Europa Ocidental. Para Hobsbawm, estruturar cerimônias e símbolos indicativos de um passado ideal, relativo à estabilidade social, fornece um importante instrumento de poder para grupos sociais específicos, cujo exemplo mais contundente são as ações de consolidação dos estados-nação na França, Inglaterra e outros países europeus.

Em relação ao Exército brasileiro o trabalho do antropólogo Celso Castro<sup>18</sup> evidencia a elaboração de mecanismos de socialização militar pertinentes à promoção de fidelidade à hierarquia dominante no Exército, dialogando com o conceito de Hobsbawm de invenção das tradições. Cabe observar que Castro distancia-se do historiador inglês por não opor tradições inventadas a tradições genuínas. O autor acredita na permanente invenção da cultura humana, propondo o conceito de tradição da invenção, pois “*os elementos simbólicos são permanentemente reinventados e atualizados em diferentes contextos históricos*”<sup>19</sup>. Castro, entretanto, afirma que a invenção cultural somente ocorre no campo das possibilidades historicamente limitadas. A partir dessas definições, Castro aponta a década de 1930 como o período de invenção do Exército como instituição nacional, com uma tradição e uma função na construção da nação correspondente a essa dimensão. Paradoxalmente, as divisões internas e os conflitos entre os militares são, na visão de Celso Castro, o combustível de uma nova organização simbólica. A consagração de Caxias em patrono do Exército demonstra o desenvolvimento de mecanismos internos capazes de solidificar os aspectos

---

17. Ver Hobsbawm (1984).

18. Ver Castro(2002).

19. Castro (2002:11).

militares relacionados à obediência hierárquica e a atribuição de legitimidade à cúpula militar da instituição.

Para o antropólogo Celso Castro, a década de 1930 marca a reinvenção do Exército brasileiro, que passa a ser projetado como instituição nacional desde seu passado imperial, portador de uma missão em relação à nação, ou seja, efetua-se uma experiência de reformulação institucional e simbólica. No plano imagético, a principal iniciativa foi o culto ao patrono do Exército, Luís Alves de Lima e Silva (1803-1880), o duque de Caxias. Corretamente, analisando avisos do Ministério da Guerra, notas oficiais, artigos publicados em periódicos militares e ordens do dia de datas comemorativas, Celso Castro aponta a década de 1920 como o início da substituição do culto ao general Manuel Luís Osório, considerado até então o maior herói da Guerra do Paraguai, pelo culto ao duque de Caxias. Não ocorreu a simples troca de um general por outro, mas a implantação gradual do culto a um modelo de conduta, evidentemente elaborado em consonância aos interesses de seus idealizadores, relativo à busca de mecanismos para combater as divisões internas e a insurreição militar característica do período. Particularmente, na depuração dos aspectos políticos da vida de Caxias, que inclusive chefiou o gabinete de ministros do imperador D. Pedro II. Osório era festejado como o maior herói da batalha do Tuiuti, a principal da Guerra do Paraguai, e a despeito da hierarquia, representavam-no como ligado aos soldados de modo fraternal, homem de temperamento forte e arroubos emotivos. Como aponta Castro, as virtudes de Osório, no início do século XX, somadas a seu desempenho no conflito platino explicavam seu sucesso e contraponto ao equilibrado e objetivo Caxias, mas distante a ponto de não ser celebrado como símbolo do Exército e sua relação com a nação.

Contudo, logo após a insurreição militar, surgem propostas para a implantação de uma data para Caxias, cuja expressão propulsora foi um aviso do ministério da Guerra de

25 de agosto de 1923, que determinava a organização de uma homenagem anual a Caxias. Dois anos depois, foi confirmado o dia 25 de agosto, aniversário de nascimento do duque, como o Dia do Soldado. No mesmo ano, Caxias foi escolhido como patrono da primeira turma de oficiais formada na Escola Militar do Realengo, após a revolta tenentista de 1922. Em suas memórias, o general Lyra Tavares aponta esse novo hábito como introduzido pela Missão Militar Francesa, cuja tradição militar em relação a turmas de oficiais recém-formados, consistia no batismo da turma com o nome de um herói militar nacional ou de uma batalha importante, para inspirar os novos militares. Tavares ressalta que os ensinamentos da história militar na Escola Militar do Realengo apresentavam o duque de Caxias como equilibrado, heróico e elemento fundamental para a preservação da unidade e integridade do Brasil. Patrono da turma de oficiais de 1925 e também do Exército, Caxias tornou-se um símbolo importante para os chefes militares. Internamente, o duque significava a importância da manutenção da hierarquia militar e o afastamento da política. Antítese do tenentismo, defensor da legalidade e disciplina, Caxias foi fortalecido. Em “A Defesa Nacional”, essa construção da imagem de Caxias encontrou ressonância, especialmente a partir do ano de 1930. Sua função foi potencializada. Os editoriais da revista reivindicam para o duque a condição de paladino da ordem e da legalidade, e também da identificação do Exército para com a nação. Ao longo da década de 1930, a imagem de Caxias é associada à autoridade do chefe militar em defesa de um Estado forte.

Aspecto fundamental para o privilegiar da imagem forte de Caxias, foi a aproximação entre o chefe do Governo Provisório e o Exército. Em 1931, o presidente Getúlio Vargas foi o primeiro chefe do Executivo a participar das comemorações do Dia do Soldado, entregando o novo estandarte da Escola Militar do Realengo para os cadetes. No entanto, a elaboração simbólica da imagem de Caxias com significados convenientes à cúpula

militar, tem como correspondente o esforço de parte das principais lideranças militares em conquistar os meios necessários à consecução desses objetivos. Por exemplo, após o movimento de 1930 ingressaram na direção de “A Defesa Nacional” elementos que não pertenciam ao grupo dos jovens turcos e que também não eram seus discípulos, como os coronéis Góis Monteiro, Emilio Lúcio Esteves e o capitão Cordeiro de Faria. Outra evidência foi a nomeação do então coronel José Pessoa para o comando da Escola Militar do Realengo em dezembro de 1930. Irmão de João Pessoa, político cujo assassinato foi o estopim da deposição de Washington Luís, o coronel participou ativamente da insurreição civil-militar. Sua atuação foi essencial para o estabelecimento de uma nova tradição militar, relativa em termos simbólicos, a preparação das condições para a elaboração de uma nova doutrina militar. José Pessoa reforçou entre os cadetes o culto ao herói militar brasileiro por excelência, incorporando como símbolo do aluno da Escola Militar do Realengo o espadim, versão miniatura da espada usada por Caxias no combate da ponte do Itororó. Momento também lembrado no brasão da escola, instituído em 1931 e gravado na lâmina dos espadins. Portanto, José Pessoa, captando um movimento próprio à cúpula militar desde 1923, em estabelecer Caxias como modelo militar, aprofunda na formação dos oficiais os significados atribuídos à imagem do duque. Ocorre uma ‘invenção’ cultural num terreno de possibilidades históricas limitadas pelos conflitos do Exército. A introdução da cerimônia de entrega dos espadins aos cadetes ingressantes é exemplo adequado de invenção da tradição, pois a posse transitória e a devolução dos espadins pouco antes da formatura dos oficiais, implicam o reforço do imaginário militar de continuidade entre gerações.

O culto a Caxias e as cerimônias militares decorrentes são acompanhadas de intenso apoio da cúpula militar e também das autoridades civis, conjugadas à utilização dos mecanismos de socialização propiciados pela Escola Militar. A década de 1930 marca a

consagração de Caxias como herói da unidade do Brasil, fundamental para o projeto autoritário de poder que permeava tanto o Governo Provisório quanto os diversos grupos militares ligados ao movimento de 1930. Ano após ano, os editoriais da revista 'A Defesa Nacional' enaltecem a camaradagem, o sacrifício e subordinação do "Pacificador", do soldado que inspirou o Dia do Soldado. Exemplo contundente é a edição de agosto de 1935, contendo uma imagem do patrono presente no campo de batalha moderno. No primeiro plano há um ninho de metralhadora, instalado sugestivamente no topo de um terreno elevado, com um soldado morto e outro ferido, ambos cumprindo o dever. Ao fundo a figura do duque de Caxias aparece envolta em nuvens de tons escuros e vermelhos. Com olhar sábio e distante do combate imediato, sugere um modelo, um ideal de sucesso e soldado na defesa da pátria a inspirar os combatentes do presente. Na mesma edição, um longo artigo enaltece as qualidades militares de Caxias e o identifica à Pátria. Outras publicações militares seguem na mesma trajetória, como a Revista Militar Brasileira, que em 1936, por ordem do ministro da Guerra, general João Gomes, edita número especial em homenagem ao patrono.

A vitória do movimento de outubro de 1930 significou alterações no ensino militar. O processo de socialização dos candidatos à carreira militar tinha seu ponto crítico na Escola Militar. A instituição promovia a inserção dos jovens no Exército e as condições de ensino definiam a constituição da visão militar sobre a instituição e o país. Não se trata de afirmar que a visão elaborada durante os primeiros anos de formação militar permanecia inalterada ao longo da carreira, mas perceber a importância da Escola na introdução dos jovens oficiais no Exército. Diante do novo governo, a Escola Militar do Realengo sofre alterações. A primeira foi a troca de seu comandante, com a posse do então coronel José Pessoa.

Na apresentação do coronel na Escola, em 15 de janeiro de 1931, é evidente a vinculação entre nação e Exército. O coronel Pessoa apresentou-se como representante da Revolução de 1930, cujo prosseguimento salvaria a Pátria. No discurso da ordem do dia, da referida cerimônia, Pessoa apontou cinco aspectos fundamentais, que no seu entender, permitiriam o sucesso de uma cruzada de salvação nacional baseada na principal instituição do país: o Exército<sup>20</sup>. Primeiro: a revolução não deveria terminar com a conquista do poder, o controle do Estado permitia dirigir o meio de efetivá-la. Segundo: a recomposição do Exército era a única garantia de manutenção da integridade da Pátria. Terceiro: a revisão da formação militar e a conseqüente remodelação da Escola Militar garantiriam a adequada reforma do ensino, base da recomposição do Exército. Quarto: a preparação profissional ideal deveria assentar-se sobre duas bases: a educação física e a cultura geral científica. Quinto: a Escola Militar deveria funcionar em um novo local, afastada da vida mundana e civil da capital federal, apta a garantir o meio social privilegiado para a formação do militar.

O discurso do coronel José Pessoa buscava delinear as metas da Escola Militar. Apresentando-se como representante legítimo da Revolução, o coronel Pessoa reconhecia a divisão do Exército, percebendo que sua recomposição repousava na escolha de fundamentos militares eficientes. Adotando como referência os modelos militares de West Point (EUA), Saint-Cyr (FRA), Sandhurst (ING), o coronel Pessoa propunha a renovação do ensino militar como conseqüência necessária para a Revolução. Somente essa ação, na visão de Pessoa, permitiria ao Exército colaborar decisivamente para salvar a nação. O coronel José Pessoa objetivava, segundo Motta<sup>21</sup>, impregnar os alunos do conceito de honra militar, valorizando, particularmente, os conteúdos referentes à disciplina e a hierarquia. Um dos expedientes

---

20. Ver Motta (2001:282).

21. Ver Motta (2001: 282-283).

usados por Pessoa foi cultivar entre os jovens cadetes sentimentos de distinção social em relação ao meio civil, particularmente os festejos das camadas mais modestas, o que em ação concreta resultava combate às comemorações dos moradores dos bairros próximos à Escola Militar, como Méier e Bangu. A ação do coronel foi facilitada pelo caráter discricionário do governo provisório. Sem limites que não fossem exatamente os desígnios dos elementos no poder, o comandante da Escola Militar usufruiu liberdade outorgada pelo Ministro da Guerra, Leite de Castro, para aplicar medidas internas sobre instrução, disciplina e administração. O coronel no comando da Escola Militar não tinha obstáculos regulamentares a lhe tolherem a ação na escola.

Aliás, a Escola Militar não constituía exceção dentro do Exército. A deposição de Washington Luís não sinalizou apenas a crise institucional do Exército. Significou a emergência de novas lideranças. Sinalizando as mudanças que se processavam, a direção da revista “A Defesa Nacional” alinhou-se à mudança política. O coronel Góes Monteiro e outros militares que aderiram ao movimento de 1930 passaram a fazer parte da direção editorial da revista, defendendo o governo provisório nos editoriais, advogando que a Revolução beneficiava o Exército e a Nação. No calor dos acontecimentos, a direção da revista, cujo lema assentava-se na intenção de elaborar um trabalho de militares leais aos princípios fundamentais da instituição, apoiava e absolvía quadros militares que quebraram a hierarquia. A análise dos editoriais aponta para a crença de que a ruptura fora inevitável para o bem estar da nação e a efetiva modernização do Exército. Aos olhos da direção, 1930 representava a implantação das ferramentas de gestão moderna da máquina militar propugnada há anos no periódico, apesar da quebra da ordem legal e da disciplina. Nos meses anteriores à derrubada do presidente Washington Luís, os editoriais foram dedicados a analisar as vicissitudes da guerra moderna para o Exército brasileiro. Cinco aspectos foram

intensamente abordados, a saber: comando supremo (concepção de guerra e tomada de decisões), organização, logística, preparação, administração.

Refletindo as apreensões do período entre guerras, os responsáveis pelo editorial em janeiro de 1930 alertavam que embora a paz fosse um desejo universal, só estava acessível aos mais fortes. O editorial faz apologia à centralidade da geopolítica na vida das nações, afirmando a vinculação substancial entre progresso técnico-econômico e defesa nacional, cuja mediação ocorreria com a elaboração de um Plano de Guerra coerente com os objetivos da nação, incluindo a política externa e as circunstâncias nacionais. Para o editorial, a política de defesa nacional apresentava falha importante, cujos efeitos deveriam ser combatidos pelo Conselho Superior de Defesa Nacional, que, entretanto, para os editorialistas, estava desconectado das necessidades reais. Nas palavras do editorialista:

*“sem o encaminhamento efetivo do Conselho, sem o funcionamento coordenado do estudo das cousas visando o intercâmbio obrigatório das idéias, informações, desejos, tendências e necessidades, confessamos não poder entender hoje em dia como possa nascer, ou ser adaptada, correspondendo verdadeiramente às necessidades da situação geral, - uma organização completa relativa as Forças Armadas, a seus serviços e requisitos, e como possa bem funcionar a engrenagem a serviço do problema da guerra.”<sup>22</sup>*

Para os responsáveis por “A Defesa Nacional”, contando com o acréscimo de lideranças do movimento de 1930, estava muito evidente que não existia uma adequada preparação para a guerra moderna, que as instituições militares não desfrutavam de um planejamento e instituições eficazes, cujo órgão coordenador, o Conselho de Defesa Nacional, constituía instância burocrática. É interessante o valor atribuído à educação militar, pois o editorial identifica como a base dos erros das instituições militares, em particular o Exército, o

---

22. A Defesa Nacional, ano XVII, nº 195, janeiro de 1930.

ensino e formação dos oficiais. A reforma do ensino em 1928, na visão preconizada no editorial, fora um arremedo, incapaz de preparar oficiais plenamente capacitados a uma visão de conjunto das necessidades militares modernas de coordenação de comando, organização, logística, preparação e administração, trabalhando as informações em todos esses aspectos. Daí a postura do coronel José Pessoa ao assumir o comando da Escola Militar. O episódio de 1930 é momento singular na trajetória do Exército brasileiro. Divididos entre tenentistas e legalistas conversos à Revolução e legalistas, os militares impreterivelmente deveriam formular novas alternativas diante de quadro político agravado pela crise institucional. É sintomática a aglutinação de forças no primeiro editorial de “A Defesa Nacional”, após outubro de 1930. Criticados por uma suposta postura elitista em relação ao restante da corporação, os denominados “jovens turcos”, aliavam-se a elementos que romperam com a legalidade tão cara aos primeiros, envolvendo-se no conjunto a adesistas do movimento liderados por Vargas, bem como a tenentistas históricos. Apesar das diferenças e da reorganização dos grupos militares ao longo da década de 1930, fica evidente a necessidade de assentar a doutrina do Exército sob novas bases, particularmente na recomposição da hierarquia e na educação militar.

Na mesma edição, é publicado artigo cujo tema será explorado em editoriais posteriores, sugerindo a ambição de ligar intimamente os cidadãos à instituição. Acreditava-se na preponderância da experiência militar para formar cidadãos completos. O artigo do capitão Jorge Duarte delibera sobre a necessidade dos Tiros de Guerra em expansão para alimentar o elo patriótico dos cidadãos para com a Pátria, atribuindo à formação militar além da formação técnica do reservista a educação cívica-moral. Daí a dupla necessidade de expandir os Tiros de Guerra e preparar adequadamente os instrutores para educar na defesa da Pátria. Para o capitão, um mau instrutor não obtém apenas resultados medíocres, compromete a própria

imagem do Exército. Duarte caracteriza a paz como o momento adequado à preparação adequada daquilo que se pretende fazer na guerra. Lamenta o capitão o fato dos Tiros de Guerra não atingirem a maioria dos jovens.

Outro artigo, sem assinatura e de responsabilidade dos editores, defendia a precedência absoluta do Estado Maior do Exército e do Estado Maior da Armada nos assuntos referentes à defesa nacional. Essa característica justificou, como apontam o autor(s) do artigo, a criação em 1928 do Conselho de Defesa Nacional, para coordenar assuntos técnicos e ligar o poder Legislativo aos organismos militares criticando iniciativas referentes a assuntos estratégicos como a exploração de minerais sem consulta ao Conselho de Defesa Nacional. O artigo é finalizado com a proposta de alteração do regimento do Congresso Nacional, obrigando os parlamentares a consultar o Conselho de Defesa Nacional e instâncias correlatas sobre toda a matéria referente à segurança e defesa nacional.

A crise institucional do Exército provocou um esforço de avaliação e busca de novos caminhos para a instituição. A Escola Militar, inegavelmente, fornecia espaço para reelaborar as práticas militares. Os novos oficiais formavam a matéria-prima para uma nova doutrina militar, cuja elaboração, entretanto, foi complexa, caracterizada por conflitos internos e externos à corporação, com avanços e recuos em relação à sua caracterização quando da proclamação do Estado Novo. Sinal do anseio por uma posição social de maior valor, capaz de capitanear ações mais decisivas da corporação foi à criação, no ano de 1931, de novos uniformes para distinguir os cadetes da Escola Militar. A criação do Corpo de cadetes, em 1931, foi a ação mais incisiva para atingir essa meta. Promovido a general no início de 1931, Pessoa buscou imprimir aos cadetes algo além da formação militar e suas representações. Não obstante, o caráter discricionário do Governo Provisório e a ausência de fiscalização da administração militar produziram efeitos autoritários não correlacionados

somente à manutenção da disciplina. Ficou mais evidente na gestão de Pessoa a seleção dos candidatos à oficial em função da aparência física e da origem familiar e social. Segundo Mota, o general Pessoa passou a aplicar prescrições dos regulamentos de 1924 e 1929 relativas às exigências do candidato à matrícula de “*condições de honorabilidade*”. Termo ambíguo e impreciso pautou a aplicação de critérios subjetivos e discriminatórios em relação a candidatos de origem humilde, que no caso do Distrito Federal, era aplicado pelo comandante da Escola. O aviso ministerial de 28 de dezembro de 1931 estabelecia a necessidade de uma ficha sanitária para todos os candidatos e as instruções de matrícula para o ano de 1933, publicadas em 1933, estabeleciam as sindicâncias como instrumento de homologação dos candidatos à matrícula.

Todavia, a identificação entre nação e Exército superava o círculo de militares. A aliança entre civis e militares no movimento de 1930 implicou a elaboração de compromisso para a modernização das Forças Armadas. Sob esta ótica, o apoio ao fortalecimento do Exército implicava assumir o discurso militar que identificava a Pátria à corporação e a necessidade de recompor a instituição e consolidar uma doutrina militar correspondente. O objetivo de fortalecer o Exército exigia comprometimento dos elementos civis. O ensino militar foi fator preponderante para a recomposição do Exército, especialmente para a recomposição de uma doutrina militar baseada na disciplina e respeito à hierarquia. O apoio civil ao fortalecimento do Exército favoreceu a constituição da nova doutrina militar durante a década de 1930.

Documento produzido por Osvaldo Aranha, em fins de 1930, demonstrava a preocupação das principais lideranças civis com a questão do Exército. É claro que as reivindicações militares passavam por uma composição de interesses com os demais grupos. No entanto, sublinho que a elaboração desse documento indica a necessidade, para o governo

provisório, da incorporação das pretensões dos militares do Exército. Os objetivos revolucionários concernentes às classes armadas, definidas por Aranha, simultaneamente atendiam as metas de fortalecimento do Exército, almejado por diversas correntes militares e não mostravam meios eficientes para resolver os problemas internos à corporação. Para fortalecer o Exército, Aranha recomendava não economizar nos gastos militares, dispondo os recursos necessários para a efetuação dos planos do Ministro da Guerra sobre as indústrias militares e a intervenção e controle sobre as polícias estaduais por parte do Exército. Aranha também apontava a necessidade de promoção de todos os elementos revolucionários preponderantes para o sucesso da conspiração, sem prejuízo dos quadros normais. Para tanto, Osvaldo Aranha apenas sugeria a criação de dois quadros de promoção para acomodar e evitar conflitos entre os oficiais legalistas e os insubordinados em 1930 ou anteriormente. Embora adotado posteriormente, o quadro paralelo de oficiais não evitou tensões entre as facções militares. A importância do documento de autoria de Osvaldo Aranha repousa no reconhecimento da situação do Exército no período e das medidas necessárias à satisfação dos interesses corporativos<sup>23</sup>.

A necessidade de uma reforma modernizadora propagada por anos dentro do Exército refletia-se se refletia na reação entre o Governo Provisório e a corporação. Entre 1931 e 1932 foi produzido um plano geral das reformas militares determinadas para planejamento e execução de responsabilidade do Ministério da Guerra para adequar as instituições militares, os recursos humanos, o material bélico, os recursos industriais e a organização do país à satisfação das possíveis necessidades de mobilização e concentração militar. As reformas das instituições militares incluindo o Exército preconizavam separar as

---

23. Arquivo AO, código OA30.00.00/50, apud A revolução de 1930: textos e documentos. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

funções de comando das administrativas e, conseqüentemente, definir a relação entre ambas esferas; supressão da ingerência política no Exército e também da ação autônoma militar política; preparação para a guerra. Essas medidas satisfaziam as reivindicações dos reformistas legalistas denominados jovens turcos. A profissionalização e modernização do Exército constituíam seus objetivos principais ao longo dos anos anteriores e atendiam também as pretensões do grupo de legalistas convertidos ao movimento de 1930. O plano geral das reformas militares compreendia outra reivindicação antiga dos militares, a revisão dos quadros existentes em relação ao efetivo no tempo de paz, prevendo o preenchimento dos quadros de oficiais, inclusive da reserva. Na revista “*A Defesa Nacional*” é constante a apresentação de artigos e editoriais que versavam sobre a necessidade de ampliar o contingente do Exército para atender a demanda de defesa e formação patriótica da população. O Exército é visto como uma reserva moral da pátria, mecanismo responsável pela formação de patriotas, aliando sentimento e preparo para exercer a defesa e o civismo.

Preservavam-se, ao mesmo tempo, os instrumentos usados anteriormente para aperfeiçoar o Exército, como a manutenção do contrato da Missão Militar Francesa, o envio de oficiais ao exterior para fins de instrução e contratos técnicos. Esses recursos são qualificados como aceleradores da formação da competência profissional. A perspectiva de ampliação da presença do Exército mediante o aumento do contingente estimulava a manutenção dos mecanismos já experimentados e considerados pelos reformistas importantes para modernizar a corporação. Evidentemente, a gestão de uma doutrina militar baseada no conceito de nação para orientar a prática militar, implicava a conquista de posições de comando propiciadoras das condições necessárias à intervenção e reforma na estrutura do Exército. A análise dos grupos militares reformistas, a saber, tenentistas, ex-legalistas convertidos ao movimento de 1930 e jovens turcos aponta a convergência de propostas que

encontravam maior resistência exatamente nos oficiais superiores mais antigos e ligados ao sistema político vigente durante a República Velha. A concretização dessas reformas, no entanto, causava conflitos, pois a escolha de como efetivar a reforma implicava beneficiar um grupo de oficiais em detrimento de outro. Na prática, como integrar os rebeldes da década de 1920, sem prejudicar as carreiras e promoções dos oficiais legalistas constituía obstáculo premente à satisfação dos interesses dos diversos grupos.

De fato, todo planejamento militar referente à definição dos critérios de promoção e manutenção da hierarquia não poderia ser estruturado sem oferecer soluções adequadas à divisão que caracterizara o Exército desde a década de 1920. Prevendo essa dificuldade, o artigo IV, parágrafo 4º do Plano Geral das Reformas Militares sugeria a suspensão temporária das promoções ao generalato para o estabelecimento de regras rigorosas de seleção e promoção, com o intuito de formar um quadro de generais prestigiado<sup>24</sup>. Essa determinação revela que as lideranças militares do Exército não conseguiam naquele momento, estabelecer coesão na instituição. Enquanto o comando do Estado-maior da Revolução de 1930 era liderado por um oficial de média patente, o coronel Góes Monteiro, a alta oficialidade oscilava entre a defesa do governo Washington Luís, a constituição de um governo provisório para confectionar o conflito e finalmente, diante das dificuldades militares, entregou o poder à coalizão liderada por Vargas. As principais lideranças do Exército até 1930, em relação à alta cúpula, não possuíam condições de liderar a recomposição do Exército. No entanto, a hierarquia é essencial para a corporação e as denominadas lideranças revolucionárias não possuíam as patentes mais altas. Para contornar a situação, foram aplicados diversos mecanismos pelo Governo Provisório em conjunto com o Ministério da Guerra, como a promoção rápida dos militares ligados ao movimento de 1930 e

---

24. apud A revolução de 1930: textos e documentos. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

a reintegração dos rebeldes da década de 1920. O estabelecimento de novas regras do acesso aos postos superiores atendia as expectativas da corrente reformista que há muitos anos pugnava para estabelecer critérios estritamente profissionais para a promoção, eliminando aqueles realizados com base no parâmetro de antigüidade dentro do Exército. Segundo essa corrente, a corporação fora muito prejudicada pelas promoções pautadas no tempo de serviço ou nos vínculos pessoais entre os responsáveis pelas promoções e os candidatos aos postos mais altos. Os mecanismos aplicados visavam restabelecer a hierarquia e também garantir uma recomposição permanente da instituição. Portanto, a alteração dos critérios de acesso ao generalato satisfazia os diversos grupos interessados em reformar o Exército e, conseqüentemente, em estabelecer uma doutrina militar compatível.

É possível afirmar que o Plano Geral das Reformas Militares constitui um dos fundamentos do processo de elaboração de uma nova doutrina militar. Seus artigos apresentam as bases da existência para a atuação institucional das Forças Armadas e da carreira militar, particularmente com incorporação do conceito de guerra total. O artigo sexto determina que a organização do país deveria ser orientada a partir das necessidades de ordem militar, integrando as redes de comunicação e transporte ferroviário, rodoviário, fluvial e aéreo. A organização militar compreende também a combinação dos recursos agrícolas e industriais, para a otimização dos recursos nacionais em eventual campanha militar. O conjunto de medidas previstas no plano geral das reformas militares deveria ser completado com os seguintes projetos de lei: Lei de Organização Geral do País (relativa a situações de Guerra); Lei de Organização do Exército; Lei do Serviço Militar; Lei da Organização do Serviço Militar das Estradas de Ferro e das vias de comunicação; Lei dos Quadros – Estatutos dos Oficiais e Suboficiais; Lei dos Quadros de Reserva; Lei do Ensino Militar.

---

José Murilo de Carvalho sintetiza sumariamente os dilemas do Exército e das Forças Armadas a partir da extinção do regime político da República Velha:

*“(...) com o surgimento da Segunda República, em outubro de 1930, as Forças Armadas, particularmente o Exército, se viram projetadas no centro do poder nacional de maneira muito mais decisiva do que no início da Primeira. O conflito entre as principais forças políticas civis e a derrota da mais poderosa delas abriram espaço para que o setor militar da burocracia estatal conquistasse afinal a parcela de poder que não conseguira na última década do século passado e ela qual viera aspirando e às vezes lutando de armas na mão durante a Velha República<sup>25</sup>”.*

Embora Carvalho considere outubro de 1930 decisivo para o redimensionamento da atuação política do Exército, o autor não deixa de considerar que a definição do conteúdo de sua ação política e de sua doutrina militar ocorria paralelamente ao enfrentamento de correntes militares dentro e fora da corporação. Para Carvalho, o êxito militar do movimento de 1930 deve-se à conjugação de uma série de fatores. Primeiro devido à participação das fortes forças públicas e também da população nos estados do Rio Grande do Sul e de Pernambuco. O envolvimento das forças públicas é significativo quando comparado à postura dos militares do Exército nos respectivos estados. No Rio Grande do Sul, nenhuma guarnição aderiu em bloco à revolução e mais de 300 oficiais entregaram-se às autoridades gaúchas por não aderirem ao movimento e, simultaneamente, desprovidos de condições de defesa do governo federal no estado. Em 24 de outubro, as forças legalistas e rebeldes igualavam-se militarmente. Para Bertoldo Klinger o Movimento Pacificador buscou evitar exageros do comando das tropas rebeldes em caso de vitória militar da insurreição, preferindo entregar o poder e ensejar, ao mesmo tempo, um meio de evitar o aprofundamento

---

25. Carvalho (2005:62).

da cisão do Exército. Outros aspectos tornavam a situação mais complexa: os oficiais de baixa patente rebelados durante a década de 1920 e reincorporados ao Exército a partir de 1930 constituíam uma minoria que abalava a hierarquia e o sistema de promoções da corporação, especificamente por reintegrá-los, considerando os anos de insurreição como contagem de tempo de serviço, levando-os a ultrapassar legalistas e simpatizantes do tenentismo não rebelados até 1930, cuja promoção ficava subordinada à nomeação dos ex-rebeldes a patentes superiores em detrimento da fidelidade hierárquica. Havia também a situação delicada dos sargentos, que comissionados na função de segundo-tenente, para suprir a carência desses oficiais, constituíram, a partir de 1930, uma importante fração de militares descontentes com a reincorporação integral dos tenentistas e suas conseqüências para os sargentos comissionados durante o período de insurreição militar da década de 1920. Úteis no trato com a tropa, foram excluídos dos benefícios adquiridos pelos oficiais subalternos rebeldes reintegrados após anos de revolta militar.

No período entre 1930 e 1945 ocorreram uma série de conspirações e movimentos militares, no total de 75, que em graus variados questionaram a hierarquia, a disciplina e o comando do Exército<sup>26</sup>. Nota-se, que a agitação concentrou-se no período entre 1930 e 1934, confirmando a veracidade das queixas de indisciplina no Exército nos relatos sobre o período. Contudo, há uma diferença considerável entre a atuação dos oficiais gerais e dos praças. Os generais atuavam em conspirações políticas, os praças visavam organizar revoltas para melhorar sua posição na organização militar. A cúpula do Exército brasileiro até 1930, mantinha uma estreita lealdade com o regime, particularmente quanto à promoção ao posto de general ser atribuição do presidente. Os jovens turcos, militantes tenazes da

---

26. Carvalho (2005:63).

profissionalização da corporação, criticavam acidamente o sistema de lealdade dos generais em relação ao presidente da República em função do critério de promoção. O fim da Primeira República gerou um hiato entre as práticas militares usuais e a adoção de novos padrões disciplinares e militares. Duas situações exemplificam a instabilidade gerada no Exército. Entre 1930 e 1937 diversas acusações envolvendo generais em conspirações políticas foram divulgadas. Não pretendo discutir a veracidade ou a extensão dessas conspirações, mas ressaltar que a instabilidade do período refletia-se nos quadros de comando. Acredito que a passagem do Exército para o centro de poder, a quebra do princípio da disciplina e a ausência de critérios estabelecidos e aceitos por todos os membros da corporação relativos à legitimidade da autoridade militar, contribuíram para o envolvimento da cúpula militar nos jogos de poder relativos à sucessão presidencial entre 1934 e 1937. A instabilidade disciplinar também atingiu os praças. Cabos e sargentos participaram ativamente das Revoluções de 1930 e 1932 e destacadamente da Intentona Comunista de 1935. Por exemplo, Bertoldo Klinger, comandante da Circunscrição Militar do Mato Grosso entre 1931-1932 relata a revolta do 18º BC de Campo Grande, liderada por sargentos transferidos do 21º BC de Recife, que em outubro de 1931, haviam liderado uma revolta na capital de Pernambuco. Naquele momento, a reação das autoridades pernambucanas foi extremamente violenta, capitaneada por Cavalcanti Lima, interventor estadual, e o tenente Bizarria Mamede, chefe de polícia. Em Campo Grande, o novo levante resultou em uma morte e três feridos. Na versão oficial, os três sargentos foram mortos por resistência à prisão. Klinger afirmou inclusive que os sargentos mortos prestaram o melhor serviço à sociedade, resistindo e, portanto tratados em conformidade à resistência. Exemplo pertinente é o relatório do capitão Raimundo da Silva Barros ao general Daltro Filho, denunciando a complexa articulação de um movimento de sargentos em São Paulo entre 1933-1934. Inspirado em uma revolta de sargentos e cabos que

levou o sargento Fulgêncio Batista ao poder em Cuba, em setembro de 1933, os dirigentes tinham a ambição de repetir o sucesso dos cubanos no Brasil. A denúncia evitou a efetivação da revolta marcada para março de 1934, com a prisão de seus chefes, a revolta previa a morte do comandante da 2ª Região Militar, general Daltro Filho e dos demais oficiais<sup>27</sup>.

A década de 1930 registra uma insatisfação generalizada dos militares para com as condições da organização militar. Essa situação agravava-se em função das clivagens sociais que perpassavam a instituição. Segundo José Murilo de Carvalho<sup>28</sup>, o conflito latente entre os praças e os oficiais remetia a origem social dos militares, os primeiros convocados entre as camadas proletárias da população, de origem distinta em relação aos oficiais. Para o autor, a rigidez das normas de promoção dentro do Exército reforçavam a estratificação externa e a socialização por princípios de disciplina não evitava conflitos latentes. As reivindicações dos praças concentravam-se na falta de estabilidade e de promoção, nos baixos salários, na falta de assistência social. O decreto 19507 de 18 de dezembro de 1930 exemplifica as condições precárias de soldados, cabos e sargentos. O decreto estabelecia que os sargentos com mais de dez anos de serviço no Exército, em 1930, poderiam servir até 25 anos no Exército sem reengajamento. No entanto, os excluídos dessa condição passavam a se reengajar anualmente, ficando sua permanência na corporação sob arbítrio exclusivo do comandante da unidade em que serviam. A ausência de um plano de carreira para os sargentos, a submissão ao arbítrio pessoal dos oficiais, o incitamento à revolta ou a preservação da ordem e da hierarquia segundo o interesse dos oficiais em comando nos momentos graves, o exemplo da ascensão de Fulgêncio Batista ao poder em Cuba e o contato

---

27. Ver Carvalho (2005:67-68).

28. Ver carvalho (2005:73-75).

com o PCB levavam a manutenção de condições estimulantes à sublevação de sargentos e praças.

Aliás, a organização de praças para reivindicar melhor tratamento dentro do Exército era repelida pelos oficiais como disruptivas e ilegais. Quando o ministro da Guerra Góes Monteiro afirmou que sargentos não poderiam se organizar em entidades sindicais ou mesmo beneficentes, recorreu ao argumento de que estes não constituíam uma classe, mas uma categoria dentro da classe militar. De maneira geral, os oficiais superiores repeliam toda atuação organizada dos sargentos como quebra de hierarquia e disciplina. Bertoldo Klinger censurou o primeiro-tenente Emanuel Aduino Pereira de Melo e colegas de conspiração em 1932 por contatarem sargentos. Para Klinger, a reforma do Exército não poderia ocorrer ao custo da quebra da hierarquia e da disciplina. Já os oficiais revoltosos da década de 1920, que enfrentaram inimigos internos e externos à corporação rechaçavam contatos estreitos com os praças. Além da estratificação militar, havia a percepção da participação de sargentos como oficiais comissionados das forças legalistas que os tenentes combateram. Os tenentistas, a partir de 1930, estavam obcecados com a manutenção e potencialização de uma posição que acreditavam ser necessária e adequada à implementação dos ideais revolucionários, embora não tenham aprofundado as avaliações generalizantes sobre os problemas do país. Advogavam a preservação indefinida do governo provisório e discricionário para a implantação dos ideais revolucionários. Qualquer organização ou ação fora dos seus propósitos era considerada anti-revolucionária. Conseqüentemente, a ação autônoma de sargentos e cabos era vista como uma ameaça à Revolução e ao Exército. Essa crença estava ligada à crença na necessidade de manter a liderança das mudanças dentro da corporação e do país sob o controle exclusivo dos revolucionários. Dentro do Exército, a mudança para satisfazer os interesses dos militares ligados ao governo provisório vinculou-se às alterações

processadas nos altos escalões para excluir os indivíduos considerados contra-revolucionários. Contraditoriamente, os oficiais que se opunham à participação política de sargentos, cabos e soldados constituíram o Clube 3 de Outubro para aumentar o poder de pressão do grupo tenentista aliado com os militares que romperam sua lealdade para com o governo Washington Luís. O Clube 3 de Outubro efetivamente não foi capaz de atingir suas metas, particularmente por tentar reformar a sociedade e o Exército paralelamente. Sua importância está vinculada à associação que seus membros faziam entre regeneração da nação e do Exército como entrelaçadas, sem, contudo, conseguirem nas duas instâncias conceber a necessidade de inclusão no processo político da população ou dos sargentos, cabos e soldados.

Mas a ambicionada reorganização do Exército, perante as divisões internas acentuadas e a crise institucional do país, não ocorreu repentinamente, muito menos sem conflitos<sup>29</sup>. O Pacto de Honra, acordo que reuniu revolucionários para apoiar Getúlio Vargas, concedendo plenos poderes a Góis Monteiro ( 2ª, 3ª e 5ª Regiões Militares e o Comando Militar do Mato Grosso), Leite de Castro ( 1ª e 4ª Regiões Militares), e Juarez Távora ( 6ª, 7ª e 8ª Regiões Militares para advogar junto à Getúlio Vargas a reorganização da corporação e o controle por aquele grupo da Comissão de Promoções do Exército, possibilitando reformar os adversários da Revolução, demonstra o grau de enfretamento dentro da corporação. Outros manifestos foram lançados ao longo do ano de 1931, criticando a anarquia existente no Exército, os situacionismos estaduais e reivindicando a continuidade do Governo Provisório até a implantação de todo o programa revolucionário. Inclusive em abril de 1931, o auto-proclamado Comitê Revolucionário do Rio de Janeiro divulgou uma “Proclamação ao

---

29. NA-GM 24/02/1931 – Pacto de Honra apud A revolução de 1930: textos e documentos. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

Exército” exigindo o fortalecimento das Forças Armadas, afirmando que países como o Brasil deveriam ser conduzidos

*“pela corporação melhor organizada e menos viciada, pela elite mais autorizada e mais forte, o Exército.”<sup>30</sup>”*

Refletindo as divisões que caracterizavam o Exército, as manifestações de apoio à reorganização da corporação a partir de lideranças revolucionárias foram extremamente criticadas. Um exemplo de crítica forte ao Pacto de Honra foi a carta do capitão Heitor da Fontoura Rangel ao primeiro tenente Alcides Etchegoyen. Rangel identifica a persistência de uma forte crise econômica agravada pela crise política, culminando em considerável descontentamento popular seis meses após a eclosão da Revolução. Segundo Rangel, o descontentamento gerava o ambiente propício aos comunistas, infiltrados na sociedade e no Exército. Para o capitão, a subversão da hierarquia e a anarquia características à corporação em 1931 provocavam sua sovietação. Para Rangel:

*“Tudo isso porque, antes de 3 de outubro, a Revolução tinha um programa a realizar, um sem número de promessas a cumprir, uma justiça a executar, o que pela voz de seus representantes e dos seus líderes, entusiasmou e empolgou o povo, que com sua ingenuidade a ela se entregou de corpo e alma, com patriotismo, desinteresse e inolvidável entusiasmo.”*

---

30. GV. 31/06/01-1 apud A Revolução de 1930: textos e documentos. Brasília: Editora da UNB, 1982

*Mas, outubro já se foi....Estamos em abril. Seis meses são passados e nada foi feito! Nenhuma promessa até hoje foi cumprida!<sup>31</sup>”*

Rangel afirma que o desvirtuamento dos objetivos da Revolução é verificado no Exército, esvaziado de sua função de instrumento do povo. A corporação, para o capitão, converteu-se em soviete, particularmente com a inversão da hierarquia. O Pacto Secreto de 24 de fevereiro estabeleceu uma espécie de triunvirato militar, cuja característica principal, na avaliação de Rangel, é a incompetência para implantar a ordem e a disciplina, instigando uma futura república de soldados, operários, sargentos e tenentes comissionados. Na ótica de Rangel, a divisão do Brasil em 3 regiões, sul, centro e norte, sob a responsabilidade respectiva de um coronel, um general e um capitão abre possibilidade para que até os sargentos agissem como delegados militares. Esses delegados, na prática, subordinam todas as autoridades militares, a despeito da hierarquia. Para Rangel, somente seria possível reverter a sovietação do Exército com o restabelecimento da hierarquia e disciplinas militares.

O capitão Rangel propôs a criação do Gabinete de Sindicâncias, submetido ao Ministério da Guerra, dividido em 3 seções: sul, centro e norte, objetivando acompanhar a vida dos oficiais sob os aspectos intelectual, moral físico. Os oficiais seriam classificados em fichas individuais, para quando houvesse necessidade de julgamento imediato, acionar-se um Conselho de Guerra. Tudo ocorreria de maneira sumária, obedecendo ao Código Penal Militar. O julgamento sumário das pendências dos oficiais permitiria a restituição da hierarquia e da disciplina, através do expurgo de seus elementos indesejáveis.

---

31. apud A revolução de 1930: textos e documentos. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

Em carta de 22 de agosto de 1931, o major José Faustino dos Santos definiu a necessidade de unir os oficiais do exército às lideranças hierárquicas para recuperar a disciplina. Para o major, havia a urgência de uma maior centralização da liderança militar e de uma reforma administrativa capaz de efetivá-la. Em outubro de 1931, o major Faustino e outros militares, envolvidos no movimento de articulação e apoio das lideranças militares, lançaram um manifesto denominado União da Classe Militar. Diagnosticando o enfraquecimento do Exército e da defesa da Nação, os oficiais reafirmam sua crença na capacidade da corporação em ampará-la, superando suas divisões internas para conduzir o país a um patamar mais estável. Pregavam no manifesto o estímulo ao prestígio moral dos chefes militares e o cumprimento da disciplina em todos os graus da hierarquia militar, conjugado ao maior contato da oficialidade com a tropa, evitando a absorção de teorias subversivas. Além dos aspectos apontados os signatários conclamavam o combate à participação dos militares na política e na administração civil, evitando a contaminação dos militares com atividades não condizentes com sua formação e finalidade. A ação estipulada no programa apresentado estimulava fortalecer as instâncias de comando através do Estado-maior do Exército e dos congêneres das regiões militares. Outro aspecto importante, defendido anteriormente pelos reformadores legalistas é a elaboração e efetivação de uma nova lei de promoções, pautada em critérios profissionais, com a eliminação do meio militar dos elementos sem idoneidade moral.

Portanto, a elaboração do Pacto de Honra não garantiu meios de solucionar as divisões internas. Ao contrário, colaborou para o acirramento das tensões na medida em que secundarizava a hierarquia militar. O clima de disputa entre as diversas facções militares acirrava os ânimos, exaltados em função da dificuldade em estabelecer critérios de promoção aceitos pela maioria dos oficiais, dos atritos entre oficiais e praças, cuja parcela se percebia

apenas manipulada por facções de oficiais superiores, na mescla das lutas políticas civis com as querelas internas à corporação, pela insuficiência dos mecanismos militares de socialização corporativa e disciplinarização. Os manifestos das diversas facções constituídas no período esboçavam a busca por parâmetros de reorganização do Exército. A implosão simbólica da corporação, em 1930, despertou nos oficiais a percepção da urgência de reformas militares. Apesar das divisões, todos os grupos consideravam o Exército interlocutor e representante das aspirações nacionais. Outro traço comum é o anticomunismo. No início da década de 1930, o combate às denominadas ideologias subversivas unia os oficiais, cuja concepção de hierarquia e disciplina considerava o comunismo a antítese das Forças Armadas, particularmente o Exército. O internacionalismo da ideologia comunista afrontava o Exército quanto à valorização da hierarquia e do patriotismo, pilares da existência da corporação. Mesmo sem uma campanha coordenada de oposição ao comunismo, seus preceitos fundamentais geravam um traço de união entre as facções militares. O exemplo de Luís Carlos Prestes ilustra significativamente a aversão que os oficiais sentiam em relação ao comunismo. Líder do tenentismo, símbolo do movimento revolucionário, ícone para os jovens cadetes da Escola Militar do Realengo, a conversão de Prestes não atraiu uma quantidade significativa de oficiais para o comunismo, apenas quatro oficiais participaram da Intentona Comunista de 1935. Embora a Intentona Comunista tenha ocorrido sobretudo nos quartéis, o maior índice de adesões à revolta foi de praças e sargentos. Desde início da década de 1930, precedendo o levante comunista de 1935, o comunismo foi identificado como fator diluidor do Exército, momento em que, na avaliação dos diversos grupos militares, era propício à ação de elementos militares e subversivos.

Em “Proclamação ao Exército”, publicada em A Pátria, em 18//04/1931, Góes Monteiro<sup>32</sup> define o Exército como produtor e produto da revolução, devendo ser revolucionário enquanto ela durar. Monteiro admite inclusive que o processo revolucionário causa temporariamente indisciplina coletiva e individual, atingindo o próprio Exército. Como processo evolutivo, a Revolução, para Góes Monteiro, deve ser estimulada com vigília permanente para a manutenção do equilíbrio. Segundo Góes, o Exército brasileiro até 1930 foi um meio inadequado da defesa nacional, particularmente quanto aos interesses espúrios de governantes ambiciosos que apenas desejavam manipular a corporação em proveito particular. A Revolução, para Monteiro, salvou a nação e o Exército. A conquista do poder, portanto, deveria ser complementada com a regeneração da corporação. Sob esse prisma, Góis Monteiro faz uma defesa implícita do Pacto Secreto, na verdade, já tido por verdadeiro e conhecido por muitos. Nas palavras de Monteiro:

*“Para que se possa contar com a confiança e a lealdade da Força, responsável pela segurança do governo surgido da Revolução, e, conseqüentemente, pela execução do programa revolucionário a cargo desse governo, ressaltam as evidentes razões para exigir-se dos elementos constitutivos dessa mesma força, uma mentalidade revolucionária – obediência consciente aos chefes, afinção recíproca dos chefes para com a tropa, aptidão e entusiasmo para a luta contra qualquer inimigo.*

*Não se pode ter a preocupação de reajustar, dentro de um prazo diminuto, o organismo do Exército aos moldes regulamentares. A idéia central, ao reorganiza-lo consiste na segurança; e só um Exército exatamente revolucionário, progressista, poderá fornece-la.<sup>33</sup>”*

---

32. apud A revolução de 1930: textos e documentos. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

33. Arquivo Bertoldo Klinger. Código BK 31.04.18 j

Góes Monteiro, no início de 1931, objetivava justificar a situação do Exército em função do momento revolucionário que o atingia. Para Monteiro, os princípios do Exército devem ser revolucionários, ao mesmo tempo em que promovessem uma readequação dos princípios militares e regimentais. Segundo Monteiro, a volta à normalidade com o restabelecimento pleno da hierarquia e da disciplina somente ocorreria com modificações substanciais nos critérios de promoção e a eliminação do quadro de oficiais dos fracos de caráter, de valor negativo. Advogando em causa própria, Monteiro toma o exemplo da Revolução Francesa, afirmando que somente o ambiente revolucionário permitiu a um caráter poderoso alcançar destaque significativo. Portanto, a Revolução de 1930 ensejou para o Exército um momento único de renovação. No ambiente revolucionário, a eliminação dos parasitas é completada com medidas de exceção, buscando nos quadros inferiores os homens capazes de substituir as lideranças viciadas na política governamental e beneficiadas por critérios inadequados da promoção. Embora não afirme explicitamente, a criação do Pacto de Honra entre os militares revolucionários, a despeito da hierarquia, concedendo a Góis Monteiro, Leite de Castro e Juarez Távora a condição de representantes da revolução no Exército visava depurar o Exército dos elementos contra-revolucionários. Na avaliação de Monteiro:

*“Há oficiais que tomaram parte da Revolução, uns contra e outros a favor dela. Certo número não se pode manifestar, mas tudo faz crer que atuariam em repulsa ao programa renovador. Respeitamos o ponto de vista estreito a que se apegaram. O Exército revolucionário, progressista, poderá, entretanto, não desejar admiti-los em seu seio, como medida de segurança. Estes camaradas conformar-se-ão, até, que, em época propícia, se facilite o aproveitamento deles.*

*Nestes termos, o Exército revolucionário será comandado pela oficialidade revolucionária. Encontram-se oficiais dignos e capazes do outro lado. Desde o momento em que tiverem a iniciativa de um pronunciamento sincero em prol da atual situação poderão ser colocados em igualdade de condições daqueles que pugnaram pelo movimento triunfante. Os incorretos, os traidores, os que se incompatibilizaram com esse movimento, não se fixarão no Exército, tenham ou não participado do surto saneador.*<sup>34,</sup>

As propostas de Góes Monteiro consideravam que o princípio de hierarquia deveria ser relativizado naquele momento em prol de medidas revolucionárias, pois somente o saneamento do Exército permitiria à corporação representar legitimamente a nação. Sua proclamação gerava um rompimento com os critérios instituídos da liderança militar. Já o manifesto lançado por um grupo autodenominado União da Classe Militar, escrito por majores e capitães, com o apoio explícito de generais ligados ao Movimento Pacificador como Tasso Fragoso e Mena Barreto e o coronel Bertoldo Klinger, conclamava a união dos militares a seus chefes, baseado no princípio de hierarquia e contra a quebra da disciplina.

A partir dos elementos considerados anteriormente, é possível perceber dois tipos de divisões que caracterizavam o Exército, na década de 1930. O primeiro: o atrito entre praças e oficiais, inerente à estrutura militar de recrutamento e composição dos quadros, reforçada pelos princípios de submissão hierárquica. O segundo: divisão ocorria entre os oficiais, opondo os intervencionistas aos elementos contrários à imbricação entre carreira militar e política. Sob o impacto da Missão Militar Francesa e também do profissionalismo alemão divulgado pelos jovens turcos, o grupo contrário à intervenção política do Exército, acreditava na premência da preparação contra possíveis agressões externas para realizar o objetivo central da corporação. Esses militares, entre os quais destaco Leitão de Carvalho,

---

34. apud A revolução de 1930: textos e documentos. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

Euclides Figueiredo, Bertoldo Klinger e o próprio Góis Monteiro antes de 1930, afirmava que o envolvimento político causava uma série de problemas para o exercício da atividade militar. A estabilidade das normas disciplinares e hierárquicas beneficiava, na visão do grupo, a coesão e a preparação para guerra. Já os intervencionistas, a partir de uma abordagem militarista da política e da campanha para o fortalecimento das Forças Armadas, enfatizava que a reforma do Exército e do país, exigia, impreterivelmente, a participação política dos oficiais. Entretanto, a impossibilidade dos reformistas em controlar e comandar a corporação inviabilizava suas pretensões. O conflito entre os dois grupos ameaçava esfacelar o Exército, cuja desintegração em uma guerra civil fora evitada, na visão dos militares da década de 1930, pelo Movimento Pacificador de Mena Barreto e Tasso Fragoso. Nos anos posteriores a 1931, uma aliança tácita seria estabelecida entre os partidários de uma postura profissional e os intervencionistas, contornando as divisões internas e organizando uma doutrina militar apta a conciliar princípios de intervenção cívico-militar e postura profissional.

#### 4. REORGANIZAÇÃO DO EXÉRCITO E A FORMAÇÃO DA DOCTRINA MILITAR

O período entre 1934-1937 marca a transição para o Estado Novo, caracterizado por intensa luta política e apontando para a consolidação do autoritarismo como vertente ideológica fundamental para os grupos em conflito. Obviamente, para os contemporâneos daquela conjuntura, a promulgação da constituição de 1934 implicava significados diversos para cada grupo social em competição política. Para os derrotados em 1930, à volta a normalidade constitucional e da competição partidária/eleitoral poderia ensejar a composição das condições necessárias para a retomada do controle do poder político no governo federal e estados. Entretanto, os aliados de Vargas contavam poder lograr fôlego para a sua manutenção no controle do Estado e do poder, engendrando os mecanismos necessários à aquisição de vantagens políticas em relação aos mecanismos eleitorais definidos na nova constituição.

Já para os militares do Exército, autodenominados revolucionários e articulados no Clube 3 de Outubro, a Constituição de 1934 significou a perda da oportunidade de regenerar o país. Tal crítica fundamentava-se na crença que a nova carta magna mantinha intactas as estruturas jurídicas e políticas responsáveis por manter o poder das oligarquias estaduais, a desigualdade social, a corrupção e o atraso econômico do país. Porém, havia a esperança que a continuidade de Vargas no poder contribuiria para uma reversão da tendência de retorno a ordem anterior. A crença no caráter renovador do movimento de 1930 implicava a expectativa da implementação de medidas direcionadas a fortalecer o poder central, anulando a política partidária. É interessante, dentro da conjuntura, perceber a conjugação

desta expectativa com uma aproximação mais intensa entre Getúlio Vargas e as principais lideranças militares, culminado à implantação do Estado Novo em novembro de 1937 o fortalecimento da hierarquia e da disciplina no Exército, cuja postura em relação ao golpe foi inversa à experiência de 1930. As evidências levantadas nas fontes estudadas, quando comparadas ao processo político, permitem afirmar que as lideranças militares comprometidas com o fortalecimento do Exército, percebiam que a aproximação do governo Vargas evitaria uma volta a estrutura política e jurídica anterior a 1930. E essa percepção foi otimizada e consolidada com a Intentona Comunista de 1935. Naquele momento foram adotados procedimentos que permitiram expurgar das fileiras do Exército elementos considerados perniciosos para a instituição. A identificação de um inimigo comum serviu de catalisador das diversas correntes militares e destas em relação ao governo Vargas. A consolidação de um inimigo comum, subversivo para a nação foi fundamental para o fortalecimento das ações pedagógicas e de instrução, bem como para a consolidação dos símbolos de obediência à hierarquia militar. Permitiu também conferir maior substância à doutrina militar peculiar ao período, justificando não apenas a reordenação interna, mas a participação no fortalecimento das ações autoritárias do Estado, na manutenção permanente do estado de sítio entre 1935 e 1937.

É importante observar que as medidas disciplinares, de instrução e de culto a elementos simbólicos adequados à reelaboração da hierarquia e da doutrina militar capaz de subsidiá-la, foram possibilitadas pela existência de características comuns às diversas correntes militares. Todos os grupos dentro do Exército, apesar dos conflitos, concordavam a respeito de necessidades básicas da corporação como o aumento dos recursos materiais, de efetivos, da capacidade de mobilização dos recursos logísticos e do aumento das reservas instruídas em caso de guerra. Os sucessivos relatórios anuais do ministério da Guerra

apontavam uma expressiva evasão de potenciais convocados para os tiros de guerra. No caso da formação de recursos humanos instruídos militarmente, tratava-se de manter um quadro de oficiais profissionais, acentuando a rotatividade entre praças e graduados. A lei do sorteio militar, de 1916, foi a primeira medida para racionalizar o Exército brasileiro em relação à seleção militar, por buscar incluir nas fileiras da corporação elementos de diversas classes sociais. Buscava-se eliminar os sucessivos reengajamentos de soldados e cabos, atingindo um número expressivo de cidadãos, melhorando inclusive a qualidade do material humano. O relatório do ministro da Guerra de 1939<sup>1</sup> aponta que a lei de 1916 propiciou um avanço do serviço militar para todas as camadas da população, facilitando aumento do número de tiros de guerra (216), de escolas de instrução (116) e das escolas preparatórias (15). Outra medida apontada no relatório, como eficaz para ampliar o serviço militar foi o decreto nº 22885 de 1933, exigindo serviço militar para o exercício de cargo público, medida inserida na constituição de 1934 e mantida em 1937 com a emergência do Estado Novo. Outros recursos contribuíram para a difusão do serviço militar, inclusive, como aponta o relatório, com a melhoria do ambiente dos quartéis, propiciada pela Missão Militar Francesa. A criação das escolas preparatórias de candidatos à Escola Militar do Realengo contribuía para estimular o ingresso nas fileiras do Exército, particularmente por possibilitar direcionar os reprovados no exame de ingresso na Escola Militar para função de sargentos. As mudanças do Exército tornaram-no mais atrativo, em particular pela projeção social dos oficiais no início da década de 1930.

O conceito de guerra total, consolidado após a I Guerra Mundial, provocou entre os militares brasileiros a percepção de que o Exército estava despreparado para o conflito bélico moderno. A preocupação comum entre os militares é formar reservas

---

1. Relatório do Ministro da Guerra disponível em [www.brazil.crl.edu](http://www.brazil.crl.edu) acesso em 31 de janeiro de 2004.

instruídas para a guerra e organizar recursos industriais e bélicos compatíveis com a mobilização em larga escala. A consagração do Exército como representante dos interesses da nação equivalia ao combate dos regionalismos políticos e a disciplinarização das mentes. Capacitar a população para guerra implicava, segundo os oficiais do Exército, fornecer elementos de educação moral e cívica à população. O Exército, segundo esta visão, deveria desempenhar mediante a instrução militar essa missão, compatível à natureza da defesa nacional. A maioria dos oficiais pretendia posicionar o Exército como transformador da realidade, mas pretendia delimitar esse movimento, evitando o envolvimento com os conflitos sociais e políticos externos à corporação. Antônio Cândido escreve que a revolução de 1930 delimitava:

*“(...) um marco histórico daqueles que fazem sentir vivamente que houve um ‘antes’ diferente de um ‘depois’. Em grande parte porque gerou um movimento de unificação cultural projetando na escala da nação fatos que ocorriam no âmbito das regiões<sup>2</sup>.”*

A percepção da existência de um período de renovação perpassava as diversas instituições. Não pretendo discutir e analisar em que medida houve rompimentos e/ou continuidades históricas e sociais em cada área específica da sociedade brasileira, mas indicar que esse sentimento prevaleceu no período e na memória daqueles que o definem como de renovação em relação às décadas anteriores a 1930. Apesar das divisões internas, os militares do Exército percebiam a experiência social desencadeada em 1930 como uma oportunidade de transformar o Exército na encarnação da nação e da defesa do país. Elemento abstrato, o Exército como nação dispensava justificar as transformações da instituição em relação à sociedade. O pensamento conservador fornecia elementos para uma interpretação que dava ao Exército primazia na transformação social, dispensando a organização de uma democracia

---

2. Cândido (1984:27).

social e política de fato. Durante a década de 1930, o estreitamento dos laços entre a alta oficialidade e Getúlio Vargas - sucessivamente chefe do governo provisório, presidente e ditador - culminando no Estado Novo em 1937, instalado com apoio decisivo do Exército, corresponde à leitura que autores como Oliveira Vianna e Alberto Torres realizavam do Brasil. Vianna, por exemplo, afirmava que o país não detinha condições histórico-estruturais necessárias à efetivação do liberalismo de matriz norte-americana, defendendo a organização de um Estado centralizador. O trabalho de Vianna e Torres conecta-se à efervescência cultural do período. A reflexão de Antônio Cândido aponta o esforço de vários grupos sociais em interpretar o Brasil e gerar subsídios para a intervenção social. No campo da História e das Ciências Sociais, três trabalhos são emblemáticos em relação a essa busca. “*Casa Grande e Senzala*”, de Gilberto Freire, evidenciou a importância do negro não apenas para a constituição de uma economia fundada na monocultura e no latifúndio, mas seu impacto fundamental na formação das relações sociais e manifestações culturais brasileiras. Sérgio Buarque de Holanda, em “*Raízes do Brasil*”, desvendou os alicerces da história brasileira, vinculando-a à transplantação cultural, questionando a habilidade da elite sócio-econômica em desempenhar a modernização do país, em particular quanto às formulas autoritárias continuamente aplicadas. Em “*Formação do Brasil Contemporâneo*”, Caio Prado Jr. avalia a história do Brasil sob a ótica do materialismo histórico, discutindo a vida econômica e as formas de opressão do trabalho, visceralmente interligadas.

Na literatura, constituía-se uma inter-relação com o ensaio histórico, vinculando pesquisa acadêmica e criação literária. O questionamento da função da arte e os conflitos sociais e políticos, associados às diferenças regionais, foram tematizadas nas obras de Graciliano Ramos, Jorge Amado, Mário de Andrade e Oswald de Andrade, entre outros,

---

evidenciando a absorção do conceito de arte engajada no campo da cultura. De maneira simplificada, é possível afirmar que havia uma preocupação disseminada em diversos setores da sociedade em formular alternativas ao passado oligárquico e de elaboração de uma ação de transformação social pautada na possibilidade de uma identidade nacional. Essa crença repousava na idéia de correspondência entre modernização social e modernidade cultural, cujo objetivo, substituir os '*estrangirismos*', ensejava reinterpretar o país a partir da particularidade social, econômica, política e cultural da realidade brasileira. Tal perspectiva perpassava diversos movimentos sociais, sem, entretanto, significar uma convergência de perspectivas. Os militares do Exército, em suas várias facções, não chegaram à ameaçar a estrutura agrário-exportadora, apesar dos discursos tenentistas. Os tenentes foram decisivos para gerar expectativas modernizantes sem comandar o Exército ou dominar a formulação de decisões políticas. Aliás, a estrutura hierárquica do Exército não foi alterada, as mudanças ocorridas em relação ao corpo de oficiais após 1930, atingiram mediante passagem à reserva, parte daqueles integralmente comprometidos com o regime deposto. Progressivamente, as facções em luta acomodaram-se. A partir de 1930 as intervenções militares na política partiram da alta cúpula do Exército, eliminando qualquer possibilidade de intervenção decisiva da baixa oficialidade. O clima de renovação e redefinição da nação perpassava os mais diversos grupos sociais. Os tenentes, desde a década de 1920, pregavam a reforma e a regeneração do país. A experiência da Coluna Prestes possibilitou aos oficiais mais ativos a percepção prática da diversidade social e regional do país, combinada à política elitista e excludente, cujo resultado mais visível refletia-se no abandono da população do sertão pelo poder público. Progressivamente, os tenentes assumiram um nacionalismo agressivo, ingênuo e autoritário. Elevados a símbolo da pretensa nova sociedade resultante do movimento de

1930, por setores dissidentes da ordem oligárquica, constituíam a imagem de oposição ao atraso, ao arcaísmo, de jovens dedicados ao progresso e à transformação nacional.

Essa imagem correspondia à auto-definição do grupo e como parcela da sociedade os percebiam, absorvendo socialmente o discurso dos integrantes do grupo e a expectativa difusa de mudança gerada pelos anos de rebeldia militar. De certo modo, a idéia do Exército espelhando a consciência popular permeou análises importantes sobre a instituição. Nelson Werneck Sodré<sup>3</sup>, apesar das críticas ao tenentismo, tem como alicerce de sua análise do Exército a concepção que a corporação foi deturpada em sua essência de guardião da nacionalidade e dos interesses populares, em razão do prevalecer de lideranças autoritárias. Contudo, a socialização operada no interior da Escola Militar do Realengo e na integração à hierarquia e disciplina do Exército gerava uma percepção autoritária das relações sociais e das ferramentas de transformação, crença em mudanças conseguidas através de decretos e ordens. Ora, a visão militar da sociedade conjugada à percepção dos militares como verdadeiros interlocutores da nação afastaram os tenentes de conceitos fundamentais para o exercício da democracia social e econômica como o constitucionalismo, eleições livres e a soberania da lei.

A percepção militar do processo social unia os tenentes, mas não possibilitou uma coesão entre os militares. Significativamente, essa percepção é atenuada pela falta de coesão, ação e propósito de idéias. O movimento estava dividido em diversas correntes que ligeiramente podem ser classificadas em três. A primeira: como liberal, cujos elementos defendiam a liberdade política e estavam envolvidos na luta intra-oligárquica entre os grupos oligárquicos desalojados do poder em 1930 e os interventores tenentistas aliados a elementos das oligarquias dissidentes da ordem política precedente. A segunda: bem reduzida,

---

3. Ver Sodré (1967).

aproximava-se junto de Luís Carlos Prestes do comunismo, compartilhando da derrota da ALN em 1935. A terceira: majoritária em comparação às anteriores, de traços autoritários, relativamente organizada no Club 3 de Outubro e nas legiões revolucionárias espalhadas nos estados<sup>4</sup>. A criação do Club 3 de Outubro e das legiões deriva da avaliação de que a falta de poder político dos revolucionários militares no governo provisório, decorria da ausência de uma organização centralizadora de suas propostas, reivindicações e ações. O ministério do governo provisório em dezembro de 1930 não incluía os tenentes da década de 1920 e o ministro da Guerra fora indicado pela Junta Militar que transmitiu o poder a Vargas. Diversos objetivos pautavam a organização do Club 3 de Outubro. Primeiro: avaliar as ações de Vargas e pressioná-lo para convergir com os interesses do grupo. Segundo: criar um espaço de autonomia política para os militares revolucionários, canalizando sua atuação para além da instituição. Portanto, o quarto capítulo do trabalho buscará problematizar essas questões, percebendo a elaboração de uma doutrina militar pautada na hierarquia, na disciplina e na educação militar, historicamente relacionadas à instituição e suas relações com a sociedade.

O Clube 3 de Outubro foi formado em 1931. Sua estrutura objetivava estabelecer o diálogo entre os grupos envolvidos com o movimento de 1930, particularmente entre civis e militares. A existência efêmera da organização não esvazia sua importância na conjuntura entre 1931-1934 e o alcance de suas propostas para a elaboração da constituição de 1934. Dentre os grupos organizados que enviaram propostas à constituinte, foi o único a ter suas proposições publicadas na íntegra nos anais da Assembléia Constituinte. Aliás, o tema da constitucionalização do país foi intensamente debatido pelo grupo. Desde o início do governo provisório delineou-se o conflito entre duas perspectivas diferentes em relação à denominada revolução: havia os defensores de uma transição rápida para um novo regime

---

4. Ver Sintoni (1999:48).

constitucionalmente legitimado; combatido por aqueles que defendiam a permanência indefinida do período discricionário para a implementação completa dos objetivos revolucionários. As reivindicações para o fim do período ditatorial partiam de diversos grupos, unindo elementos destituídos do poder em 1930 e críticos do regime anterior favoráveis à efetiva implantação de uma democracia liberal como único caminho concreto ao desenvolvimento político e econômico.

O fortalecimento durante a década de 1930, no Brasil, de uma visão hostil a experiência política democrática, indica o prevalecer dos grupos políticos que acreditavam em mudanças sociais e econômicas revolucionárias por meios autoritários. Desde o ano de 1931, o Clube 3 de Outubro publicou diversas manifestações contra a constitucionalização do país, corroboradas por entrevistas de diversos líderes do grupo<sup>5</sup>. A constitucionalização do país era entendida como um artifício para reestabelecer no país as estruturas jurídicas, políticas e administrativas anteriores a 1930. Esta volta ao passado beneficiaria apenas as oligarquias estaduais derrotadas, que organizadas a partir das frentes únicas nos estados, combatiam a moralização do país. A principal crítica das lideranças outubristas em relação aos adversários do governo provisório concernia à suposta ausência de propostas de cunho nacional quanto ao desenvolvimento social e econômico do país e a organização de novas estruturas políticas. A falta de propostas concretas revelava, para os outubristas, a estratégia de esvaziar o processo revolucionário sob a retórica democrática. Em contraposição, os representantes do Clube 3 de Outubro insistiam em divulgar projetos de regulamentação da economia e da participação política. Paradoxalmente, a política é rejeitada como atividade que gera vícios e estimula a ausência de virtudes caracterizada por uma busca incessante de vantagens pessoais. O modelo de representação política revolucionária rejeitava partidos políticos divididos por princípios

---

5. Ver Carone (1975:177-194;366-430).

ideológicos ou de classe, ensejando a necessidade da representação classista como mecanismo realmente capaz de mudar a sociedade brasileira. Sob este prisma, a argumentação pretensiosamente apolítica do Clube 3 de Outubro é próxima do modelo corporativo, autoritário e coletivo da ideologia do Estado Novo. Sua recusa ao debate político e insistência em um modelo integrador de classes, como em um organismo dividido por funções específicas, é correlata ao modelo que Vargas acreditava conduzir e ser o mais eficiente para o país<sup>6</sup>.

O papel do Exército para os membros do Clube 3 de Outubro é garantir a efetivação do programa revolucionário, princípio legitimador do governo provisório. A ditadura é entendida como necessária e toda a oposição à manutenção do poder discricionário como a busca da volta ao passado. Em abril de 1932, o Clube 3 de Outubro divulga um manifesto acerca das ações necessárias à reorganização do país, como novos sistemas fiscal e tributário, atendendo principalmente a urgência da moralização da administração e dos recursos públicos<sup>7</sup>. Evidentemente, essas propostas evocavam uma identificação entre incompetência e corrupção como características do governo anterior. Juarez Távora, por exemplo, defendeu a expropriação dos bens de todos os indivíduos considerados suspeitos de corrupção com base no aumento dos bens após o exercício da função pública. Outros dois aspectos foram enfatizados no referido manifesto: a federalização das polícias militarizadas, portanto do monopólio da força, e o incentivo da organização sindical classista para fornecer os representantes da nova representação política reivindicada pelo Clube 3 de Outubro.

É importante salientar que o Clube 3 de Outubro não representava todas as correntes militares do Exército brasileiro, além de civis simpáticos à causa revolucionária. Os

---

6. Ver Lenharo (1986).

7. Ver Carone (1975:393-395).

dilemas e conflitos experimentados por seus membros quanto à atuação da organização evidenciam a intensidade dos conflitos políticos do período. Para a verificação do objetivo principal do presente trabalho, a constituição da doutrina militar do Exército como resposta às tensões e conflitos experimentados desde a década de 1920, é necessário delimitar o papel do Clube 3 de Outubro quanto à convivência entre militares e civis. Afinal, embora aglutinasse militares e civis, buscando estabelecer um certo consenso entre seus membros para a busca de uma nova conformação política, social e econômica para o país, a presença expressiva de militares o tornava interlocutor fundamental das relações entre parcela do Exército e da sociedade. Neste sentido, os dilemas internos do grupo expressavam-se na luta política, bem como na expressão dos interesses de seus membros quanto ao papel social do Exército, o qual pode ser orientado por uma doutrina militar. Cabe observar que os militares do Clube 3 de Outubro não eram apenas os rebeldes da década de 1920, legalistas que se rebelaram em 1930 tiveram participação efetiva na organização. Portanto, a problematização do envolvimento do Clube 3 de Outubro e de seus membros na elaboração da Constituição de 1934 é essencial para o estudo da organização de uma doutrina militar capaz de reestabelecer a hierarquia, a disciplina e o comando por parte da alta oficialidade, particularmente quanto à constituição de um importante canal de contato entre os militares e outros grupos sociais.

A rebelião paulista de 1932 e a intensa pressão para a normalização política e jurídica do país minaram as pretensões dos defensores da continuidade indefinida da ditadura do governo provisório. Afinal, os objetivos revolucionários defendidos pelo Clube 3 de Outubro, extremamente amplos, não permitiam a constituição de mecanismos capazes de impedir o questionamento da necessidade de prorrogação indefinida do período discricionário, cuja existência não poderia ser mantida apenas com o apoio ou consentimento deste grupo. Em 1933, por meio de manifesto dirigido à nação, o Clube 3 de Outubro volta a condenar as

eleições para a Assembléia Constituinte como a volta do triunfo das máquinas eleitoreiras das oligarquias. Não obstante, instituído o processo eleitoral, o Clube 3 de Outubro não estimularia o absenteísmo. Participaria, apesar das fortes críticas ao processo eleitoral, defendendo os ideais revolucionários, denunciando os considerados corruptos, as aventuras personalistas, incentivando os candidatos nacionalistas e afinados com o programa do Clube 3 de Outubro:

*“ E respeitadas as convicções pessoais ou compromissos já tomados por parte de seus membros em caráter individual, aconselha como tese geral, para o exercício do voto, a seleção entre candidatos que surjam de toda parte, daqueles que, para defendê-las, tenham mais ampla capacidade intelectual e, sobretudo, idoneidade moral (...) Disso, porém, não depende a ação do Clube. Com ou sem Constituinte, propõe-se a combater incessantemente pela organização nacional, racionalizada e incompatível com a burocracia emperrada, com a desonestidade administrativa, com a hipocrisia política das democracias carunchosas e gastas<sup>8</sup>. ”*

Obviamente, o Clube 3 de Outubro não pode ser considerado como o único grupo organizado a participar das eleições ou que sua ação obteve melhores resultados devido à coesão do grupo. Basicamente, não existiam grupos em dimensão nacional disputando as eleições e o próprio Clube apresentava divisões internas. Essas divisões referiam-se principalmente à conveniência de constituir nos estados alianças políticas com outros grupos, como já realizavam interventores egressos do tenentismo em busca do apoio das oligarquias estaduais. Em cada estado onde havia um interventor vinculado ao movimento tenentista ou ao Clube 3 de Outubro, as alianças com dissidentes das oligarquias destituídas do poder dividia as principais lideranças do grupo. A impossibilidade de impedir a realização da

---

8. Carone (1975:417-418).

Assembléia Constituinte conduzia os militares ligados ao Clube de 3 Outubro e aqueles que defendiam a manutenção indefinida do governo provisório para a implementação dos objetivos revolucionários, a buscar participação no processo constitucional, objetivando impor seus princípios.

A ação dos membros do Clube 3 de Outubro durante a constituinte foi orientada em função de princípios considerados básicos. O primeiro referia-se à necessidade de adequar a Constituição do país à realidade brasileira. De acordo com as manifestações publicadas por suas principais lideranças, os mecanismos políticos e jurídicos adotados anteriormente constituíam cópia de procedimentos alheios, portanto inviáveis diante da particularidade brasileira. Um sistema diverso e especificamente nacional deveria emergir da constituinte, decorrendo desta premissa os demais aspectos. O segundo princípio tratava da centralização do sistema político e de poder, com atenção especial para a função das eleições. Entre as propostas mais significativas estava a defesa da restrição do voto universal direto à esfera municipal – pressupondo a escolha mais criteriosa devido à maior proximidade entre eleitores e candidatos – e efetuando-se o voto indireto nas eleições estaduais e federais. Nesse sentido, a proposta constitucional do grupo defendia a autonomia e a independência entre os poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, mas supervisionados e coordenados por um Conselho Federal, cuja ação deveria ser estendida aos estados, eliminando qualquer possibilidade de ação independente por parte dos governos estaduais. Propunha-se a eliminação de qualquer ação que implicasse a volta à descentralização política e administrativa do período anterior. O Conselho Federal constituiria instância suprema das decisões governamentais, assegurando continuidade administrativa e equilíbrio federativo. Formado por um membro de cada estado e somente agindo por meio de deliberação coletiva, o Conselho Federal deveria proceder a uma centralização doutrinária e administrativa. É

possível perceber que seu funcionamento e sobreposição aos demais poderes é análoga à hierarquia militar, na qual a realização das ações depende da orientação da cúpula militar. Certamente há uma concepção frágil sobre o processo político e administrativo como ineficiente se caracterizado por participação eleitoral mais ampla e direta, implicando a ambição de anular ou minimizar a política, definida negativamente e rejeitada.

A compartimentalização do processo político em decorrência da ação dos partidos políticos conduzia a defesa da representação classista como instrumento capaz de diminuir a sobreposição dos interesses particulares aos interesses coletivos. A proposta de instituir uma Assembléia Nacional unicameral, cuja representação classista equivale-se a 1/3 dos membros, garantiria a subordinação do indivíduo ao coletivo. É interessante perceber que o Conselho Federal, definido como órgão máximo do país correspondia a uma ampliação dos poderes e funções pertinentes ao Senado Federal, particularmente de zelar pelo equilíbrio entre os poderes e as instâncias estaduais e o governo federal. Entretanto, é pertinente considerar que a restrição da conquista dos objetivos dos grupos articulados no Clube 3 de Outubro, conduziu a uma convergência de perspectivas em 1937, favorecendo a instalação do Estado Novo e da ideologia autoritária e corporativa que o caracterizaram.

É necessário salientar, portanto, que os resultados dos embates realizados na Assembléia Constituinte não agradaram as lideranças outubristas. Sua participação na elaboração da Constituição de 1934 decorreu da falta de recursos para evitá-la, particularmente quando comparada à árdua defesa da extensão indefinida do Governo Provisório, revelada na consulta e análise das fontes de pesquisa. O conflito entre as diversas e complexas forças sociais tornou indefensável esse ideal. Derrotar os adversários na constituinte conformava a alternativa viável naquele momento. Não participar equivaleria a deixar os denominados inimigos da revolução restituir a ordem política pré 1930. Todavia, a

participação da constituinte não conduziu à satisfação dos interesses ligados ao Clube 3 de Outubro.

Entre as principais críticas dos membros e simpatizantes do Clube 3 de Outubro à Assembléia Constituinte estava a condenação do processo eleitoral que levou a escolha dos elementos responsáveis por sua elaboração. Segundo os outubristas, os interesses políticos corromperam a escolha adequada dos cidadãos vinculados à opinião nacional, particularmente quanto à representação profissional. A crítica afirmava que a antecipação da Assembléia Constituinte, antes da efetivação dos objetivos revolucionários, minou a possibilidade dos trabalhadores em escolher representantes legítimos e independentes dos partidos políticos. Antes mesmo da conclusão dos trabalhos da Assembléia em julho de 1934, o Clube 3 de Outubro manifestava-se contrário aos resultados alcançados, por não corresponderem aos anseios revolucionários. Em seu manifesto, os outubristas apontam a movimentação intensa contra a instituição definitiva da representação profissional. De acordo com o manifesto:

*“Contra a representação profissional se tem assanhado todo o ardor do profissionalismo político e toda massa de preconceitos que formam o fundo da estafada e corrompida democracia liberal.”<sup>9</sup>*

Realizava-se uma crítica contundente à política partidária e liberal, definida como subserviente a interesses particulares e nefasta à criação de uma organização nacional, unindo Estado e nação no mesmo conjunto de objetivos e benefícios para a população. Existe na crítica outubrista a consagração do modelo de sociedade corporativa. A projeção da sociedade como um organismo vivo e a necessidade de estabelecer mecanismos políticos correspondentes, indica uma percepção hierárquica das relações sociais. Daí a rejeição das

---

9. Carone (1975:423).

estruturas político/partidárias/eleitorais, conceituadas como pulverizadoras do potencial desenvolvimento nacional, sacrificado por conchavos e ganhos particulares na gestão do Estado, sacrificando a nação. Na percepção dos outubristas, ao comentar o substitutivo do anteprojeto da Constituição de 1934:

*“Câmara profissional, Conselho Federal, com o subsídio dos conselhos técnicos, seriam fundamentos de organização racional e simplificada. Entretanto, preferiu o substitutivo complicar sem melhorar: é a câmara política, ainda com o anexo profissional; é o senado, também político, é ademais disso, como superfetação política um conselho nacional que não pode ser técnico por que não lhe permite a organização, mas que se destina seguramente a ser viveiro repleto de parasitismo político e meio sólido de empurrar ainda mais a já tão emperrada máquina da burocracia brasileira.<sup>10</sup>”*

A disputa político partidária nivelaria os indivíduos na busca por poder, introduz e confirma a corrupção como instrumento de conquista de prestígio e força, distinção social que buscada por meios escusos reduz e converte os órgãos da sociedade em fragmentos ineficientes. O espírito revolucionário é definido como renovação constante, daí a premência da luta contra o reestabelecimento dos mecanismos político partidários do período anterior a 1930.

Entretanto, as críticas dos membros do Clube 3 de Outubro e dos simpatizantes do tenentismo à reconstitucionalização do país, inclusive com a volta da política eleitoral/partidária, não ficaram restritas a manifestos, entrevistas a órgãos da imprensa ou atividades públicas. Houve, desde o início, nas discussões e disputas em torno da elaboração da nova constituição com reações violentas por parte dos simpatizantes dos tenentes. Quando o decreto 20.076 de 24 de fevereiro de 1932 instituiu um novo código eleitoral nacional, os

---

10. Carone (1975:424).

setores mais radicais do tenentismo não somente o classificaram como uma precipitação anti-revolucionária, mas atacaram e empastelaram o jornal pró-constitucionalização “*Diário Carioca*”. Esse ato desencadeia uma forte crise institucional caracterizada pela demissão conjunta dos representantes do Rio Grande do Sul do Ministério de Vargas. Como assinala Ângela Maria de Castro Gomes<sup>11</sup>, o próprio ministro da Justiça e representante dos grupos favoráveis à constitucionalização do país, o jurista Maurício Cardoso, estava entre os demissionários, responsável por conduzir a revisão final do projeto do novo código eleitoral. Apesar do enfrentamento com forças anticonstitucionalização pró Vargas, Cardoso somente deixou o ministério após a aprovação do novo código eleitoral.

É pertinente observar que se o uso da força não impediu a promulgação do novo código eleitoral, houve a busca do predomínio dentro do jogo político. Setores do tenentismo tentaram criar um partido nacional, cujo alcance e concepção ideológica permitissem romper com os regionalismos, particularmente o poder ainda significativo das oligarquias no poder antes de 1930. Novamente, como demonstrou Gomes, os vários grupos revolucionários ligados ao tenentismo, não conseguiram articular um programa partidário capaz de expressar e conferir coesão necessária à implantação e funcionamento de uma agremiação política de ação nacional.

Significativamente as resistências e dificuldades encontradas no enfrentamento entre as correntes tenentistas e as forças pró-constitucionalização não significam que os militares do Exército não manifestassem interesse no processo de escolha dos deputados constituintes e na própria constituição a ser elaborada. O próprio Góes Monteiro, após 1930, com ligações com frações tenentistas e não tenentistas, participou efetivamente da denominada “subcomissão do Itamarati”, criada por Antunes Maciel ao assumir o Ministério

---

11. Ver Gomes (1997).

da Justiça, para dar início à elaboração do anteprojeto de Constituição auxiliando os trabalhos da Comissão Constitucional. É importante assinalar que a Comissão Constitucional foi criada em 14 de maio de 1932, antes do início da Revolução Constitucionalista de 1932. Este dado aponta que a participação de militares do Exército na insurreição contra o Governo Provisório tem suas vinculações principais relacionadas ao impacto de 1930 para o Exército, pois a maioria absoluta dos oficiais combatera o tenentismo na década de 1920. A participação de Góes Monteiro na Comissão Constitucional evidencia que os militares ligados ao Clube 3 de Outubro ou aliados ao general sem, necessariamente, estar vinculados ao tenentismo, contavam com importante representante na definição dos temas mais debatidos na constituinte, como os conflitos relativos à instituição da representação de classe (não aprovada no anteprojeto, mas confirmada pelo Governo Provisório no decreto que regulava o regimento interno da Constituinte, prorrogando sua aceitação ou rejeição para a elaboração do texto constitucional) e da organização de uma legislação social, entre outros, antecipados em seu caráter polêmico por meio da divulgação prévia da imprensa, vetor das lutas internas à subcomissão estendidas à constituinte.

O caráter polêmico dos debates travados no interior do Clube 3 de Outubro revelam como a questão da constitucionalização dividiu as forças que sustentavam o Governo Provisório. Tal situação prevaleceu em função da percepção do grupo liderado por Góes Monteiro da inevitabilidade da Constituinte, sendo necessário, portanto, uma aliança com setores das oligarquias que representasse a possibilidade de satisfazer os objetivos políticos destes grupos. Entretanto, dentro do Clube 3 de Outubro, muitos defendiam a continuidade indefinida da ditadura do Governo Provisório como única garantia de consecução das metas revolucionárias de 1930. O constante avanço na definição das etapas necessárias à elaboração de uma nova constituição implicou a perda de prestígio do Clube 3 de Outubro, concomitante

a divisão de suas forças, representada na saída de Góes Monteiro e Osvaldo Aranha do Clube 3 de Outubro em maio de 1932. A retomada da iniciativa política das forças derrotadas em 1930, a divisão das forças de sustentação do Governo Provisório em relação à constitucionalização do país, a fragmentação e a perda de prestígio do tenentismo caracterizam a situação em que, apesar da vitória militar sobre os paulistas em 1932, não houve como evitar a continuidade de uma constitucionalização que no período significava para Vargas e aliados a única possibilidade viável de manter o poder sem incorrer no risco de novos conflitos armados, buscando vencer a oposição em seu próprio terreno. Simultaneamente, a retração política do tenentismo sinalizava para Vargas e para os militares que a recomposição do Exército como instituição e interlocutor político tornava-se fundamental. No espectro militar, o Exército unificado, fortalecido e fiel ao governo federal significava o aparato bélico necessário à manutenção do poder de Getúlio Vargas, cujo objetivo mal disfarçado era obter resultados favoráveis durante a Constituinte para manter-se no poder. Para as principais lideranças militares, o fortalecimento do Exército e o monopólio da violência legal, naquele momento, poderiam ser alcançados com a nova ordem constitucional. O enfraquecimento político do tenentismo e a fragmentação do Clube 3 de Outubro sinalizavam para os líderes do Exército a impossibilidade de atingir os objetivos citados anteriormente sem o fortalecimento do Exército.

É fundamental frisar que a percepção da necessidade de unificar o Exército em torno de uma doutrina de ação e de lideranças legitimadas a partir da disciplina e da hierarquia ocorria em vários espaços relativos ao Exército. Na Escola Militar a reorganização do currículo conjugada ao cultivo de símbolos da hierarquia e disciplina militares passava por um florescimento na liderança do coronel José Pessoa. Administrativamente, o conflito causado em relação à progressão funcional dos elementos que, por suas atividades

revolucionárias na década de 1920, ficaram excluídos dos quadros militares, foi contornado com a criação do quadro paralelo de oficiais. Politicamente, o enfraquecimento do tenentismo foi acompanhado por um fortalecimento do Exército, representado por novas lideranças militares legitimadas por dois aspectos: participação ativa e decisiva em 1930, como no caso de Góis Monteiro, acompanhadas por uma postura profissional representada na frequência aos cursos para aperfeiçoamento dos oficiais superiores como os ministrados pela Missão Militar Francesa. Quando houve necessidade, essas condições foram adequadas mediante a rápida promoção dos oficiais ligados ao Governo Provisório para evitar que o Exército fosse comandado por indivíduos cuja patente fosse inferior à de general, evitando a quebra da hierarquia, como ilustra a seqüência de rápidas promoções que levaram Góis Monteiro ao generalato.

Em relação ao esvaziamento do tenentismo, é importante observar um progressivo fortalecimento do Exército, não implicando, portanto, a aquisição de condições de intervenção política autônoma. Exemplo característico foi a escolha do presidente da República ao final dos trabalhos da Constituição de 1934. O então Ministro da Guerra, Góes Monteiro, foi lançado, em abril de 1934, como candidato a presidente da República por duas forças significativas, o Clube 3 de Outubro e o PRM<sup>12</sup>. Embora Monteiro negasse concorrer a presidência da República, afirmando categoricamente o afastamento do Exército da política, Castro Gomes evidencia que o general não realizou ações que dissipassem sua disposição em atingir a presidência caso as condições políticas e militares lhe fossem favoráveis. Segundo a autora, a habilidade de Getúlio Vargas em garantir a lealdade dos ministros evitou que as conspirações envolvendo militares do Exército concretizassem um golpe de Estado. É pertinente observar a complexidade da situação, pois as conspirações militares e civis do

---

12. Ver Gomes (1997:51).

período são caracterizadas na ausência de uma força social capaz de estabelecer uma liderança hegemônica. Destarte, os políticos civis ligados ao Governo Provisório necessitavam do apoio dos militares do Exército, cuja instituição não retinha o monopólio da força, dividido com as Forças Públicas estaduais, impedindo a ação autônoma sob a liderança do Ministro da Guerra. Evidentemente, as tensões e conspirações militares e civis foram progressivamente canalizadas para a convergência de interesses mais propícia às forças em disputa.

A eleição de Vargas para presidente da República não concluiu apenas um ciclo político de redefinição das relações políticas no âmbito do Estado brasileiro. Delimitou o refluxo do tenentismo enquanto movimento político autônomo e militarista. Incapazes de lidar de modo coeso com o processo político e conciliar a participação na administração do Estado em relação às questões acerca da liderança militar, os líderes tenentistas testemunharam uma gradativa recuperação da liderança dos oficiais da alta cúpula militar. O próprio Góes Monteiro é a personagem representativa desta situação. Percebendo a fragilidade do tenentismo em estabelecer uma unidade de ação política ideológica, o general passa a dedicar-se a agir a partir da hierarquia do Exército, a qual progressivamente absorveu as lideranças do tenentismo, submetendo-as as decisões convencionadas nos órgãos decisórios da instituição. Particularmente com o golpe do Estado Novo de 1937, cuja efetivação consolidou um período discricionário iniciado em novembro de 1935.

A Intentona Comunista favoreceu os grupos que consideravam a democracia um sistema político viciado, incapaz de promover a ordem, a segurança e o desenvolvimento econômico e social. A minimização da participação política popular e a tutela cívica caracterizam uma defesa de mecanismos autoritários expressos com competência por Alberto Torres e compartilhados por elementos ligados ao tenentismo e outros grupos que apoiaram a Revolução de 1930. A insurreição de novembro de 1935 forneceu a oportunidade para os

adversários da experiência democrática ensaiada com a Constituição de 1934 implantarem o estado de exceção sucessivamente prorrogado até a implantação do Estado Novo. Para as lideranças do Exército, os participantes militares da Intentona Comunista, especialmente praças e oficiais de baixa patente, sinalizavam a necessidade de consolidar mecanismos de combate à dissidência militar, preferencialmente acompanhados por um regime político forte, comprometido com a disciplina e o combate a ideologias consideradas desagregadoras como o comunismo e a democracia liberal. Portanto, o Estado Novo representou o fim da possibilidade de ressurgimento do tenentismo ou movimento similar no Exército e também das expectativas das frações liberais das oligarquias expressas na Constituição de 1934.

Segundo Evaldo Sintoni<sup>13</sup>, a insurreição comunista de 1935 foi crucial para o fortalecimento da ideologia anticomunista no Exército, propiciando sua instrumentalização em relação ao controle dos membros da instituição e na elaboração de um guia de ação política de 1937 até os desdobramentos do golpe de 1964. Não pretendo discutir a existência de condições reais para o sucesso de uma revolução comunista no Brasil. Parto de uma constatação objetiva: utilizando expedientes revolucionários os comunistas pretendiam tomar o poder. A simples existência desta disposição, independentemente da sua viabilidade, acrescida da morte de oficiais leais ao governo durante a denominada Intentona Comunista, forneceu os elementos necessários para o apoio a um regime autoritário e ao mesmo tempo para o controle férreo do Exército por parte da alta oficialidade. Em um período extremamente conturbado e propenso à propagação de ideologia, a lembrança da instabilidade cujo ápice foi a fragmentação institucional de 1930, fazia-se necessário usar todos os expedientes para evitar uma nova experiência como a vivida na década de 1920. Por isto a implantação do Estado Novo e o estabelecimento do anticomunismo institucionalizado no

---

13. Ver Sintoni (1999:58-59).

Exército se confundem, pois ambos foram apoiados na cúpula do Exército para preservar duas vigas de sustentação da instituição militar abaladas desde 1922: a hierarquia e a disciplina.

Em relação à Intentona Comunista, houve a atribuição de um significado mais forte, mais comprometedor e grave. Os acontecimentos de novembro de 1935 são considerados traição dupla. O primeiro aspecto obviamente remete à quebra da ordem e da hierarquia. Já o segundo refere-se à acusação que os rebeldes teriam assassinado os companheiros de farda enquanto dormiam. O anticomunismo é, portanto, cultivado como o combate à traição vil, inerente à ideologia marxista na ótica da cúpula do Exército. Institucionalizado e instrumentalizado como mecanismo de coesão em torno do combate a um inimigo comum, o anticomunismo adquire forte significado simbólico e ideológico nos rituais realizados no aniversário da eclosão da Intentona ano após ano. Foi no bojo desta cultura institucional, ritualizada nas homenagens aos mortos por sua lealdade à pátria e ao Exército, que se formaram gerações de militares, particularmente os responsáveis diretos pelo golpe militar de 1964, cujo anticomunismo serviu de ótica para ação durante as tensões movidas por conflitos sociais graves e multiplicadas nos efeitos da Guerra Fria.

A primeira cerimônia ocorreu em 27 de novembro de 1936, exatamente um ano após a eclosão da Intentona Comunista, no cemitério São João Batista, onde estavam enterrados os oficiais legalistas mortos na resistência a essa rebelião militar. Cabe ressaltar que embora a insurreição comunista de 1935 não tenha ocorrido somente no Exército, a participação de militares ligados à instituição foi maior do que o envolvimento de civis. Embora a primeira cerimônia não tenha contado com toda pompa que a caracterizou posteriormente, ela denota a percepção imediata da cúpula militar em relação ao conteúdo simbólico da data. Nos anos seguintes, o aniversário da Intentona ganharia cada vez mais importância institucional e simbólica, contando inclusive com o comparecimento dos

sucessivos presidentes da República e formatura de tropas militares junto ao túmulo dos militares mortos em 1935. O comunismo foi elevado à condição de principal inimigo do Exército e da nação por seu conteúdo internacionalista, contestatório à ordem social.

Em 1937, o presidente Getúlio Vargas compareceu pela primeira vez à solenidade de homenagem aos mortos de 1935. De modo atípico, a celebração de 1937 foi antecipada em dois meses, precisamente no dia 23 de setembro. Segundo Rodrigo Patto Sá Motta<sup>14</sup> (Em guarda contra o perigo vermelho. O anticomunismo no Brasil(1917-1964)Perspectiva/FAPESP2002), tal procedimento ocorreu em virtude da preparação do golpe do Estado Novo e do ambiente necessário a sua consecução. Apenas uma semana após a realização da cerimônia, foi divulgado o Plano Cohen. Documento falso elaborado pelo capitão Olímpio Mourão Filho, membro da Ação Integralista Brasileira, o Plano Cohen remeteria a uma nova tentativa de tomada revolucionária do poder por parte dos comunistas no Brasil. Sua principal consequência foi a facilitação das condições que asseguraram o golpe de 10 de novembro de 1937, resultando na ditadura do Estado Novo. Para Motta, a cúpula do Exército representada no Estado Maior da instituição, mas principalmente nas figuras do ministro da Guerra Eurico Dutra e no chefe do Estado Maior das Forças Armadas general Góis Monteiro, ajustaram a solenidade aos preparativos do golpe planejado por Vargas e seus aliados.

A partir de 1938, a celebração em homenagem aos mortos legalistas de 1935 voltou a ocorrer em 27 de novembro. Para aumentar a força simbólica da data e afastar qualquer possibilidade de crítica, Vargas determinou a reunião dos restos mortais de oficiais e praças em única sepultura no Cemitério São João Batista, precisamente em um mausoléu erigido para homenagear os mortos e manter os vivos em alerta contra o perigo comunista.

---

14. Ver Motta (2002).

Nas palavras de Celso Castro sobre a instituição do ritual em memória dos mortos da Intentona Comunista, realizado desde 1936:

*“O ritual de rememoração dos mortos leais ao governo, repetido a cada ano no Rio de Janeiro, tornava seu ‘sacrifício’ presente, renovava os votos anticomunistas dos militares e socializava as novas gerações nesse mesmo espírito. Desde então, o roteiro permanece basicamente o mesmo: formatura de tropas militares junto ao túmulo dos militares mortos em 1935; recepção das autoridades civis e militares; canto do hino nacional; aposição de flores aos pés do monumento; discursos e leitura da ordem do dia dos chefes militares; chamada nominal dos mortos, ao som das salvas de canhão.”<sup>15</sup>*

A constituição de uma tradição de comemoração dos mártires de 1935 ganhou força e ímpeto durante décadas, atingindo seu ápice nos primeiros quinze anos da ditadura militar iniciada em 1964. Castro e Sintoni demonstram com propriedade a vinculação realizada pelos golpistas de 1964 entre 31 de março e 27 de novembro, ligando as duas datas quanto à luta contínua contra o comunismo. Notadamente, a cúpula do Exército buscava revestir o último regime de exceção das supostas características heróicas exibidas em 1935. Mas a abertura política marcou o início do declínio das celebrações de 1935 como símbolo da unidade do Exército e de sua vinculação com a pátria. Em 1990, o presidente da República não compareceu, pela primeira vez, desde 1937 nas comemorações. Em 1995, não houve ordem do dia conjunta dos ministros militares. No ano de 1996, a ordem do dia afirmava, segundo Castro, a morte do comunismo e conclusão da luta dos heróis de 1935. Sintetizando a ordem do dia de 1996 e mostrando que a Intentona Comunista adquirira outro significado no imaginário militar contemporâneo, Celso Castro aponta:

---

15. Castro (2002:52).

*“Ao final, avisava-se que, caso os chefes militares não comparecessem nos anos seguintes para render homenagens aos heróis, o regime de liberdade e democracia vigentes já seria a melhor das homenagens, uma prova de que a morte em defesa das instituições democráticas não havia sido em vão<sup>16</sup>”.*

É interessante resumir o destino das celebrações iniciadas ainda em 1936, cuja função foi dupla: colaborar para a coesão interna com o fortalecimento da hierarquia, da disciplina e da unidade do Exército, ao mesmo tempo em que auxiliou na criação das condições facilitadoras do golpe do Estado Novo. A trajetória de ascensão e declínio das comemorações ligadas ao episódio de 1935 evidencia como o Exército apresenta uma historicidade vinculada à dinâmica interna da instituição, mas conectada à interlocução com outros agentes históricos. A implantação do Estado Novo é essencial por propiciar a cúpula do Exército a implantação das condições necessárias a eliminação da política eleitoral e liberal, cujo exercício provocara constantes divisões sociais facilitadoras da ascensão do comunismo e dos conflitos de vaidades danosos à consolidação da soberania da nação, exemplificadas no enfraquecimento do Exército na Primeira República em favor da militarização das polícias estaduais a serviço das oligarquias. Concomitantemente à eliminação da política da sociedade em favor de um regime ditatorial e corporativo favoreceria a consolidação da política do Exército e não da política no Exército, como frisou Góes Monteiro ainda no início da década, de 1930. O estado forte, autoritário e arbitral, facilitava a eliminação dos fatores de desestabilização da hierarquia e da disciplina, fortalecendo o trabalho iniciado com as reformas militares e o expurgo pós-Intentona Comunista. Não pretendo teorizar acerca da natureza das instituições militares, mas apontar que regimes de exceção apresentam

---

16. Castro (2002:64).

características desejáveis para o melhor funcionamento do aspecto disciplinar. Foucault realiza uma reflexão fundamental sobre a disciplina militar enquanto questão política:

*“O sonho de uma sociedade perfeita é facilmente atribuído pelos historiadores aos filósofos e juristas do século XVIII; mas há também um sonho militar da sociedade; sua referência fundamental não era o estado de natureza, mas às engrenagens cuidadosamente subordinadas de uma máquina, não ao contrato primitivo, mas as coerções permanentes, não aos direitos fundamentais, mas aos treinamentos indefinidamente progressivos, não à vontade geral mas à docilidade automática. ...Enquanto os juristas procuravam no pacto um modelo primitivo para a construção ou a reconstrução do corpo social, os militares e com eles os técnicos da disciplina elaboravam processos para a coerção individual e coletiva dos corpos.”<sup>17</sup>*

A implantação do Estado Novo buscava oferecer uma solução concreta aos conflitos políticos não resolvidos após a revolução de 1930, cuja singularidade vincula o problema do regime político com o problema da natureza do Estado. A efetivação de um regime de força buscava atender as duas dimensões: concretizando um regime político autoritário conveniente à crença na superioridade de um estado forte, centralizador, capaz de impor controle à política e à vida social. Diferente de 1930, os militares do Exército não se apresentavam mais como portadores da vontade popular, não assumiam a condição de vanguarda revolucionária. Progressivamente, durante a década de 1930, a reformulação do Exército com a implantação de mecanismos mais propícios à manutenção da hierarquia e da disciplina, somada a maior atenção às reivindicações dos militares por parte do governo central, convergiu com a retórica totalitária do período. Aliás, efetivou-se, oportunamente, em

---

17. Foucault (1987:151-152).

1937, sob um regime autoritário, embora seu início possa ser remetido à repressão política e civil deflagrada após a derrota da Intentona Comunista em 1935.

É essencial perceber que o discurso e a prática autoritária são utilizados não apenas na reorganização e conflitos internos ao Exército. O Estado forte correspondia, na visão das lideranças do Exército, a uma nação soberana. O regime autoritário é percebido como caminho adequado para o Estado forte. A ênfase na simbiose entre Nação e Estado não é exclusiva dos militares, mas permeia os sujeitos históricos. A luta por desenvolvimento econômico, almejando a expansão industrial aliava setores militares e civis, cuja avaliação vinculava soberania política e militar à existência de um complexo industrial para subsidiá-la. Diversas declarações de militares do Exército e da Marinha, além de relatórios do Ministério da Guerra e de outros órgãos militares ligavam a emancipação econômica do Brasil à implantação da indústria de base no Brasil, representada na siderurgia. A defesa do fortalecimento do Exército e do Estado correspondendo à manutenção da soberania da Nação foi na sua formulação e execução a antítese do liberalismo político, sem excluir aspectos nacionalistas e industriais compatíveis com a repressão política. O Exército, como fiador do regime político autoritário não representava uma instituição fechada. Em diálogo com outras forças sociais, a cúpula do Exército construiu uma doutrina militar sintonizada às lutas sociais e políticas do período, permitindo a aliança com outros sujeitos que rejeitavam o estado burguês clássico. No caso do Exército, repudiava-se a função de defender as instituições em troca da participação ativa na construção da ordem social e política.

## CONCLUSÕES

A pesquisa que desenvolvi acerca do Exército brasileiro durante a década de 1930 buscou problematizar a construção histórica de uma doutrina militar no período, cuja principal característica foi fornecer instrumentos disciplinares e simbólicos para a reorganização da instituição, abalada desde 1922 com a cisão tenentista e, em 1930, com a fragmentação em diversas correntes militares. Para efetivar a investigação, foi necessário realizar o levantamento da produção historiográfica acerca dos militares brasileiros, particularmente o Exército. Verifiquei que os estudos realizados podem ser divididos em dois grupos. O primeiro reúne os trabalhos realizados até a década de 1980, quando apesar da diversidade de abordagens, variando da insistência exclusiva na análise por meio de elementos institucionais e internos até aquelas que concebem o Exército como instrumento de outras classes sociais, o ângulo de pesquisa era político. Evidentemente, a maior concentração destes trabalhos ocorreu entre os brasileiros na conjuntura histórica da ditadura militar, iniciada em 1964. Tais investigações partiam da premissa que o estudo das Forças Armadas possibilitaria um melhor esclarecimento sobre a natureza das intervenções militares no Brasil, quiçá do regime de 1964. Estes estudos marcaram a configuração de um campo de estudos comum a historiadores, sociólogos, antropólogos e cientistas sociais. Entretanto, as pesquisas mais recentes afastaram-se do ângulo político, preferindo construir os objetos de estudo do campo militar no Brasil, a partir de uma temática cultural inspirada na nova história cultural e também nas contribuições propiciadas pela história das mentalidades, cujos expoentes franceses vinculam-se à história dos annales. Exemplo paradigmático é a edição do livro *Nova história militar brasileira*.

Acredito na pertinência e necessidade dos novos trabalhos executados com abordagens de história social e cultural. Essas iniciativas permitem compreender outras dimensões da vida militar, incorporando outros elementos além dos oficiais e conectando os militares a outros sujeitos históricos. Mas o campo político em relação à ação dos militares não foi esgotado pelas pesquisas anteriormente desenvolvidas. O principal mérito dos estudos pioneiros acerca dos militares subsiste na constatação que as Forças Armadas constituem elemento crucial do processo político brasileiro. Apesar do fim da Guerra Fria e da ditadura militar, ainda não ocorreram adequados esclarecimentos em relação ao passado recente. No caso do Chile e da Argentina, as Forças Armadas retrataram-se pelos excessos cometidos durante os respectivos períodos ditatoriais. No Chile, o general Pinochet vem sendo responsabilizado na justiça quanto aos crimes cometidos contra a população com consentimento da cúpula militar e do comandante supremo das Forças Armadas e presidente do país. Já no Brasil, as famílias dos mortos por lutarem contra a ditadura militar aguardam informações quanto ao ocorrido com as vítimas. O Exército, notadamente, impede a abertura de arquivos enquanto nega a existência de documentos pertinentes ao esclarecimento do destino das vítimas do regime militar. Portanto, o estudo dos militares sob o ângulo político pode ainda contribuir para o entendimento de vários momentos da história do Brasil.

Durante o trabalho de pesquisa, foi preciso realizar o levantamento das fontes de pesquisa pertinentes a seu objetivo. Junto à diversidade das fontes de pesquisa encontradas como diários, memórias de militares, publicações de militares em revistas e jornais, relatórios do Ministério da Guerra e do estado-maior do Exército, ocorreu um trabalho de crítica às fontes, cuja natureza deve ser questionada. Afinal, a maioria dos relatos oficiais e particulares analisados foram produzidos sob tensões políticas e institucionais, evidenciando o posicionamento de seus produtores. Os próprios trabalhos desenvolvidos por historiadores

exigiram esse cuidado, enfatizado com elegância por Michel de Certeau em relação à produção social da história. Portanto, a pesquisa foi executada mediante três critérios: investigar as fontes com cuidado quanto a sua natureza, verificar a historiografia acerca das informações e conceitos pertinentes com atenção para as condições de sua produção, checar as informações obtidas com os momentos de intervenção militar como o tenentismo e a Revolução de 1930.

Os conceitos do Exército como instrumento de uma classe social como a burguesia ou instituição autônoma são refutados a partir da investigação. Trabalhos anteriores confundiam a origem social dos militares do Exército com o conteúdo de classe de sua ação política. Dados obtidos por José Murilo de Carvalho<sup>1</sup> mostram que entre 1941 e 1943 os alunos ingressantes na Academia Militar, 4% pertenciam à classe média. É lícito concluir que durante as décadas de 1920 e 1930 os mesmos números são válidos. Embora não pertencessem às camadas mais castigadas pela penúria e miséria material, estavam longe de usufruírem de privilégios. Celso Castro<sup>2</sup> aponta com propriedade que desde a segunda metade do século XIX, a carreira militar representava uma possibilidade de ascensão social a partir do mérito, motivo de orgulho para os alunos da Escola Militar que alcançavam os mais altos níveis da carreira militar, particularmente no Exército.

Entretanto, Carvalho e Castro apontam a impossibilidade de identificar a ação militar na proclamação da República ou na Revolução de 1930 como correlata à defesa dos interesses da burguesia industrial, das camadas médias ou mesmo como representantes de todo o Exército. Uma característica importante do Exército brasileiro durante o período estudado é a não dependência das oligarquias estaduais, cujo recurso à força repousava nas

---

1. Ver Carvalho (2005:79-80).

2. Ver Castro (2004:44-51).

fortes forças públicas de estados como São Paulo e Minas Gerais. A pesquisa evidenciou três aspectos históricos que possibilitam a compreensão da atuação dos militares do Exército brasileiro: a diversidade interna como fator de interlocução com outras forças sociais; a busca do monopólio da força e do controle da política de defesa nacional; a atuação como agentes portadores da modernidade, particularmente para as correntes militares reformistas.

A divisão em correntes militares com expectativas singulares em relação ao Exército e sua inserção social constitui traço fundamental para a compreensão da instituição. Esta pluralidade de frações possibilitou a outros grupos sociais buscarem o apoio dos militares e permite entender, simultaneamente, a dificuldade de articulação de uma política institucional no período estudado capaz de tornar o Exército interlocutor político fundamental. Embora muitas das reivindicações dos jovens turcos ou dos tenentes fossem similares, como a exigência de maiores investimentos nas Forças Armadas, particularmente o Exército, a canalização das críticas e demandas foi diferente para cada grupo: o primeiro atuando no ensino e no debate das questões militares; o segundo, via ação militar autônoma com insurreição armada. Contudo, as respectivas ações não lograram a conquista do comando da instituição, impossibilitando antes da década de 1930 o atendimento integral dos anseios dos jovens turcos e tenentes. A predominância no comando do Exército de oficiais identificados com a estrutura de poder da República Velha impedia mudanças mais significativas em relação às demandas apresentadas pelos grupos reformistas, embora as mudanças implantadas no Exército, com a instalação da Missão Militar Francesa, correspondessem parcialmente às propostas dos jovens turcos.

Significativamente, a concepção do papel do Exército em relação à sociedade afastava os dois grupos de uma aproximação através dos aspectos comuns. Soldado cidadão no caso dos tenentes, soldado profissional contra a intervenção militar no caso dos jovens

turcos. Havia ainda militares não plenamente identificados com o regime oligárquico mas desfavoráveis às posições defendidas por tenentes e jovens turcos, cujo exemplo mais explícito é o pensamento de Góes Monteiro. O general Góes Monteiro explicita suas posições após a Revolução de 1930, cuja linha mestra advogava pelo Exército como organização nacional, cuja necessidade primordial repousava no desenvolvimento de uma política específica à instituição. Góes Monteiro defendia a intervenção do Estado-Maior na política e nas lutas mais acirradas acerca da condução do Estado e da sociedade, postulando a política do Exército e não a política no Exército. A intervenção controladora substituiu a contestação tenentista e o reformismo exclusivamente institucional dos jovens turcos. Esta posição controladora da sociedade e dos militares do Exército via Estado-Maior foi construída durante a década de 1930, adquirindo plenitude institucional e política durante o Estado Novo.

O mérito de Góes Monteiro reside em resolver o principal dilema acerca da participação política do Exército, evitando inclusive sua fragmentação como em 1930. A ação do Exército somente seria legítima sem a quebra da hierarquia e da disciplina. Durante a década de 1930, foram realizadas ações internas para o fortalecimento dos laços entre os oficiais durante os cursos de formação desde o ingresso na Escola Militar. Outras medidas essenciais culminaram no expurgo dos elementos não adequados à nova orientação, cujo momento culminante foi a Intentona Comunista. Portanto, a investigação delineou a organização de um modelo institucional capaz de impedir ações autônomas dos escalões inferiores e favorecendo iniciativas tomadas a partir da cúpula do Estado-Maior, como efetivamente ocorreu em 1935 e 1937. Constituiu-se uma doutrina militar do Exército específica a década de 1930, consistindo em um conjunto de normas disciplinares e de instrução militar que contiveram as rebeliões militares, favorecendo a efetivação da política do Exército mediante a atuação do Estado-Maior.

Evidentemente, a reformulação do Exército adquiriu maior consistência em razão do Estado brasileiro buscar atender as demandas dos militares no período pesquisado. Traço comum aos grupos militares foi buscar o monopólio da força militar por parte do Exército. Contestar o aparelhamento militar das oligarquias estaduais mediante as forças públicas significava afirmar a dimensão nacional do Exército em relação à fragmentação do poder e da força entre os estados. Fortalecer o poder federal em relação aos estados permitiria fortalecer o Exército na visão dos militares da instituição, pois apenas uma corporação nacional ensejaria a reformulação do poder e o atendimento dos anseios da nação brasileira. Provavelmente, este traço foi preponderante para a recomposição do Exército depois de 1930. A Revolução implicou a implosão do Exército. Dividido em diversas correntes, o Exército foi incapaz de impor-se sobre as demais forças sociais. Suas correntes compuseram o governo provisório sob o signo do desgaste e das lutas internas. Em outubro de 1930, como constatado anteriormente, a instituição fragmentou-se em pelo menos cinco grupos, cuja ação não foi preponderante na vitória dos rebeldes ou mesmo na defesa do governo Washington Luís. Afinal, o comando do Estado-Maior das Forças Armadas, ao promover a deposição do presidente Washington Luís, estava ciente da impossibilidade de resistir aos revoltosos, mas almejava não entregar o poder aos líderes da Aliança Liberal no comando da Revolução.

Entre 1930 e 1945, Getúlio Vargas conduziu de modo hábil sua relação com os militares, particularmente o Exército. O aumento do orçamento destinado a gastos militares incluindo salários e investimentos em equipamentos, se não atenderam plenamente os militares, tornaram sua condição mais satisfatória na comparação com o primeiro período republicano. Expurgos nas fileiras do Exército e reformas foram conduzidas com o apoio de Getúlio Vargas. A busca por um Estado mais ativo na vida política e econômica do país unia Vargas e os militares, cujo papel deveria ser central na gestão e efetivação de uma política

nacional capaz de garantir, do ponto de vista militar, a segurança nacional. Por exemplo, a submissão das forças públicas ao Exército foi efetivada, minando as bases do poder oligárquico e possibilitando um novo arranjo político, com a preponderância do poder central. É evidente que as forças estaduais continuaram a desfrutar do poder, mas perderam em autonomia em comparação ao período anterior a 1930. A arena política nacionalizou-se. Outras medidas também agradaram as lideranças militares do período como a manutenção dos cursos de formação de oficiais de Estado-Maior e do serviço militar obrigatório e a ampliação da formação de reservas.

A atuação social como portadores da modernidade também caracteriza atuação das correntes militares reformistas. Os jovens turcos percebiam a modernização do Exército nos aspectos organizacional, bélico e da instrução militar para preservar a instituição e a soberania da pátria. Os tenentistas acreditavam na necessidade de reformar o Exército e o Estado simultaneamente, cuja representação de soberania conjugava modernidade e reforma política e social. Castro<sup>3</sup> aponta com propriedade a identificação entre poder e ação social de vanguarda modernizadora quando militares assumiram o Estado em países como o Japão pós Restauração Meiji (1868) e o império Otomano (1750-1914). Como moderno, Castro relaciona práticas ligadas ao individualismo, à disciplina, à racionalidade, à organização burocrática e ao mérito. A constatação de Castro tem respaldo nas pesquisas desenvolvidas por Michel Foucault e Max Weber, os quais relacionam a disciplinarização e normatização característica da modernidade capitalista como desenvolvidas com ênfase nas organizações militares, cuja necessidade de disciplina burocrática e eficiência bélica tornaram as Forças Armadas um excelente espaço para a aplicação de normas de controle social.

---

3. Ver Castro (1995).

No Brasil, desde a segunda metade do século XIX, a Escola Militar foi o espaço onde parcela da juventude militar elaborava o espírito corporativo, adquiria mentalidade científica e passava a vincular ascensão profissional ao princípio do mérito. Essas características são encontradas nas diversas gerações de oficiais que passaram pela Escola Militar. Seus depoimentos e memórias apontam a instrução militar como o momento mais importante da formação e integração do jovem oficial ao Exército. O idealismo em servir à pátria é correlacionado à vontade de fazer diferença, mostrar aptidão não apenas para a carreira das armas, mas colaborar para um Exército melhor preparado para defender a soberania do país e capaz de reconhecer e promover os indivíduos de maior mérito. Essas características estavam presentes entre os jovens turcos, tenentistas e militares como Góes Monteiro. A reorganização do Exército na década de 1930 não buscou eliminar tais aspectos. Ao contrário, a percepção do Exército, como elemento dinâmico da modernização brasileira, está presente na consolidação da instituição enquanto interlocutora fundamental do processo político.

A instrução militar é fundamental na construção de valores e elementos simbólicos que permeiam o imaginário militar dos integrantes do Exército brasileiro. O culto a Caxias, predominante a partir da década de 1920 na instituição, revela a seleção de elementos simbólicos pertinentes à busca por legitimidade social, coesão e manutenção da ordem interna e externa. O próprio espaço de instrução, com suas normas e disposições, somadas à interação entre as turmas de militares, fornece material para a integração na instituição. Entretanto, essas interações entre imaginário militar, instrução e integração institucional não corresponde a um processo automático. Daí a constituição do tenentismo ou a convivência em uma mesma geração de militares de elementos que foram fiéis à hierarquia e outros que a romperam acreditando estar defendendo o próprio Exército contra supostos

abusos dos oficiais superiores e das autoridades civis da República. A Escola Militar foi o espaço preferencial para o recrutamento de rebeldes para o tenentismo. Foi focalizada durante a década de 1930 pelo Estado Maior do Exército como essencial para a manutenção da hierarquia conjugada ao melhor preparo dos jovens oficiais.

Em 1937, o Exército estava consolidado como instituição fundamental no processo político brasileiro. Entretanto, a modernização bélica, a melhora na qualidade da instrução militar, o aumento do número de reservas instruídas e o fim das ações militares autônomas não significaram a vitória dos jovens turcos ou dos tenentes rebelados durante a década de 1920. Muitas das reivindicações de ambos os grupos foram incorporadas à reformulação da instituição iniciada com a vinda da Missão Militar Francesa e prolongada em virtude dos conflitos políticos, até meados da década de 1930. Afinal, foi criado até mesmo um quadro paralelo de oficiais para absorver os integrantes do tenentismo e não prejudicar os fiéis à hierarquia no período e, até mesmo, os oficiais formados na Escola Militar do Realengo após 1922 e 1924. O soldado-cidadão almejado pelos tenentistas e o soldado-profissional idealizado pelos jovens turcos perderam a disputa para um novo modelo de ação militar e política do Exército, a intervenção moderadora, capaz de consolidar a política do Exército, como a defesa da corporação, a partir da cúpula militar articulada no Estado Maior, conjugada a associação aos elementos no controle do Estado Novo. Afinal, a legitimação da ditadura implanta em 1937, por Getúlio Vargas, não revela uma cúpula militar submissa, mas associada a outras forças sociais e políticas na defesa de seus interesses e ciosa da necessidade de controlar rigidamente a hierarquia e a disciplina militar para o sucesso das metas do Estado-Maior do Exército. E a história confirma a consolidação desse novo protagonismo militar, ocorrida em 1945. A destituição de Vargas decorre da ação das lideranças militares que o apoiaram em 1937.

## BIBLIOGRAFIA

- ARARIPE, Gal. Tristão do Alencar. *Tasso Fragoso: um pouco de História do nosso Exército*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1960.
- BARROS, João Alberto Lins de. *Memórias de um revolucionário*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1954.
- BASBAUM, Leôncio. *História Sincera da República: de 1889 a 1930*. Rio de Janeiro: São José, 1958.
- \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. *Uma vida em seis tempos (memórias)*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.
- BENZAQUEN, Ricardo de A. *Totalitarismo e revolução. O integralismo de Plínio Salgado*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.
- BORGES, Vavy Pacheco. *Tenentismo e revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.
- CAMARGO, Aspásia e GÓES, Walter de. *Meio século de combate: diálogo com Cordeiro de Farias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.
- CAPELATO, Maria Helena. *O movimento de 1932. A causa paulista*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História. Ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1998.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *O modelo político brasileiro*. Rio de Janeiro: Difel, 1977.
- CARONE, Edgard. *O Estado Novo (1937-1945)*. São Paulo: Difel, 1977.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. *A terceira República*. São Paulo: Difel, 1976.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. *O tenentismo*. São Paulo: Difel, 1975.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. *A República Nova (1930-1937)*. São Paulo: Difel, 1974.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. *A Segunda República (1930-1937)*. São Paulo: Difel, 1973.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. *A República Velha: instituições e classes sociais*. São Paulo: Difel, 1971.

CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. *A cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. *A formação das almas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. *Pontos e bordados*. Belo Horizonte: UFMG, 1988.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. *Os bestializados – o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CASTRO, Celso, IZECKSOHN, Vítor, KRAAY, Hendrik. *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

CASTRO, Celso. *O espírito militar*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. *A invenção do Exército*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. *A proclamação da República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. *Os militares e a República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

CASTRO GOMES, Ângela Maria de (coord.). *Regionalismo e centralização política*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- CHARTIEU, Roger. *A História cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, s/d.
- CORSI, Francisco Luís. *Estado Novo: política externa e projeto nacional*. São Paulo: Unesp, 2000.
- CORRÊA, Ana Maria Martinez. *A rebelião de 1924 em São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1976.
- CPDOC (org.). *A revolução de 30: seminário organizado pelo Centro de pesquisa e documentação do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1983.
- D'ARAÚJO, Maria Celina (org.). *As instituições brasileiras da era Vargas*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/UERJ, 1999.
- DEAN, Warren. *A industrialização de São Paulo: 1880-1945*. São Paulo: Difel, 1971.
- DECCA, Edgar S. de. *O silêncio dos vencidos*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- DEL PRIORE, Mary (org.) *Revisão do paraíso. Os brasileiros e o Estado em 500 anos de história*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- DRAIBE, Sônia. *Rumos e metamorfoses – O Estado e a industrialização no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- DRUMMOND, José Augusto. *O movimento tenentista: a intervenção política dos jovens oficiais*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. Porto Alegre – São Paulo: Globo-Edusp, 1975, Vol. II
- FAUSTO, Bóris. *A Revolução de 1930: historiografia e história*. São Paulo: Brasiliense, 1978.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. *Pequenos ensaios de história da República: 1889-1945*. São Paulo: Caderno 10, Cebrap, 1972.

FERNANDES, Heloisa Rodrigues. *Os militares como categoria social*. São Paulo: Global, 1979.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. *Política e segurança*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1974.

FERREIRA, Antonio Celso. *Militares e reforma do Estado (1932-1935)*. São Paulo: USP, 1982.

FIGUEIREDO, Eurico de Lima. *Os militares e a Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FORJAZ, Maria Cecília Espina. *Tenentismo e Aliança Liberal (1927-1930)*. São Paulo: Editora Polis, 1978.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. *Tenentismo e política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense, 1997.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais*. São Paulo: Companhia das Letras: São Paulo. 1989.

GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. São Paulo: Vértice, 1988.

HOBSBAWM, Eric. *Sobre História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. *A era das revoluções (1789-1848)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. *A era do capital (1848-1875)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

HOLLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História geral da civilização brasileira*. vl. 10. São Paulo: Bertrand Brasil, 1997.

- \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1988.
- IANNE, Octávio. *Estado e planejamento econômico no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: UNICAMP, 1990.
- LE MOS, Renato L. do C. Neto. *Benjamin Constant: vida e história*. São Paulo: Topbooks, 1999
- LENHARO, Alcir. *A sacralização da política*. Campinas: Papyrus/Unicamp, 1986.
- LOVE, Joseph L. *O regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 1930*. São Paulo: Perspectiva, 1975.
- MALTA, Octávio. *Os "tenentes" na revolução Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.
- MENDONÇA, Sônia Regina de. *Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- MONTEIRO, Góes. *A Revolução de 1930 e a finalidade política do Exército*. Rio de Janeiro: Andersen, S. d.
- MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem incompleta. A grande transação*. São Paulo: Senac, 2000.
- MOTTA, Jehovah. *Formação do Oficial do Exército*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001.
- NOVAIS, Fernando (dir.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.vol III e IV.

- PERES COSTA, Wilma. *A espada de Dâmocles. O Exército, a Guerra do Paraguai e a crise do Império*. São Paulo/Campinas: Hucitec/Unicamp, 1995.
- SCHULZ, John. *O Exército na política*. São Paulo: Edusp, 1994.
- SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio à Castelo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio de M. S. “*Getúlio Vargas (1883-1954): reexame de alguns mitos*”. Estudos Cebrap (10), out./dez. de 1974. Editora Brasileira de Ciências Ltda. Págs. 133/140.
- POULANTZAS, Nicos. *Fascismo e ditadura*. São Paulo: Martins Fontes, 1978.
- \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. *Poder político e classes sociais*. 2 vols. Porto: Portucalense Editora, 1971.
- PRADO Jr., Caio. *Evolução política do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1975.
- PRESTES, Anita Leocádia. *Tenentismo pós-30. Continuidade ou ruptura?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
- \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. *Uma epopéia brasileira. A Coluna Prestes*. São Paulo: Moderna, 1996.
- SAES, Décio. *Formação do Estado burguês no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. *Classe média e política na Primeira República (1889-1930)*. Petrópolis: Vozes, 1975.
- SANTA ROSA, Virgínio. *O sentido do Tenentismo?*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.
- SILVA, Hélio. *1931: Os Tenentes no poder*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.
- \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. *1934: A Constituinte*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.
- \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. *A crise do tenentismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

SINTONI, Evaldo. *Em busca do inimigo perdido: construção da democracia e imaginário militar no Brasil (1930-1964)*. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 1999.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. *Estado e partidos políticos no Brasil (1930-1964)*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

STEPAN, Alfred. *Os militares na política*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

TRINDADE, Hélio. *Integralismo, o fascismo brasileiro na década de 30*. São Paulo: Difel, 1974.

TRONCA, Ítalo A. *Agentes da industrialização na República: a prática política dos militares (1930-1942)*. São Paulo: USP, 1976.

WEFORT, Francisco C. *Classes populares e política*. São Paulo: USP, 1968.

WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade na literatura brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

WIRTH, John D. *A política do desenvolvimento na era Vargas*. Rio de Janeiro: FGV, 1973.

## FONTES

Anais do Exército Brasileiro

Relatórios do Ministério da Guerra.

Revista A Defesa Nacional.

Revista Militar Brasileira

Revista do Clube Militar

## LIVROS

COUTINHO, Lourival. *O general Góes Monteiro*. Rio de Janeiro: Coelho Branco, 1955.

MAGALHÃES, J. *Minhas memórias provisórias*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

MONTEIRO, P. A. de G. *O general Góes depõe...* Rio de Janeiro: Coelho Branco, 1955.

TÁVORA, Juarez. *Uma vida e muitas lutas*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1974, 3 vols.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A História militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. *Memórias de um soldado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

## ABSTRACT

SANTOS, M. J. dos. Nation and Power: the army the Army and the construction of the Nation. Assis. 2005. 160p. Tese. (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Assis, Universidade Estadual “Júlio de Mesquita Filho”.

This work has the objective to investigate the historical constitution of an military doctrine of the brazilian Army between 1930 and 1937. Its realization involved the selection of relevant searches of investigation such as specific publications, memories, documents of the Army and the annalyse of factors of military history preceding to the period, as the “tenentismo”. It as necessary to the understand the military questions in relation to the social and political of the analysed period, as the movement of 1930, which impact affected deeply the Army. During the development of the investigation it was tried to question essencial aspects to constitute a military doctrine, as the military doctrine, the fortification of the military and discipline, the contest between military groups. The main hypothesis of this work indicates an elaboration of a hierarchy military doctrine during the decade of 1930 as an answer to the military crisis of the decade of 1920 and the continuities and ruptures in the power relations, happened with the arrival of Getúlio Vargas to the power.

Keywords: Brazil; Army; Militaries; Republic; Power.